UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

HELENA AMSTALDEN IMANISHI

**DESVENDANDO LACAN:
Duas metáforas e uma teoria psicanalítica da metáfora**

**São Paulo
2014**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

HELENA AMSTALDEN IMANISHI

**DESVENDANDO LACAN:
Duas metáforas e uma teoria psicanalítica da metáfora**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Área de concentração: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade.

Orientadora: Prof^ª.-Dr^ª. Iray Carone

**São Paulo
2014**

Ficha catalográfica

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: HELENA AMSTALDEN IMANISHI

Título: Desvendando Lacan: duas metáforas e uma teoria psicanalítica da metáfora

Natureza do trabalho: Tese de Doutorado

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Grau pretendido: Doutor

Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade (PSA)

Data da Aprovação: _____ 2014.

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

À Prof^a-.Dr^a. Iray Carone, pela orientação sempre presente e dedicada, generosidade na transmissão de conhecimentos, seu incentivo, por toda a pesquisa e estudos prévios sobre as metáforas, fundamentais à confecção da presente tese, e por ter me concedido a honra de ser sua orientanda.

Ao Prof.-Dr. Franklin Goldgrub e ao Prof.-Dr. Yves de La Taille, pelas indicações bibliográficas e pelas orientações sugeridas, tão pertinentes ao desenvolvimento da presente tese.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da presente pesquisa.

Ao meu irmão, Ivan, por colaborar com seus conhecimentos da língua inglesa.

A meu marido, Fernando, pela paciência e suporte; a meu filho, Luis, pelos momentos de espera; e a meus pais, pela presença.

“Temos de nos aperceber de que não é com a faca que dissecamos, mas com conceitos. Os conceitos têm sua ordem de realidade original. Não surgem da experiência humana – senão seriam bem-feitos. As primeiras denominações surgem das próprias palavras, são instrumentos para delinear as coisas. Toda ciência permanece, pois, muito tempo nas trevas, entravada na linguagem.”

(Lacan, Seminário 1)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	POR UMA TEORIA DA METÁFORA.....	20
3	METÁFORA E CIÊNCIA	31
3.1	OS PERIGOS DA METÁFORA.....	31
3.2	A FUNÇÃO COGNITIVA DA METÁFORA NAS TEORIAS CIENTÍFICAS	36
4	METÁFORA E PSICANÁLISE.....	45
5	A VEZ DE LACAN.....	57
5.1	AS METÁFORAS ÓPTICAS	59
5.2	A CARTA ROUBADA	66
5.3	A TEORIA DA METÁFORA EM LACAN: “FAMILIONÁRIO” E “SIGNORELLI” 69	
6	DE UMA FIGURA DA LINGUAGEM A UM INSTRUMENTO DO PENSAMENTO	73
7	METÁFORAS ÓPTICAS	81
7.1	O ESTÁDIO DO ESPELHO	82
7.2	METÁFORAS ÓPTICAS	84
7.2.1	Fenômeno do buquê invertido	84
7.2.2	Mapeamento estrutural do “fenômeno do buquê invertido”.....	87
7.2.3	Esquema dos dois espelhos.....	89
7.2.4	Mapeamento estrutural do “esquema dos dois espelhos”	90
7.2.5	Desdobramentos das metáforas ópticas.....	98
7.3	DISCUSSÕES SOBRE AS METÁFORAS ÓPTICAS	101
7.3.1	As qualidades da metáfora: precisão, ênfase e ressonância.....	101
7.3.2	Os conhecimentos produzidos pelas metáforas: o conhecimento sistêmico e o conhecimento criativo.....	104
7.3.3	A função da metáfora na construção do conhecimento: função pedagógica, função constitutiva da teoria	108
8	A CARTA ROUBADA	112
8.1	MAPEAMENTO ESTRUTURAL DO CONTO A <i>CARTA ROUBADA</i>	113
8.1.1	Primeira estrutura metafórica: as duas cenas de furto da carta e a determinação do sujeito pelo significante.....	113
8.1.2	Segunda estrutura metafórica: o processo e o método psicanalítico.....	120
8.1.3	Desdobramentos do conto <i>A carta roubada</i> : outros focos e estruturas metafóricas e as relações entre metáforas	124
8.2	DISCUSSÕES SOBRE O CONTO A <i>CARTA ROUBADA</i>	128
8.2.1	As qualidades da metáfora: precisão, ênfase e ressonância.....	128

8.2.2	Os conhecimentos produzidos pela metáfora: o conhecimento sistêmico e o conhecimento criativo.....	132
8.2.3	A função da metáfora na construção do conhecimento: função pedagógica, função constitutiva da teoria	135
9	A TEORIA DA METÁFORA DE LACAN – “FAMILIONÁRIO” E “SIGNORELLI”	137
9.1	SEMINÁRIO 3: AS PSICOSES E A INSTÂNCIA DA LETRA NO INCONSCIENTE OU A RAZÃO DESDE FREUD.....	138
9.2	SEMINÁRIO 5: O CHISTE “FAMILIONÁRIO”	143
9.3	SEMINÁRIO 5:: O ESQUECIMENTO DO NOME DO PINTOR “SIGNORELLI.....	152
10	CONCLUSÃO.....	161
10.1	A FUNÇÃO COGNITIVA DA METÁFORA EM LACAN	162
10.2	A TEORIA LACANIANA DA METÁFORA	168
	REFERÊNCIAS	175

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fenômeno do buquê invertido de Bouasse	86
Figura 2 – Esquema dos dois espelhos de Lacan	89

RESUMO

IMANISHI, H.A. *Desvendando Lacan: duas metáforas e uma teoria psicanalítica da metáfora*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). 2014, 176 p.

Mais do que qualquer outra figura de linguagem, a metáfora tem recebido a atenção de diversos pensadores desde Aristóteles, na direção de ampliar suas características e funções. A teoria interacionista da metáfora teve o mérito de elevar a metáfora da função decorativa e periférica na linguagem à função cognitiva e estruturante do pensamento. Essa dimensão essencialmente cognitiva da metáfora foi incorporada progressivamente à ciência por meio do uso das analogias, metáforas e modelos na produção do conhecimento. É essa via epistemológica aberta pela metáfora que nos permite revisitar a Psicanálise e o lugar da metáfora no interior desse conhecimento. Nossa pesquisa se propôs a realizar um estudo sobre a metáfora na obra de Jacques Lacan. Estudo que se deu em duas vertentes, justificadas pelo duplo papel da metáfora na teoria psicanalítica lacaniana. De um lado, tratamos de um uso que podemos denominar de epistemológico, ou seja, a forma como a metáfora foi utilizada para construir conhecimento a partir de duas metáforas lacanianas: as “metáforas ópticas” e o conto de Edgar Allan Poe *A carta roubada*. Observamos que, embora nem sempre os termos das metáforas analisadas mantenham uma correspondência biunívoca, elas apresentam forte ressonância, vista a grande quantidade de desdobramentos teóricos possibilitados por este instrumento. Concluimos que as metáforas lacanianas funcionam em um contexto de invenção do conhecimento e servem como um filtro, um anteparo a partir do qual os fenômenos do inconsciente são analisados. O segundo objetivo de nossa pesquisa é descobrir qual a teoria da metáfora de Lacan, em virtude da importância que essa noção adquire em sua teoria – fundamentando um dos mecanismos do inconsciente. Concluimos que Lacan, para dar conta das questões próprias da Psicanálise, desenvolve uma nova teoria da metáfora, a qual se distingue das teorias clássicas.

Palavras-chave: Metáfora, Jacques Lacan, Epistemologia, Psicanálise.

ABSTRACT

IMANISHI, H.A. *Unveiling Lacan: two metaphors and a psychoanalytic theory of metaphor*. Thesis (Doctorate in Psychology) – Institute of Psychology, University of São Paulo (USP). 2014, 176 p.

More than any other figure of speech, the metaphor has been a focus of attention for several intellectuals since Aristotle, always in the direction to adding to its particulars and functions. The interactionist theory of the metaphor had the merit to raise the metaphor, from its decorative and peripheral function in language, to its cognitive and structural functions in thought. This mainly cognitive dimension was progressively incorporated into science, through the uses of analogies, metaphors and models in the production of knowledge. This epistemological path opened by the metaphor allows us to revisit Psychoanalysis and the place of the metaphor within this knowledge. Our research has proposed a study about the metaphor in Jacques Lacan's work. This study has focused around two paths, justified by the double role of metaphor in psychoanalytic theory of Lacan. In one path, we deal with a use that we can call epistemological, in other words, the way that metaphor was used to create knowledge, from two metaphors of Lacan: the "optical metaphors" and Edgar Allan Poe's tale *The purloined letter*. We note that, although not always the terms of the metaphors analyzed present a one to one correspondence, they do have a strong resonance, given the large amount of theoretical developments made possible by this instrument. We conclude that the Lacanian metaphors work in the context of the invention of knowledge and serve as a filter, a screen from which the phenomena of the unconscious are analyzed. The second path our research explored was to discover which one was Lacan's theory of the metaphor, given the importance that this notion acquires in his theory – being one of the basic mechanisms of the unconscious. We conclude that Lacan, to account for Psychoanalysis own issues, develops a new theory of the metaphor, which is distinct from the classical theories.

Keywords: Metaphor, Jacques Lacan, Epistemology, Psychoanalysis.

1 INTRODUÇÃO

A metáfora é um fenômeno da linguagem humana. Basta atentar a ela, ainda que brevemente, e notaremos sua incidência sistemática em situações coloquiais, produções literárias e, mesmo na elaboração de textos científicos.

Mas, seria a metáfora um capricho da linguagem humana – ainda que um capricho bastante elaborado – destinado a tornar o discurso mais belo e aprazível? Uma cortesia muito bem-vinda de nosso intelecto, um desvio da linguagem, um erro bem calculado, mas dispensável à comunicação? Ou a linguagem simplesmente não pode cumprir sua função sem que as metáforas sejam solicitadas? Mais do que qualquer outra figura de linguagem, a metáfora tem recebido a atenção de diversos pensadores desde Aristóteles, sempre na direção de ampliar as suas características e funções.

Se Aristóteles entendia que a capacidade de perceber semelhanças, característica do pensamento metafórico, era uma habilidade que alguns tinham e outros não, que a metáfora era um recurso estético e retórico, que os termos impróprios – os termos dialetais/estrangeiros e as metáforas – eram um desvio da linguagem corrente, devendo ser usados com cautela; filósofos como Richards (1971) vão contestar essa tese e propor, em contrapartida, a linguagem metafórica como anterior à linguagem literal, questionando a distinção e os limites entre ambas as linguagens. Nessa perspectiva, as metáforas não podem ser dispensadas da comunicação pelo fato de constituir fundamentalmente uma forma de pensar. Como questiona Richards (1971, p. 89): “Mas nós todos vivemos, e falamos, apenas através do nosso olhar para semelhanças. Sem isto nós pereceríamos cedo. Apesar de algumas pessoas poderem ter um olhar melhor do que outras, as diferenças entre elas são apenas em graus e podem ser remediadas”.

Assim, é preciso, inicialmente, reconhecer as diversas teorias que buscam entender o lugar dessa figura na linguagem humana e compreender o mecanismo que, para tais teorias, permite à metáfora construir sentido.

Na história de seu estudo, podemos encontrar duas grandes correntes de pensamento sobre a metáfora, derivadas da teoria substitutiva e da teoria comparativa de Aristóteles. Elas apresentam em comum a idéia de que a metáfora pode ser parafraseada sem danos à mensagem, além de ambas tomarem a palavra como elemento-base da metáfora, sendo esta figura o resultado de um processo de semelhança e substituição. Uma terceira visão clássica da metáfora, a teoria interacionista, afirma, ao contrário, que a metáfora é fruto de uma transação e interação entre contextos, cuja base não é a palavra ou o termo, mas a sentença, sendo fundamentalmente uma forma de pensar.

A metáfora baseada em uma perspectiva interacionista serve bem ao propósito inicial deste trabalho. Compartilhando a perspectiva na qual a metáfora não corresponde a um mero adorno do discurso, mas, ao contrário, é o mecanismo que possibilita a esse mesmo discurso existir, propomos discutir no primeiro capítulo alguns aspectos-chave em vista de delinear uma teoria da metáfora que dialogue com a presente pesquisa. Para a discussão da definição de metáfora e seus prolongamentos, trabalharemos principalmente com as concepções de Aristóteles, Richards, Max Black e Paul Ricoeur. Cada autor traz uma especificidade nova à definição da metáfora, a qual servirá como guia ao discutir as metáforas da Psicanálise.

A importância da teoria interacionista da metáfora é ressaltar a função essencialmente cognitiva da metáfora, a qual já pode ser identificada na visão comparativa derivada de Aristóteles. A tese é de que a metáfora não corresponde a um ornamento da linguagem, mas a um ato cognitivo, desde que ela estabelece semelhanças entre termos distintos, revelando-nos um novo conhecimento. É essa função cognitiva da metáfora que permite pensá-la como um instrumento para a produção de saber.

Porém, se existem discordâncias quanto ao papel da metáfora na estruturação da linguagem humana, outra, igualmente não consensual, encontra-se em seu uso dentro da ciência. Para uma epistemologia antimetafórica – representada, especialmente, pelas epistemologias empiristas, positivistas e neopositivistas –, a analogia e a metáfora podem desempenhar, no máximo, um papel preliminar, mas devem ser abandonadas assim que possível, visto criarem analogias entre coisas absolutamente diferentes e que dão apenas *imagens* do que se pretende conhecer. Por outro lado, as metáforas passaram a ser cada vez mais entendidas não apenas em sua função pedagógica de um saber já consolidado – ou seja, tendo a função de ilustrar determinado conhecimento, tornando-o mais fácil de ser compreendido –, mas como um instrumento importante para *constituir* conhecimentos *novos*, característicos de domínios ainda pouco estudados. Boyd (1995) defende como, muitas vezes, devido à complexidade de alguns termos, as metáforas constitutivas de teoria teriam o papel de acomodar categorias linguísticas à estrutura de fenômenos ainda não compreendidos completamente e que careceriam de uma precisão linguística.

Além disso, as principais críticas formalizadas em relação ao uso da metáfora na ciência provêm das epistemologias empiristas, positivistas e neopositivistas, cujo fundamento reside na defesa de que os termos na ciência devem ser redutíveis à observação.

Sobre o papel que a observação desempenha no conhecimento científico, em oposição ao papel da teoria, diversas críticas foram elaboradas por filósofos como Popper (1994), que se opunha a algumas teses importantes do positivismo clássico, como a ênfase dada à observação como a origem de todo conhecimento científico. Popper (1994) reivindica a necessidade de construções teóricas e defende que todas as leis e teorias são sempre tentativas, conjecturais e hipotéticas, nunca podendo pretender afirmar-se indubitáveis ou ter

chegado à verdade última. Para o filósofo, antes de refutar uma teoria, não há como saber de que forma ela precisa ser modificada.¹

De nossa parte, entendemos que a função das metáforas na construção do conhecimento científico participa fundamentalmente desse contexto inventivo das teorias, desde que considerada, evidentemente, a sua dimensão cognitiva. Tratada com rigor, a metáfora é um instrumento que possibilita a constituição de muitos objetos a ser conhecidos pela ciência. Descartá-la é excluir a maioria dos domínios da realidade nos quais qualquer tipo de observação que tente mensurar e avaliar simplesmente não é possível. Além disso, como aponta Léo Peixoto Rodrigues (2007), aquilo que se tornou objeto e recebeu a dimensão construída e “coisificada” nas ciências empíricas, também teve a própria analogia como sustentação corpórea. É o que o autor observa na física subatômica e na neurociência, em que modelos, analogias e metáforas são abundantes. Como aponta Leary (1990), o uso cognitivo da metáfora vem auxiliar a constituir, e não meramente refletir, teoria e técnica.

Max Black é um importante autor de base para os nossos estudos. Não apenas pela teoria da metáfora desenvolvida, mas porque, como refere Simanke (2003, p. 292), ele é fundamental referência “para aqueles interessados em explorar os usos cognitivos – e não apenas expressivos e poéticos – das construções metafóricas”. Em seu livro *Modelos y metáforas* (1966), o autor nos fornece um interessante exemplo² para ilustrar a forma como,

¹ Se o empirismo prega a ciência como tendo sua base na observação e no método indutivo – sendo a especulação e as antecipações mentais (ou hipóteses) características da metafísica –, Popper (1994) não poderia deixar de discordar mais desta visão: a teoria de Einstein, por exemplo, era extremamente abstrata e especulativa. Popper (1994, p. 75-6) demonstra que o método real da ciência emprega conjecturas: “(...) em vez de esperar passivamente que as repetições nos imponham suas regularidades, procuramos de modo ativo impor regularidades no mundo. Tentamos identificar similaridades e interpretá-las em termos de leis que inventamos. Sem nos determos em premissas, damos um salto para chegar a conclusões – que podemos precisar pôr de lado, caso as observações não as corroborem”. Ao contrário da crença na qual a ciência avança da observação para a teoria, Popper (1994) defendia que qualquer observação é sempre seletiva, de acordo com objeto que se queira estudar, o ponto de vista de quem observa, o interesse e pergunta que o move, em suma, do quadro de referência que se possua. As observações “iniciais” apenas têm alguma significação quando não podem ser explicadas pelo quadro teórico em vigência. A observação e a experimentação repetidas têm, para o autor, função de teste de nossas conjecturas e hipóteses.

² Trata-se de um exemplo publicado na área de investigações em matemática pura que, na verdade, se trata mais de uma “matemática recreativa” do que com alguma importância prática. O problema a ser resolvido era achar

muitas vezes, é necessário o recurso metafórico para chegar a soluções, mesmo em saberes já consolidados. Black (1966b) nos conta sobre o uso da teoria de circuitos elétricos para solucionar alguns problemas em matemática pura, reforçando como, embora à primeira vista possa parecer que fazer essa manobra metafórica seja um trabalho caprichoso, frequentemente, é necessário “dar esta volta” para chegar à solução de determinado problema.

Os potenciais problemas e cuidados, benefícios e necessidades do uso da metáfora na ciência serão tratados no segundo capítulo, *Metáfora e Ciência*. Tentaremos problematizar algumas críticas feitas ao seu uso no conhecimento científico e apontar, em contrapartida, a importante função que ela adquire na constituição de teorias.

É essa via epistemológica aberta pela metáfora, a partir de sua função cognitiva e constitutiva de teorias, que nos permite revisitar a Psicanálise e o lugar da metáfora no interior desse conhecimento.

Desde Freud, seu uso já pode ser observado e ressaltado. Leary (1990) afirma que Freud foi bastante perspicaz ao nos advertir que a teoria psicanalítica, como qualquer outra teoria, é uma “mitologia”, no sentido de ser inevitáveis algumas especulações no interior da mesma. O “pai da Psicanálise” era explícito quanto ao papel das metáforas, dizendo que tais expressões eram “peculiares à Psicologia”, e, para melhorar sua teoria, Freud experimentava qualquer metáfora que pudesse fazer avançar o conhecimento a respeito do psiquismo humano. A postura freudiana convidava os outros a examinar, melhorar e, muitas vezes, rejeitar seu trabalho em favor de outros esquemas metafóricos que auxiliassem na compreensão e na prática psicológica. Posicionamento sobre o qual Leary (1990, p. 19) comenta: “Este não é um mau caminho de se conduzir o ramo da ciência”.

um método para “dissecar” um retângulo qualquer em um conjunto de quadrados desiguais. O caminho direto (método de ensaio e erro, experimentação, cálculo direto) parecia conduzir a nenhum lugar. O momento decisivo se deu quando os investigadores se empenharam em dar essa “volta metafórica” e representaram os retângulos por diagramas de diversos tipos. Foi a partir de problemas da teoria de circuitos elétricos – e da analogia das linhas geométricas com terminais elétricos, dos quadrados com fios por meio dos quais se imaginava passar correntes elétricas etc. – que puderam vincular esse problema específico a uma teoria estabelecida.

A própria referência dos termos psicanalíticos e o aspecto paradoxal de seu objeto de conhecimento já tornam problemática qualquer tentativa de que os termos desse saber sejam reduzidos à observação, pelo menos da forma como ela é proposta por alguma posição antimetafórica.

Representante da ciência do comportamento, Skinner segue explicitamente o posicionamento contra as metáforas na Psicologia ao criticar os termos teóricos mentais pelo caráter metafórico que tais termos apresentam. O uso de metáforas na Psicanálise, para dar conta da hipótese sobre o aparelho psíquico, levaria a pensar na existência de algo interno e inacessível. Portanto, a linguagem mentalista afastaria o saber psicanalítico da ciência. Em *A vida interior*, Skinner (1974, p. 171) aponta alguns termos freudianos – repressão, forças inibidoras, conversão – como figuras de linguagem e propõe a substituição dessas palavras por termos comportamentais:

Repressão: um processo ou mecanismo de defesa do ego por meio do qual desejos ou impulsos que são incapazes de realização, são mantidos intactos ou tornados inacessíveis à consciência. Por “desejos ou impulsos” entenda-se “probabilidade de comportamento”; por “incapaz de realização”, entenda-se “extinto ou punido”; e, por “mantido intacto ou tornado inacessível à consciência”, entenda-se “não observado introspectivamente...” (...) Temos, então, o seguinte: o comportamento que é punido torna-se aversivo, e, por não adotá-lo ou não “vê-lo”, uma pessoa evita a estimulação aversiva condicionada. Há sentimentos associados a isso, mas os fatos são responsáveis pelas contingências.

Neste ponto, intervém uma especificidade referencial da Psicanálise proposta por Dunker (2007). Na clínica clássica, a relação entre signos e referentes deve ser estável, e aquilo que tais signos representam para o sujeito é excluído. Por exemplo, aquilo que um coração – ou uma arritmia, insuficiência cardíaca, infarto – refere na teoria valerá também na prática, seja ele posse deste ou daquele indivíduo. Sua determinação será tão específica ao ponto de, para o médico, tal termo representar sempre a mesma coisa, independente da atribuição que o paciente em questão faz a tais termos. Mas a Psicanálise, ao lidar com fenômenos que dependem da crença do indivíduo, trará uma característica especial à forma de

fazer semiologia: esta apenas se completa no próprio dispositivo de tratamento. Dunker (2007, p. 443) explica:

Os signos que interessam à Psicanálise são definidos por sua relação ao sujeito em situação de fala ao outro. Ou seja, não é uma semiologia referida à uma ontologia em terceira pessoa, segundo a qual uma boa descrição permanece válida em todos os mundos possíveis para qualquer sujeito, mas uma ontologia em primeira pessoa.

A clínica freudiana se propôs a olhar determinados fenômenos a partir de uma perspectiva diferente da psiquiatria clássica. Tanto o uso das analogias e metáforas para compreender diversos conceitos psicanalíticos como os termos “metafóricos” deles decorrentes correspondem, em nosso entender, à forma como a metáfora é usada para constituir um novo saber sobre o sofrimento psíquico. Se Freud fracassou nas tentativas de inscrever a Psicanálise como uma ciência natural, é porque as operações com as quais ele trabalhava se inscreviam no âmbito da linguagem. Joel Birman (1994) afirma um deslocamento metodológico do discurso freudiano, rompendo com a epistemologia da Psicologia clássica, e provocando efeitos teóricos e clínicos fundamentais, ao deslocar a pesquisa da representação centrada na consciência para sua investigação no registro da linguagem.

Donald Spence (1992), no livro *A metáfora freudiana*, ressalta a natureza poética da linguagem de Freud, a qual buscava pôr em palavras o indizível e o impensável. Longe de reduzir a teoria ao trivial, o autor defende que manter a metáfora freudiana viva, e de modo mais claro possibilitar tatear os limites explicativos dessa metáfora, é descobrir quais delas facilitam ou interferem na descoberta do saber clínico. Em contrapartida, amortecer as suposições metafóricas freudiana, tornando-as uma descrição literal, é projetar termos no domínio clínico e encontrar coisas que não estão realmente lá, transformando a teoria em pseudociência e a prática, em um certo tipo de religião.

Evidentemente, qualquer uso da metáfora para construir conhecimentos não dispensa cuidados, e muito menos rigor de análise. A metáfora nos apresenta uma característica particular de ambiguidade derivada da tensão constante entre ela afirmar que algo é uma coisa, ao mesmo tempo em que tal identificação é impossível a partir de uma leitura literal. Muitos dos problemas da metáfora nas ciências talvez surjam pelo esquecimento dessa tensão, privilegiando a identidade. Da analogia entre dois fenômenos, desemboca-se em uma identidade forçada e não raras vezes, absurda. Ou seja, em toda analogia metafórica, há um elemento de des-analogia que não pode ser esquecido.

Discutiremos as questões acima, bem como alguns trabalhos nesse âmbito, no capítulo *Psicanálise e Metáfora*.

Enfim, chegou a vez de Lacan, autor cuja obra – ou fragmentos de sua obra – é objeto deste estudo. Um autor nada tímido quanto ao uso da metáfora em seu discurso, a começar pela opção estilística, frequentemente poética e “carregada” de metáforas. Mas nossos interesses específicos quanto a um estudo sobre as metáforas de Lacan residem, de um lado, no ponto de vista que denominamos de um uso cognitivo da metáfora, ou seja, a forma como Lacan se serviu de inúmeras metáforas na busca de constituir e ilustrar suas principais teses: a importância da Linguística e da Antropologia em seus desenvolvimentos teóricos, o uso de experimentos ópticos, o apoio na Topologia e na Lógica Matemática, as referências a textos literários, entre outros.

A importância de um estudo sobre o uso cognitivo da metáfora em Lacan coincide com o valor dado por Spence (1992) ao reconhecimento das metáforas freudianas. As metáforas lacanianas não apenas foram inventadas, como também foram, e são, reproduzidas por estudiosos de sua obra e seus leitores para interpretar um caso clínico, para elucidar fenômenos, para reafirmar determinados conceitos. Isso já nos revela o alcance que as metáforas podem ter em um desenvolvimento teórico. Mas, antes de incorporá-las

indiscriminadamente nos diversos desenvolvimentos do conhecimento psicanalítico, a importância em reconhecê-las, compreendê-las como metáforas e avaliar seus valores parecem-nos indispensável.

Com esse objetivo, tentaremos contribuir, ao analisar duas importantes metáforas na obra de Lacan: as metáforas ópticas, as quais versam inicialmente sobre a noção do estágio do espelho, e o uso do conto de Edgar Allan Poe *A carta roubada*.

Mas à metáfora também é dada outra função de destaque na teoria lacaniana: a elevação da metáfora, junto à metonímia, como um dos mecanismos do inconsciente. Essa inscrição da metáfora no objeto, por excelência, da Psicanálise só é possível porque Lacan faz do fundamento desse inconsciente, a própria linguagem.

Toda teorização a respeito do inconsciente na década de 1950 feita por Lacan (1957, p. 294) dá-se a partir da importação dos conceitos da Linguística estrutural e traz como fundamento da Psicanálise, a *fala* e a *linguagem*.

Sempre encontramos, pois, nossa dupla referência à fala e à linguagem. Para liberar a fala do sujeito, nós o introduzimos na linguagem de seu desejo, isto é, na *linguagem primeira* em que, para-além do que ele nos diz de si, ele já nos fala à sua revelia, e prontamente o introduzimos nos símbolos do sintoma.

Goldgrub (2001) analisa a articulação feita por Lacan entre Psicanálise e Linguística e explica que o autor faz notar que todo e qualquer enunciado depende dos signos que o expressam, sendo estes muito mais que meros instrumentos de designação e apreensão da realidade. Ao contrário, os signos (as palavras) pressupõem uma linguagem estruturada pelo significante.

Lacan não apenas afirma sua hipótese sobre o inconsciente estruturado como linguagem, mas também apresenta uma concepção própria sobre a linguagem, desde que concede primazia do significante em detrimento do significado. Tal tese terá importância capital nos desdobramentos teóricos de Lacan sobre a metáfora.

Veremos Lacan (2010, p. 263) afirmar que os linguistas e os estudiosos da metáfora são seduzidos pela possibilidade que essa figura evidencia de, na linguagem, poder dizer uma coisa querendo dizer outra: “Isso é, com efeito, cativante, e crêem mesmo ir com isso ao âmago do fenômeno da linguagem, à contravertente de uma noção ingênua”. Ingenuidade que Lacan (2010, p. 263) critica exatamente em relação à ênfase dada ao significado:

Acreditam ter dado um grande passo dizendo que o significado nunca atinge seu fim senão por intermédio de um outro significado, remetendo a uma outra significação, é apenas o primeiro passo, e não se percebe que é preciso dar o segundo. É preciso perceber que, sem a estruturação do significante, nenhuma transferência de sentido seria possível.

Mas, se Lacan critica a ênfase dada ao significado pelos estudiosos da metáfora e se o autor leva até o fim a tese sobre a primazia do significante, como articular suas elaborações às teorias clássicas da metáfora, visto nenhuma delas prescindir do significado na compreensão desse fenômeno da linguagem? Se a metáfora tem lugar de destaque nas teorizações de Lacan – e tem – e se disso decorre a importância de o autor possuir alguma teoria da metáfora – e possui –, qual é essa teoria? Seria apenas uma reprodução das teorizações de Jakobson, tidas como referências por Lacan quando postula a metáfora e a metonímia como os mecanismos inconscientes? Ou Lacan vai além dessas referências?

Identificar qual a concepção de metáfora adotada por Lacan parece-nos fundamental se quisermos compreender a real dimensão, e ter adequado entendimento, dessa noção em sua teoria.

No quarto capítulo, portanto, apresentaremos as inovações lacanianas e algumas bases teóricas relativas aos elementos que serão objeto da presente tese. O quinto capítulo é um resumo das principais teses das quais partimos, esboçadas nos capítulos precedentes, bem como articula certos pontos importantes em nossas análises e conclusões.

2 POR UMA TEORIA DA METÁFORA

Muito frequentemente, a primeira associação que temos ao pensar sobre a metáfora é relacioná-la ao domínio poético e retórico: uma figura de linguagem dedicada a ornamentar e a embelezar o discurso. No entanto, se pensamos na metáfora como um operador na produção do conhecimento psicanalítico, é porque sua função tem sido investigada e ampliada na linguagem humana.

Para entender essa “função ampliada” da metáfora é necessário desconstruir um antigo padrão de associação entre essa “figura” e a poesia, relação que remonta a Aristóteles. É deste filósofo que provém a definição mais tradicional sobre a metáfora, sendo ele a grande referência daqueles que tratam sobre o tema. É a partir de sua teoria que as teorias posteriores se contrapõem, se complementam e se consolidam.

A distinção de Aristóteles (2005) entre termo próprio e impróprio³ deu origem à diferenciação entre linguagem metafórica e linguagem literal. Se os nomes próprios, ou os termos correntes são aqueles que garantiriam a clareza da linguagem, os impróprios – e dentre estes se inclui a metáfora – tornariam o texto enigmático, quando em excesso. Com o tempo, a troca de uma palavra própria por outra imprópria passou cada vez mais a ser entendida, na teoria aristotélica da metáfora, como forma de ornamentar o discurso, restringindo o uso da metáfora à linguagem poética ou à retórica. A própria Tropologia acabou circunscrevendo as figuras ao par constituído pela metáfora e pela metonímia, reduzindo a primeira à semelhança e a segunda, à contiguidade entre os termos.

³ Os nomes próprios, ou os termos correntes são aqueles utilizados no cotidiano e que garantem a clareza da linguagem. Os impróprios se referem, especialmente, aos termos dialetais ou estrangeiros (aqueles utilizados por pessoas de outra região) e às metáforas. Para Aristóteles (2005), o excesso do uso desses termos deve ser evitado para não tornar o texto bárbaro – no caso dos termos dialetais –, nem enigmáticos – no caso da metáfora.

Em *Arte poética*, Aristóteles (2005, p. 75) define a metáfora como uma “transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, ou por via de analogia”.

As três primeiras transposições – do gênero para a espécie do termo, da espécie para o gênero do termo e da espécie para outra espécie – definem o que é a teoria substitutiva, como explica Iray Carone (2011), e deram origem à Retórica clássica das “figuras do discurso” (metonímia, antítese etc.); ou Tropologia, que consiste em diversos artifícios do poeta para embelezar a linguagem e do retórico, para convencer as audiências. A metáfora por via de analogia dá origem à segunda teoria de Aristóteles, qual seja, a teoria comparativa.

Black (1966a), no livro *Modelos y metáforas*, discrimina três principais concepções sobre a metáfora: substitutiva, comparativa e interacionista. No enfoque substitutivo, o autor explica que a expressão metafórica substitui uma expressão literal, sendo que o sentido de ambas as expressões é o mesmo. O leitor tem como tarefa inverter essa substituição; e, nesse sentido, compreender uma metáfora seria como decifrar um código. A função da metáfora para uma teoria substitutiva, portanto, é essencialmente decorativa, com fins estilísticos.

No entanto, a própria teoria aristotélica levanta uma base para a compreensão da metáfora como um ato cognitivo.

Aristóteles (2005) fundamenta a metáfora como analogia a partir da idéia de proporcionalidade matemática ($a:b::c:d$). Por exemplo, da mesma forma que 1 está para 2, tal qual 2 está para 4, também na metáfora temos quatro termos. Na frase “A velhice é o outono da vida”, a analogia consiste na comparação da proporcionalidade entre: “o outono” está para as “estações do ano”, assim como a “velhice” está para a “vida”, ou seja, ambas prenunciam o fim.

Em *A retórica*, Aristóteles (1967, p. 195) salienta que descobrir metáforas apropriadas equivale a ser capaz de perceber as relações: “(...) as mais agradáveis das palavras são as que

nos trazem algum conhecimento (...) Este efeito é muito particularmente produzido pela metáfora”. Ou seja, a metáfora como analogia é um ato cognitivo, pois consiste em criar um novo conhecimento, estabelecer semelhanças a partir da comparação entre coisas diferentes. No entanto, o filósofo considerava que essa capacidade de se aperceber das semelhanças era uma dádiva que alguns homens tinham e outros, não. Os poetas seriam aqueles capazes de criar metáforas pela percepção de semelhanças.

O enfoque comparativo, na distinção de Black (1966a), entende que a metáfora produz transformação do significado, apoiando-se em analogia e semelhança. Uma vez descoberto o fundamento da analogia, o leitor pode chegar ao significado literal do qual partiu o autor. O enfoque comparativo seria um caso particular do substitutivo, visto que o enunciado literal poderia ser substituído por uma comparação literal equivalente. Portanto, a comparação apenas se diferenciaria da metáfora na forma. Esse enfoque oferece uma paráfrase mais trabalhada, visto a interpretação incidir tanto no termo metafórico como naquele comparativo equivalente.

Ambos os enfoques, o substitutivo e o comparativo, compartilham de certas premissas. Em primeiro lugar, pelo fato de ambos concederem primazia à palavra em detrimento da frase ou do discurso. É na substituição e na semelhança entre termos que reside o fundamento da metáfora. Além disso, essas teorias têm como perspectiva que as metáforas poderiam ser parafraseadas⁴ sem alteração do sentido. Ricoeur (2000) afirma que a Linguística de Saussure e Jakobson tem a mesma hipótese de base da retórica clássica dos tropos.⁵ Nessa perspectiva, o primado é do signo, o qual pode decompor-se em unidades menores (fonemas e morfemas),

⁴ A paráfrase é uma relação (prefixo grego *para*) entre sentenças que, embora diferentes, têm o mesmo conteúdo semântico, ou seja, são sinônimas. Parafrasear uma metáfora é a tentativa de esgotar seu conteúdo semântico por meio de várias sentenças literais sinônimas a ela. Aparentemente, as paráfrases em uma metáfora não conseguem esse esgotamento semântico, pois sempre sobra um etc. Aí reside um interesse particular sobre a metáfora, pois se evidencia que a metáfora não é apenas uma construção semântica (CARONE, 1975).

⁵ Como modelo desta configuração da Retórica clássica, Ricoeur (2000) cita o tratado de Pierre Fontanier, *Les Figures du discours* (1830), que tem como fundamento a primazia concedida à palavra em detrimento do discurso. A palavra é tomada como unidade principal e tendo uma correspondência direta com as idéias.

mas também compor unidades maiores: as frases. As metáforas, por sua vez, correspondem a um processo de substituição de termos, os quais guardam semelhança entre si.

No entanto, no final do século XIX e começo do século XX, um novo interesse pela metáfora surge, contribuindo para o aprofundamento e alargamento de sua dimensão e importância.

Richards (1971), em *A nova retórica*, inova a concepção sobre a metáfora e propõe que a unidade semântica da metáfora deixe de ser considerada a palavra e seja estendida ao contexto, à frase ou à proposição. Nas palavras de Ricoeur (2000, p. 124), Richards tenta “restabelecer os direitos do discurso a expensas das da palavra”. Para Richards (1971), o princípio da metáfora seria que uma palavra ou frase sustentaria dois pensamentos de coisas diferentes, sendo que a interação desses pensamentos resultaria no significado.⁶ Não se trata mais, portanto, de um simples deslocamento do nome, mas de interação entre contextos.

Essa alteração, aparentemente pequena, esconde outra, muito mais profunda. Trocar uma palavra por outra é um processo periférico, opcional. Mas falar em interação de contextos pressupõe uma produção que só pode ser pensada a partir de um diálogo constante e de relações complexas entre sistemas. Por isso, a metáfora em uma perspectiva interacionista comunica algo realmente novo, sendo que nenhum parafraseamento poderia esgotar o novo significado. O perigo da visão substitutiva e comparativa é supor que um processo de substituição de termos não transformaria o sentido da mensagem. Para Black (1995, p. 30), dizer que a metáfora tem como base a analogia ou uma correspondência estrutural não significa concordar que a metáfora difere da analogia apenas em sua forma. Dizer que toda

⁶ O autor trabalha a metáfora a partir de dois termos: *tenor/conteúdo* e *veículo*. O *veículo* seria o modificador do termo, e o *tenor*, a idéia ou assunto principal no qual o *veículo* atuaria. Os dois componentes se relacionariam a partir do *ground*, definido como aquilo que é comum aos termos, e – ainda que a semelhança não fosse clara – consistiria na base da metáfora. Na frase “O homem é o lobo do homem”, “homem” é o sujeito, portanto, o *tenor*, que é iluminado pelo *veículo* “lobo”, atribuindo outro sentido à idéia original. A metáfora não se restringe ao veículo, mas compreende toda a predicação. A base de comparação, o *ground* da metáfora, repousa na idéia de que ambos (homem e lobo) são competitivos, agressivos, e as paráfrases poderiam continuar num etc. Observamos, então, que o sentido obtido pela interação do veículo e tenor não se reduz às paráfrases citadas.

sentença metafórica implica uma sentença semelhante ou uma sentença correspondente não significa concordar que elas tenham a mesma força do que a afirmação metafórica original.

Baseado nas novidades propostas de Richards (1971), Black (1966a) discrimina alguns aspectos estruturais da metáfora. Primeiramente, ele designa o termo ou a expressão nos quais a metáfora se concentra de *foco* e ao qual nossa atenção se dirige, em oposição ao *quadro* – enunciado metafórico tomado como um todo. Em uma expressão metafórica, o *quadro* da metáfora força a palavra focal a uma extensão de seu significado. O novo sentido é produzido a partir da conexão de duas idéias, e é nessa conexão que reside o segredo e o mistério da metáfora.

Em sua perspectiva teórica, Black (1995) também postula que todo enunciado metafórico apresenta dois assuntos distintos, os quais denomina de tópico “primário” e tópico “secundário”. Ambos os temas devem ser tomados como sistemas e não como algo individual. Ou seja, os termos utilizados no enunciado metafórico estão relacionados não pela projeção de uma relação simples, mas por uma diversidade de relações. Relações estas que são “projetadas” do tópico secundário para o primário, tal qual em um modelo. Na frase “A Amazônia é o pulmão do mundo”, o termo “Amazônia” indica o tópico primário e o termo “pulmão”, o secundário. O foco – no caso o termo “pulmão” – é utilizado a partir dos sistemas de lugares-comuns associados à significação corrente de pulmão, cuja utilização depende dos valores de determinada comunidade linguística. Ou seja, o objetivo do filósofo é enfatizar o papel da cultura na construção de toda metáfora. É a partir da associação dos lugares-comuns que uma nova classificação é construída e auxilia a organizar a nossa visão de mundo.

Posteriormente, Black (1995) ressalta duas qualidades da metáfora: a ênfase e a ressonância. Uma metáfora é *enfática* quando não permite variação ou substituição dos termos utilizados, ou seja, o oposto de ser decorativa, opcional ou ornamental. A *ressonância*

é quando a metáfora se presta a implicações ou elaborações futuras por parte do ouvinte. Diz respeito à complexidade e ao poder do tema da metáfora em questão e ao grau de interpretação e elaboração incentivados pela metáfora. A ênfase e a ressonância são uma questão de grau, porém, uma metáfora altamente enfática tende a ser simultaneamente ressonante. Nesse caso, Black (1995) diz se tratar de uma *metáfora forte*.

O filósofo francês Paul Ricoeur (2000) dará outro passo em relação aos enunciados metafóricos. Se da primazia da palavra, autores como Richards e Black chegam à frase como unidade principal, Ricoeur (2000, p. 336) propõe dirigir-se a entidades maiores que as frases: os textos. Estes são definidos como “entidades complexas de discurso cujos caracteres não se reduzem ao da unidade de discurso ou frase. Por texto (...) entendo, prioritariamente, a produção do discurso como obra”.

A contribuição de Ricoeur com uma teoria da metáfora para o presente trabalho encontra-se na discussão entre metáfora e referência. O autor postula que a metáfora determina uma referência duplicada, ou seja, a interação entre uma referência suspensa e outra desvelada, entre uma referência primária (ou ordinária) e outra manifesta. A hermenêutica assume função nesse momento. Ricoeur escreve (2000, p. 338):

Se é verdade que é em uma interpretação que sentido metafórico e sentido literal se distinguem e se articulam, é também em uma interpretação que, graças à suspensão da denotação de primeira ordem, é liberada uma denotação de segunda ordem, propriamente a denotação metafórica.

O processo referencial da metáfora ocorreria em dois momentos. Num primeiro, a tentativa de interpretação literal destrói o sentido do enunciado e, portanto, também da referência. No entanto, para o autor, essa é apenas a primeira etapa, uma negativa, que precede seu inverso, a estratégia positiva. Nesta última, por meio de uma torção do sentido literal, emerge um novo sentido e, conseqüentemente, um novo objetivo referencial. Se a nova referência não pode ser encontrada na realidade ordinária, é porque ela remete a uma nova

realidade, desta vez, inaugurada pela metáfora como obra. Realidade que estabelece novos limites para a construção de sentido. O trabalho de interpretação é compreender o mundo ao qual determinada obra faz referência, a partir de sua disposição, gênero, estilo. Se a inovação de sentido promovida pela metáfora é a *metáfora viva*, o novo objetivo referencial aponta para *o mundo da obra*.

Na perspectiva interacionista de metáfora, uma nova concepção de realidade e verdade emerge. A verdade metafórica decorre de uma teoria explicitamente tensional da metáfora. De um lado, em uma leitura literal, o sentido é impossível e a referência é suspensa. Ao mesmo tempo, a partir de um trabalho interpretativo, a metáfora “é”: ela inventa um novo sentido, uma nova referência, uma nova verdade. A tensão é constante, pois decorre da coexistência de duas visões opostas, num movimento de presença-ausência, do qual emerge o sentido.

Tanto na concepção de Black como na de Ricoeur, as metáforas não apenas criam novos sentidos, mas também novas referências. As metáforas fortes têm o poder de apontar semelhanças entre os fenômenos que passam a fazer parte da realidade dos mesmos. Ricoeur (2000, p. 139) acrescenta: “É por isso que a metáfora confere um *insight*. Organizar um tema principal por aplicação de um tema subsidiário constitui, com efeito, uma operação intelectual irreduzível, que informa e esclarece como nenhuma paráfrase o poderia fazer”.

Uma primeira pergunta que nos devemos fazer diz respeito à espécie de conhecimento produzido pela metáfora. Em estreita relação com esta pergunta, chegamos a uma segunda questão, cuja resposta fundamenta a grande razão da oposição entre a teoria substitutiva e a comparativa, de um lado, e a teoria interacionista, de outro. Pois entendemos não se tratar de um conflito de nomenclaturas, de modelos ou estruturas, mas, em última instância, do papel da metáfora na linguagem: trata-se de um ornamento da linguagem e, portanto, dispensável ou, contrariamente, fundamento da própria linguagem?

Traduzir o mundo em linguagem é intrínseco à condição humana, e as metáforas têm papel essencial nesse processo. Partimos do ponto de vista no qual a importância da metáfora reside em um necessário e fundamental papel dentro da linguagem. A suposição da metáfora como desvio ou engano é veementemente criticada por Black. O autor alega que o produtor da metáfora teria todo o direito de reivindicar que foi dito exatamente o desejado, tendo sido escolhidas as palavras que melhor lhe expressassem os pensamentos, atitudes e sentimentos. A flexibilidade da linguagem não apenas nos permite o uso metafórico dela, como também se mostra necessária, visto a linguagem corrente não poder dar conta de expressar com riqueza o que desejamos. Black (1995, p. 33) afirma:

Por que tentar ver *A* metaforicamente como *B*, quando ele literalmente não é *B*? Ora, porque nós o podemos fazer, não sendo os limites conceituais rígidos, mas elásticos e permeáveis; e porque frequentemente nós precisamos fazê-lo, sendo os recursos literais disponíveis na linguagem insuficientes para expressar a riqueza das correspondências, inter-relações e analogias de domínios convencionalmente separados; e porque o pensamento e afirmação metafóricos às vezes conferem uma compreensão não comunicável de outra maneira.

Lakoff e Johnson (1980) são defensores do papel fundamental da metáfora na linguagem. A tese esboçada no livro *Metaphors we live by* é de que a metáfora não é apenas um ornamento da linguagem, mas, ao contrário, que o pensamento humano é processado, em grande medida, metaforicamente. Como argumento inicial, eles utilizam o exemplo “argumento é guerra” e explicam como os termos utilizados quando discutimos ou debatemos algum assunto são, em grande parte, assentados em termos de guerra: “O que você alega é *indefensável*”, “Você *atacou* cada *ponto fraco* do meu argumento”, “Eu nunca *venci* um argumento dele”, “Sua *estratégia* de argumentação é *fraca*” etc. Os autores ressaltam que não apenas falamos de argumentos em termos de guerra, mas que, de fato, podemos vencer ou ser derrotados em uma discussão, podemos atacar ou nos defender de argumentos – e, nesse sentido, argumento é guerra. Por outro lado, ambos são coisas diferentes. Os *argumentos* não são uma subcategoria do conceito de *guerra*, mas os argumentos são parcialmente

estruturados, entendidos, falados e experienciados como guerra. Como conclusão, os autores alegam que o pensamento conceitual é definido e estruturado metaforicamente, revelando a função essencialmente cognitiva da metáfora.

Alguns filósofos vão além e não se limitam a reconhecer na metáfora uma expressão indispensável à comunicação, mas defendem sua anterioridade em relação à linguagem literal. A distinção inicial, proposta por Aristóteles, entre termos próprio e impróprio, faz crer na possibilidade de uma separação relativamente não-problemática entre linguagem literal e linguagem metafórica. Embasa também a crença de que existiria uma linguagem dita literal, sendo a linguagem metafórica apenas uma derivação, um desvio semântico da primeira. Algumas hipóteses defendem, contrariamente, que não é a linguagem literal que é original, mas a metáfora é o terreno fértil do qual toda linguagem nasce.

Em defesa dessa tese, David Leary (1990) escreve que não haveria uma divisão clara entre *linguagem literal* e *linguagem metafórica*. Aquilo que se chama de *literal* é apenas o uso da linguagem a que determinada comunidade linguística se acostumou. Por exemplo, a expressão “perna da cadeira” foi originalmente uma metáfora, e apenas com o uso repetido na língua é que tal locução se transformou, pelo costume, em uma expressão literal. Leary (1990, p. 6) escreve: “A linguagem literal é o cemitério no qual todas as ‘metáforas mortas’ são postas para descansar”.

Também defendendo, com base em estudos filológicos, a tese da primazia da metáfora, Vico (1953 apud ZIR, 2009) argumenta que o nascimento de uma linguagem para dada comunidade acontece a partir do choque entre uma natureza interna e uma natureza externa, sendo que a origem última de ambas não é acessível. A linguagem abstrata e a distinção entre o metafórico e o literal surgem apenas posteriormente, quando os traços dessa distinção são progressivamente esquecidos e supostos como pertencendo objetivamente às coisas. Para o autor, o fundamento das “nações”, e também das ciências, parte de princípios e

hábitos necessários à estruturação de cada comunidade. No início, essa estrutura se dá por meio de “princípios fabulosos” das histórias e mitos. Apenas posteriormente é que, tendo como pano de fundo essa estrutura alegórica e mitológica, podem surgir outras atividades mais abstratas e individuais, como a reflexão filosófica.

Embora a tese da primazia da metáfora seja condizente com uma perspectiva interacionista e, mesmo, com as hipóteses do presente trabalho, não pretendemos fazer uma defesa extensa dessa tese. No entanto, ela revela a dimensão que a linguagem metafórica pode alcançar em um estudo sobre a estruturação da comunicação humana, bem como sobre seu papel dentro da linguagem. Importa salientar aqui o aspecto criativo, cognitivo, presentes em toda metáfora, motivo pelo qual retomamos nossa outra pergunta, qual seja, o tipo de conhecimento gerado por uma metáfora.

Propomos pensar a função cognitiva da metáfora a partir de dois processos concomitantes. Em primeiro lugar, na comparação que ela estabelece entre dois termos, tal qual um modelo e, nesse sentido, acompanhando a visão tradicional da metáfora: termos ou fenômenos são postos lado a lado, e a metáfora, ao estabelecer semelhanças entre termos inicialmente diferentes, revela-nos um conhecimento novo. Nesse aspecto cognitivo, nossa concentração se situa no foco do enunciado e, quanto maior a analogia entre os termos, maior também seu poder cognitivo. Apoiados na noção de Black (1995) sobre o temas primário e secundário de uma metáfora, podemos chamar esse conhecimento de *sistêmico* (comparação entre sistemas).

Mas há, também, um segundo aspecto criativo da metáfora. Ao levarmos em conta o quadro geral, a metáfora deixa de ser um “como” e passa a ser um “é”. Oferecendo-se de anteparo para observar um fenômeno, a metáfora cria uma nova perspectiva; e, nesse sentido, poderíamos chamar esse conhecimento de *criativo*. Essas são as grandes metáforas ou

metáforas fortes, conforme a nomenclatura utilizada por Black (1995), as quais oferecem um conhecimento altamente enfático e ressonante.

Black (1995) refere-se à produção de uma nova perspectiva que acompanha todo conhecimento promovido pela metáfora, alegando que a função cognitiva da metáfora se encontra no fato de ela dizer algo sobre o mundo. Ao mudar as relações entre os termos designados, um enunciado metafórico pode gerar novo conhecimento e compreensão em duplo sentido: primeiro, por dar a ver uma relação não dedutível diretamente do léxico padrão; em segundo, por criar uma similaridade até então inexistente. Mas a observação importante do autor é a de que tais relações estão verdadeiramente presentes na *realidade*, pois “O mundo é necessariamente um mundo *sob certa perspectiva* – ou um mundo visto de uma certa perspectiva. Algumas metáforas podem criar esta perspectiva”.(Black 1995, p. 38)

3 METÁFORA E CIÊNCIA

O presente trabalho postula o uso da metáfora como recurso cognitivo na produção de conhecimento na ciência e, em particular, na Psicanálise. Para tanto, alegamos que ela não apenas é dificilmente evitada mesmo nos discursos que tentam seguir os parâmetros tradicionais de ciência, como se mostra necessária para conhecer e estudar inúmeros objetos que se furtam a uma apreensão exclusivamente empírica. É o caso da Psicanálise e do inconsciente. Nossa proposta pode ser resumida da seguinte forma: se muitos objetos não podem se adequar às exigências das epistemologias tradicionais de ciência, será que a essencialidade da metáfora como recurso cognitivo na Psicanálise não estará a assinalar a presença de outro “solo epistemológico?”.

3.1 OS PERIGOS DA METÁFORA

Por vezes temida como uma arma perigosa, passível de levar o intelecto humano ao erro e à fantasia, em outros momentos admitida como recurso cognitivo, mas não sem cautela, a metáfora na ciência recebeu diversas críticas, as quais tentaremos discutir, antes de propor seu necessário e fundamental papel na constituição de qualquer conhecimento.

Um primeiro problema potencial da metáfora diz respeito à sua intrínseca ambiguidade, já abordada pela epistemologia empirista e positivista, mas que foi minuciosamente tratada pela epistemologia neopositivista.

Discutido e definido por membros do Círculo de Viena na década de 1920, o programa neopositivista (ou empirismo lógico) propôs uma reforma sintática da linguagem científica para que, por meio do controle de regras sintáticas e semânticas, fosse possível impedir o

surgimento de sentenças denominadas “não-sensos lógicos”.⁷ Nessa tradição, de busca pela sinonímia e univocidade dos termos, decorre a condenação do uso metafórico na ciência, por causa da confusão e da ambiguidade que ela poderá gerar. O objetivo desse programa foi o de evitar o uso de termos que se referissem a *entidades factualmente inexistentes*, *entidades fictícias* e *ontologicamente impossíveis* e da possibilidade de formação de não-sensos lógicos na linguagem científica. A metáfora, portanto, foi um dos alvos de crítica. Carone (2011, p. 20) explica que no programa neopositivista:

Os termos mentais passaram por uma inspeção rigorosa desse programa de policiamento da linguagem. (...) De modo geral, previa-se a substituição de termos mentais por termos comportamentais. Os termos mentais irreduzíveis foram considerados “metafóricos”, produzindo “não-sensos lógicos” de sentenças nas quais ocorriam.

Em outras palavras, um posicionamento antimetafórico poderia alegar que, ao utilizar palavras com sentidos diferentes dos que originalmente possuem ou dos sentidos unívocos e “técnicos” das linguagens científicas, um discurso científico que as proclamasse fatalmente estaria povoado de personagens bizarros.

Em primeiro lugar, as epistemologias antimetafóricas sempre fracassaram em evitar o uso da metáfora, mesmo na função retórica (LEARY, 1990). Se pensarmos no papel fundamental da metáfora na linguagem, é relativamente fácil compreender a dificuldade em evitá-la, mesmo em um discurso que se proponha lógico e exato.

⁷ Alston (1972) explica que, assim como a frase “Sábado está na cama” ou “Quadruplicidade bebe procrastinação” são exemplos gramaticalmente corretos, porém destituídos de significação, de forma menos óbvia, esses problemas podiam ser encontrados dentro da filosofia. Assim, para apontar o não-senso dessas frases, mostrava-se necessário a definição de critérios de significação. A *teoria da verificabilidade da significação* vem fixar justamente o princípio segundo o qual a validade de um argumento só poderia ser medida a partir da relação que tal enunciação apresenta com a experiência sensorial. William Alston (1972, p. 110) explica que o princípio que rege essa teoria é aquele que diz: “Para que um argumento seja válido, aquele que o enuncia deve estar apto a especificar o modo como aquilo que diz pode ser empiricamente verificado; por outras palavras, deve ser possível especificar quais observações são importantes pró ou contra a verdade de qualquer argumento”. Em *Tractatus*, Wittgenstein defende que toda proposição genuína deveria ter como base “fatos atômicos”, ou seja, aqueles que podem em princípio ser verificados pela observação. Assim, toda asserção significativa é passível de redução a proposições simples, elementares ou atomísticas que podem ser estabelecidas ou rejeitadas pela observação. A verificabilidade das asserções de uma teoria coincidiria com o caráter científico dela (POPPER, 1994).

Em segundo lugar, e mais importante, a linguagem metafórica na ciência não impede a determinação de referência, nem tampouco é alheia a critérios de precisão e investigação, ainda que de forma diferente da ciência tradicional. Sobre esta questão, trataremos especialmente dos estudos de Richard Boyd mais adiante, sugerindo que a ambiguidade da metáfora tem importante papel na determinação de referência de termos ainda iniciais na ciência, bem como não é empecilho de uma precisão metodológica e linguística. A própria teoria interacionista de Richards (1971) defendia que, se a flutuação do sentido das palavras é intrínseca à linguagem, uma vez inseridas num contexto, as palavras perdem a ambiguidade.

Mas as preocupações com a metáfora não se restringem aos filósofos do Círculo de Viena. Existem outras críticas e preocupações em relação a seu uso, sendo a segunda delas, que queremos destacar, a crença de que a metáfora seria um apelo às imagens em detrimento da necessidade da abstração, característica do pensamento científico.

Gaston Bachelard (1996), poeta e filósofo francês, embora contrário a uma perspectiva empirista de ciência, faz uma crítica à metáfora como um dos “obstáculos epistemológicos” ao conhecimento científico no livro *A formação do espírito científico*. Na maioria, esses obstáculos estariam presentes sempre que houvesse uso metafórico da linguagem, como *obstáculos verbais*.⁸ Tais obstáculos verbais precisariam ser eliminados para o desenvolvimento da ciência, o que estaria bem exemplificado com a história da Química e de sua antecessora, a Alquimia.

Bachelard (1996) enfatiza intensamente o pensamento abstrato em oposição ao concreto, o último caracterizado pelo pitoresco e pelas imagens. Dá inúmeros exemplos do

⁸ Bachelard (1996) mostra como a metáfora pode ser um obstáculo verbal na linguagem científica. Neste caso, o autor considera que uma única imagem ou uma única palavra constituem toda a explicação. Exemplificando: a comparação do ar com uma esponja levou estudiosos do século XVIII a uma *imagem generalizada* e, em alguns casos, a idéia de esponja passou a constituir uma verdadeira categoria empírica. Bachelard (1996, p. 97, grifos nossos) conclui que “não se pode confinar com tanta facilidade as metáforas ao *reino* da expressão. Por mais que se faça, as metáforas *seduzem* a razão. São imagens particulares e distantes que, insensivelmente, tornam-se esquemas gerais”.

uso dessas imagens no conhecimento do século XVIII – como atribuir fecundidade aos metais ou atribuir à eletricidade a qualidade de “cola”, em função da atração que ela exerce – e as chama de “folclore”, “fantasia”, “reino das imagens contraditórias”, “ficções científicas”. Evidentemente, a conclusão de Bachelard (1996, p. 48) é a de que “uma ciência que aceita as imagens é, mais que qualquer outra, vítima das metáforas. Por isso, o espírito científico deve lutar sempre contra as imagens, contra as analogias, contra as metáforas”. Nestes casos, se a crítica de Bachelard foi inicialmente dirigida a um empirismo evidente e básico, este é imediatamente relacionado – senão provocado – pelo uso de metáforas.

Os exemplos⁹ que Bachelard (1996) toma para criticar o uso da metáfora na ciência induzem o autor a confundir as metáforas com uma estratégia de pensamento que lhe é independente: o conhecimento vago, generalizado, simplificado, imediato dos fenômenos. Sua concretude, derivada do apelo a imagens, aparentemente impediria a abstração característica da ciência. Se, por um lado, tais esquemas gerais devem ser questionados, por outro, discordamos que sejam intrinsecamente derivados do uso das metáforas. Mais ainda, cremos que as imagens concretas não são impeditivas, como auxiliam a abstração e a complexidade do pensamento.

Quer se usem ou não as metáforas, o problema permanece o mesmo. O risco de as teorias serem reduzidas a esquemas gerais, simplórios e simplificados da realidade independe do uso de metáforas. O próprio Bachelard (1996, p. 260) acrescenta o *obstáculo quantitativo*,

⁹ Importante ressaltar que os principais exemplos nos quais Bachelard se baseia para criticar o uso da metáfora dizem respeito a seu uso na Alquimia. No entanto, Dedre Gentner e Michael Jeziorski (1995) sugerem que, se a busca por similaridades é universal na cognição humana, a forma de trabalhar com ela difere. No texto *From metaphor to analogy in science*, os autores defendem uma mudança entre o uso das metáforas e analogias pelos alquimistas daquelas utilizadas pela ciência moderna. Enquanto os alquimistas davam livre curso ao uso de metáforas e analogias, utilizando-as de forma plural e excessiva (tanto quantitativa como qualitativamente), a ciência moderna tende a um uso mais rigoroso, privilegiando uma análise estrutural. As hipóteses para tais diferenças são anunciadas pelos autores como decorrendo, em primeiro lugar, do desejo dos alquimistas em manter uma atmosfera de segredo e mistério em torno do conhecimento, preferindo, portanto, o uso de termos vagos, de simbolismo e ambiguidade. Uma segunda hipótese, mais profunda que a primeira, refere o fato de as metas dos alquimistas serem muito mais complexas do que as da ciência moderna. O objetivo dos alquimistas não era apenas entender o mundo material, mas conquistar uma transcendência espiritual.

reconhecendo que a aparente “literalidade” dos números e quantidades também pode incorrer em um pensamento simplista da realidade: “Até no reino da quantidade vemos opor-se à atração por um matematismo demasiado vago, a atração por um matematismo demasiado preciso”.

Talvez as críticas mais contundentes sobre a metáfora – mas que, nestes casos, não dizem respeito a características intrínsecas à metáfora, e sim a um uso que poderíamos chamar de *retórico* – possam ser condensadas no seguinte aspecto: se as metáforas e analogias são vantajosas pelo extraordinário efeito de compreensão que geram, ao conceber o universo como uma teia de símbolos que podem ser rearranjados, fazendo aproximações entre dois temas, por outro lado, todo conhecimento que tem a analogia como base facilmente se desloca do eixo argumentativo. O risco é evidente: tais recursos, levados a ferro e fogo, podem tornar-se um método que prescinde da necessidade argumentativa e virar deslocamento puro e simples da *empíria* de um campo ao outro.

Esse contrabando pode ser observado na análise que Chiozza (1997) faz sobre os aspectos subjetivos e emocionais de diversas doenças. Pautando-se na mecânica orgânica e biológica de enfermidades como diabetes, asma etc., o autor parece forçar certas conclusões sem maiores esclarecimentos. Em relação à diabetes, por exemplo, Chiozza (1997) afirma que, se encararmos a glicose como uma riqueza para o corpo, pois dela retiramos nossa energia, podemos entender que o diabético é rico, ou seja, possui glicose em abundância no sangue, porém se sente sempre insatisfeito, pois não pode usufruir dela. Essa riqueza, então, não se torna sua (sentimento de impropriedade).

Ocorre que, neste caso, a metáfora da dinâmica orgânica da diabetes deixa de ser uma metáfora para se tornar causa de um suposto quadro emocional. Poderíamos dizer que aqui há uma *literalização* da metáfora e que ela deixa de possuir a instabilidade que a deve caracterizar. A metáfora na ciência, sempre que tenta estabelecer sua referência na “realidade

empírica e observacional”, apresenta grande chance de afirmar absurdos.

Dedre Gentner e Jonathan Grudin (1985) analisaram 68 artigos entre 1894 e 1975, buscando examinar as mudanças históricas das metáforas utilizadas por psicólogos americanos para descrever processos mentais, e demonstraram que algo parecido ocorre com as metáforas neurais. Como os princípios que regem ambos os domínios (neural e mental) podem facilmente ser tomados como os mesmos, o perigo é de o domínio neurológico tornar-se um substrato causal para o domínio mental e a Neurofisiologia servir como um falso argumento que autorizaria a analogia, sem maiores exames. Ou seja, as metáforas neurais seriam menos detectáveis como metáforas e menos sujeitas a uma análise sistemática a respeito de sua precisão e plausibilidade.

Concluindo, a metáfora, a analogia, a transposição de uma disciplina para a outra, não são recursos fáceis de usar. A Psicanálise, como diversas ciências, desde sempre tem visitado outras áreas de conhecimento para elucidar seus objetos e conceitos, e tal intercâmbio deve ser observado e analisado com rigor, especialmente para uma pesquisa que pretenda postular a metáfora como recurso cognitivo.

No entanto, se existe um risco no uso da metáfora na ciência, os riscos existem em qualquer construção do conhecimento. Por outro lado, descartar a metáfora e seu uso na ciência é uma tarefa não apenas difícil, como prejudicial, vista a importância que ela adquire em diversas áreas do conhecimento, como procuraremos discutir a seguir.

3.2 A FUNÇÃO COGNITIVA DA METÁFORA NAS TEORIAS CIENTÍFICAS

Esperamos ter conseguido explicar que as críticas comumente feitas à metáfora não justificam sua rejeição no conhecimento científico. O que tentaremos propor é tanto justificar

a sua importância, e as suas possíveis funções na ciência, como sistematizar e instrumentalizar seu uso científico.

Existe uma função mais superficial da metáfora que se refere ao papel pedagógico e ilustrativo. Nestes casos, embora possa conferir *insights* ou auxiliar na compreensão de determinado tema, devido ao conhecimento analógico que a embasa, sua função cognitiva e, portanto, a importância que adquire na construção do conhecimento, seria dispensável. Dito de outra forma, a metáfora, nestes casos, não é constitutiva de determinado conhecimento, pois o último poderia ser desenvolvido por meio de termos literais e técnicos, em substituição aos termos metafóricos. Acreditamos ser possível estabelecer uma correspondência da função pedagógica e ilustrativa com a *teoria substitutiva ou comparativa*, na qual a metáfora também é concebida como um ornamento e poderia ser parafraseada por enunciados literais, sem grandes prejuízos ao seu significado.

Contrariamente, nossa defesa é a de que, mais do que um papel pedagógico ou ilustrativo, as metáforas são constitutivas de teorias, e, com frequência, não há possibilidade de descartá-las, mesmo quando do avanço do conhecimento. O grande mérito da perspectiva *interacionista* da metáfora é apresentar seu papel fundamental na comunicação, o qual não se reduz a um desvio ou ornamento. No caso das disciplinas científicas, corresponderia a dizer que determinados desenvolvimentos teóricos são dependentes do uso de metáforas e analogias.

Leary (1990) corrobora essa visão dizendo que não apenas as ciências têm dificuldades em evitar as metáforas nos discursos, como recentes estudos vêm pesquisando os caminhos pelos quais o pensamento metafórico, em sua concepção mais ampla, auxiliou a constituir, e não apenas ilustrar, a teoria e a prática científicas. O autor acrescenta que frequentemente os cientistas e filósofos das ciências naturais fizeram uso amplo de metáforas do mundo social. Leary (1990) exemplifica com Newton, quando este utilizou o termo

“atração” e “sociabilidade”, visto nenhuma força mecânica detectável dar conta da tendência das massas de se moverem umas em direção às outras.

No tópico “*Por uma teoria da metáfora*”, discriminamos dois conhecimentos complementares que a metáfora possibilita: o conhecimento sistêmico – presente na concepção comparativa e interacionista de metáfora – e o conhecimento criativo – apenas possibilitado em uma concepção interacionista. Na ciência, propomos que a produção metafórica faça parte da constituição do conhecimento

A analogia encontra-se na base de toda metáfora, e é ela quem possibilita aquilo que chamamos de *conhecimento sistêmico*, visto produzir uma informação nova a partir da comparação entre sistemas. Assim, entendemos que uma das funções possíveis da metáfora nas ciências (compreendida em seu sentido mais amplo) permite conferir e constituir um objeto de conhecimento, graças ao empréstimo metafórico.

De certa forma, poucos são os cientistas que, atualmente, restringem em absoluto o uso de metáforas e analogias na construção do conhecimento científico, especialmente quando se trata de um domínio novo a ser estudado. Nestes casos, é natural que se tracem paralelos entre conhecimentos novos e outros já estudados e conhecidos. O mesmo ocorre com a linguagem inicial de uma ciência, na qual o uso de metáforas é reflexo do estado ainda nascente de determinado conhecimento.

Em *Metaphor and theory change*, Richard Boyd (1995) defende que o papel da metáfora no desenvolvimento e articulação de teorias reside no fato de ela se apresentar como um dispositivo para acomodar a linguagem à estrutura causal do mundo. O autor salienta que a definição da referência de alguns termos para espécies naturais, a partir de suas propriedades essenciais, seja relativamente simples – por exemplo, definir que a extensão do termo *água* é qualquer substância que contenha a propriedade H_2O –, em muitos casos, esse

tipo de referência ostensiva é complicado. Nos casos em que o acesso epistêmico,¹⁰ a partir de propriedades essenciais da espécie, não seja possível devido à complexidade do termo em questão, as metáforas constitutivas de teoria teriam o papel de acomodar categorias linguísticas à estrutura natural dos fenômenos ainda não compreendidos completamente.

Se a imprecisão é uma característica da metáfora, um certo grau de imprecisão dos termos é desejável no desenvolvimento de toda ciência, por ser o que melhor rende em fertilidade de uma construção teórica. Como defende Boyd (1995), os princípios que governam os termos teóricos e metodológicos nas ciências não diferem significativamente do processo de acomodação da linguagem pela *via* dos termos metafóricos. Também os termos metafóricos serão objeto de pesquisa e de aprofundamento do conhecimento como qualquer termo teórico. Portanto, a imprecisão característica da metáfora não impede que ela possa ser empregada nas teorias científicas.

Um exemplo mencionado por Boyd (1995) diz respeito ao caso da metáfora computacional na Psicologia Cognitiva. O emprego metafórico dos termos computacionais desencadeou uma nova referência no contexto da construção da teoria da cognição humana, e o funcionamento dos estados e processos mentais foi posto em analogia àqueles referentes ao modelo computacional. Para o autor, se as metáforas utilizadas forem eficientes e descritas em suficientes detalhes, então as propriedades relacionais dos referentes dos termos computacionais permitiriam, por analogia, eliminar a ambiguidade dos referentes dos termos metafóricos na teoria psicológica. O objetivo dessas metáforas é introduzir, num estágio relativamente inicial de uma ciência, termos teóricos referenciados a diversos postulados

¹⁰ Boyd (1995) introduz a noção de acesso epistêmico para dizer que os termos e suas referências apresentam relações recíprocas, ou seja, qualquer desdobramento ou descoberta sobre um termo T indica qualidades de um referente k. Essa relação epistêmica recíproca entre um termo e uma espécie constitui o acesso epistêmico. Embora Boyd (1995) nos lembre que um termo permite acesso epistêmico para diferentes espécies, o autor se refere especialmente àqueles termos relacionados a um tipo de espécie ou a uma família intimamente relacionada.

plausíveis, possibilitando futuras investigações: no caso, quais os aspectos da cognição humana (percepção, atenção, memória etc.) que se assemelham aos do computador.

A justaposição metafórica possibilita a descoberta de características semelhantes entre os eventos e, como consequência desse processo, também os traços relevantes para a determinação da referência, a qual independe de uma definição convencional, estipulada de uma vez por todas. A respeito, Boyd (1995) salienta que o processo de denotação a partir das metáforas normalmente ocorre com os termos das ciências. A ciência introduz uma terminologia para se referir aos fenômenos naturais, muito antes de o estudo sobre eles ter atingido o ponto no qual seja possível especificar algum tipo de critério definido, como uma postura empirista da linguagem científica o exigiria.¹¹

Se é possível encontrar uma função justificada do uso da metáfora no estágio inicial de uma ciência, a questão seguinte é a de saber se toda metáfora constitutiva de teoria tenderia a ser eventualmente abandonada ou substituída por termos “literais” (unívocos) com o avanço do conhecimento científico. Boyd (1995) sugere que há uma indeterminação necessária nos referentes dos termos das espécies como consequência da própria teoria da evolução de Darwin – as referências dos termos se alteram não apenas devido a um progresso no conhecimento sobre as espécies, como também pela própria alteração evolutiva das espécies pesquisadas. As propriedades e características de uma espécie podem nunca chegar a

¹¹ Boyd (1995) defende o uso da metáfora a partir de uma oposição à perspectiva empirista, cuja concepção afirma que os termos na ciência são definidos por convenção, fixando seu significado e referência. Para o empirismo, a precisão linguística pode ser conquistada a partir da existência de definições explícitas e detalhadas estipuladas por determinada comunidade científica. Além disso, as grandes mudanças nas teorias científicas, para a perspectiva empirista, devem-se mais a transformações no trabalho conceitual do que a novas descobertas. Assim, nesta concepção, os termos científicos não se referem à *essência real* das substâncias, mas sim à *essência nominal*, ou seja, ao critério que certa comunidade fixou por convenção e que designa um só objeto. Como consequência, mesmo os termos precisos de inobserváveis ou teóricos desempenham papel puramente heurístico ou conceitual na construção do conhecimento científico. O equívoco dessa concepção é não considerar que, dada a ignorância humana, nenhum termo que seja introduzido por pura convenção possa corresponder, de fato, a alguma espécie. Além disso, Boyd (1995) entende que o grande problema da perspectiva empirista tem sido a dificuldade em distinguir, na prática, as verdades científicas *por convenção* daquelas verdades essencialmente *empíricas*.

corresponder a um número finito, nem são imutáveis no tempo, alterando-se no decorrer da história e dos lugares.

Além disso, mesmo naqueles conhecimentos que, com o tempo, puderam prescindir de termos metafóricos, estes termos não apenas se mostraram essenciais no estágio inicial do conhecimento como em seu desenvolvimento posterior. Um exemplo pode ser encontrado no texto *A metáfora na ciência* de Thomas Kuhn (2006), o qual, defendendo a função cognitiva da metáfora, explica que os modelos atômicos do “sistema solar” e da “bola de bilhar”, embora com o avanço do conhecimento tenham sido substituídos por artefatos não metafóricos, mostraram-se essenciais no desenvolvimento da teoria quântica, a partir dos estudos sobre em que aspectos as leis da mecânica e da teoria eletromagnética se aplicavam a tais modelos. Kuhn (2006, p. 249) acrescenta que “(...) mesmo quando esse processo de explorar similaridades potenciais foi tão longe quanto podia (nunca foi completado), o modelo permaneceu essencial à teoria”.

Mas há ainda outro aspecto do conhecimento e do papel da metáfora dentro das ciências. Além do conhecimento sistêmico, a perspectiva interacionista também ressalta o novo olhar que a metáfora possibilita oferecer a um fenômeno. Dentro do contexto científico, corresponderia a uma nova perspectiva metafísica e ontológica inaugurada em um antigo ou novo campo de conhecimento. Trata-se do conhecimento *criativo* possibilitado pelas metáforas.

As boas metáforas nunca são escolhidas aleatoriamente. Leary (1990, p. 259) aponta a importância que as metáforas utilizadas têm ao revelar certa concepção metafísica dos autores:

Quando Tolman afirma que o mundo é um labirinto complexo, ou Hull que os organismos são máquinas, ou Skinner que o mundo conhecido é uma combinação de contingências, nós vemos nestas afirmações a expressão de uma profunda crença sobre o mundo, e não apenas expressões coloridas de fatos positivistas.

No artigo já mencionado, Gentner e Grudin (1985) buscam examinar as mudanças históricas das metáforas utilizadas por psicólogos americanos para descrever processos mentais. O objetivo era rastrear as respectivas mudanças nos modelos de “mente” que os psicólogos possuíam. Os autores reconhecem o papel das metáforas na construção das teorias psicológicas e assumem que a linguagem metafórica não é mero adorno nem selecionada aleatoriamente, mas reflete a forma como tais pesquisadores concebem o domínio psicológico. Os autores encontraram um total de 265 metáforas, divididas em quatro categorias principais: *metáforas de seres-vivos*, *metáforas neurais*, *metáforas espaciais* e *metáforas de sistemas*. Alguns achados da pesquisa de Gentner e Grudin (1985) se mostram pertinentes de ser apontados aqui.

Primeiramente, Gentner e Grudin (1985) observaram mudança nas categorias metafóricas usadas no decorrer dos anos. Se, no início, as metáforas espaciais e de “seres-vivos” dominavam, progressivamente elas foram perdendo terreno para as metáforas de sistemas. Vale notar que, no período de 1925-1945, os autores observaram um declínio no uso de metáforas mentais, provavelmente reflexo da influência do behaviorismo. Artigos desse período tendiam a fazer uma análise mais direta dos dados; e, quando usadas, as metáforas refletiam modelos matemáticos. A pesquisa visa demonstrar um uso mais profundo das metáforas na Psicologia, defendendo não se tratar apenas de uso ilustrativo ou retórico, mas refletir perspectivas e visões sobre a mente humana. Assim, os autores alegam que as mudanças nos tipos de metáfora correspondem a mudanças nas correntes teóricas psicológicas: o uso de metáforas neurais revela a influência da Psicologia da *Gestalt*, e os sistemas matemáticos se relacionam ao advento do processamento de informação na Psicologia Cognitiva.

Ambos os conhecimentos citados, o sistêmico e o criativo, demonstram outra postura sobre as metáforas, na qual as últimas são caracterizadas como essenciais na comunicação de

idéias. As metáforas constitutivas de teorias, quer porque a ciência se encontra em um estágio inicial de desenvolvimento, quer porque dificilmente o objeto a ser conhecido possa ser descrito em termos puramente literais, inauguram termos em domínios cuja existência não se poderia dar sem a interação e a justaposição metafórica. É o caso das metáforas computacionais mencionadas por Boyd (1995) , já discutidas anteriormente.

Além disso, as metáforas na perspectiva interacionista são mais do que uma comparação. Elas oferecem uma classificação de nível superior (VICO, 1953 apud ZIR, 2009), possibilitam uma nova perspectiva (BLACK, 1995; KUHN, 2006) sobre determinado tema. Associar a mente a um computador, por exemplo, não serve apenas para conhecer a mente, mas para estabelecer uma nova concepção *sobre o que é a mente*.

Tendo como base de reflexão esses dois conhecimentos promovidos pela metáfora dentro da ciência – o sistêmico e o criativo –, ainda é possível viabilizar critérios para sua aplicação. Afinal, embora seja bem evidente que algumas metáforas tenham sido utilizadas na construção de modelos científicos, isso não significa, em absoluto, que toda e qualquer metáfora possa ser boa para esse fim.

Gentner e Jeziorski (1995) denominam de *mapeamento estrutural* a teoria do processamento humano de analogia e similaridade. A idéia é que o conhecimento analógico é obtido a partir do mapeamento do conhecimento de um domínio-base para ser justaposto a um domínio-alvo. Quanto maior a correspondência um-a-um ou biunívoca entre ambos os domínios, maior a correspondência estrutural. Os autores salientam que a correspondência é determinada não necessariamente pelas propriedades físicas (cor, textura etc.) dos elementos que compõem os domínios, mas pelo papel que os elementos desempenham na estrutura relacional. Por exemplo, na analogia entre os átomos e o sistema solar, a correspondência se verifica no modelo de um átomo nucleado, no qual os elétrons circulam em torno do núcleo, assim como os planetas orbitam ao redor do sol. Gentner e Jeziorski (1995) acrescentam que a

analogia corresponde a um tipo de raciocínio semelhante ao processo de fazer inferências. No entanto, os autores alertam que tais inferências são sempre conjecturas. Verificar o *status* factual da analogia é um processo separado, e apenas *uma* desconfirmação significativa pode invalidar toda uma analogia.

Retomemos os conceitos a respeito daquilo que Black denomina de *metáforas fortes*, ou seja, aquelas enfáticas e ressonantes. No âmbito científico, as metáforas devem ser utilizadas quando o acesso ao fenômeno é mais bem representado pelos termos metafóricos, seja pelo fenômeno ainda se encontrar em um período inicial do conhecimento, seja por sua impossibilidade de ser reduzido à observação. Trata-se, portanto, da ênfase da metáfora. Além disso, as metáforas devem ser ressonantes, ou seja, devem ser utilizadas quando houver boas e importantes evidências de similaridade entre o tema primário e secundário, possibilitando alto grau de interpretação e elaboração.

Tais critérios dão embasamento à idéia de que o uso da metáfora na ciência não significa falta de rigor e, quando bem utilizadas, possibilitam construções teóricas importantes dentro da ciência. Para o que se faz necessário despir-se de velhos preconceitos e, em vez da inútil tarefa de descartar as metáforas na ciência, é importante discutir suas limitações e estudá-las pelo inegável potencial dentro do conhecimento.

4 METÁFORA E PSICANÁLISE

O debate em torno de Psicanálise e ciência tem sido estimulado desde os primórdios de seu surgimento, quando Freud buscava novos instrumentos para pensar os fenômenos histéricos. Se, de um lado, as tentativas de reconhecimento da Psicanálise como ciência exemplar nunca foram conquistadas, por outro, também não foi de forma fácil e consensual que o conhecimento por ela produzido tenha sido descartado como pura especulação metafísica. Desse tema complexo e espinhoso, não é nosso objetivo oferecer resposta. Mas, visto que a função constitutiva da metáfora na ciência é um tema epistemológico e após termos problematizado o uso da metáfora na ciência, faz-se necessário voltarmos à Psicanálise e ensaiar uma articulação entre suas especificidades como conhecimento e as relações que tais particularidades têm com a metáfora.

Freud tentou, durante toda sua obra, buscar uma cientificidade nos moldes tradicionais para a Psicanálise, fruto do esforço em se fazer reconhecer como autor de um conhecimento legítimo. Em *Esboço de Psicanálise*, um de seus últimos escritos, Freud (1940) chega a tentar uma aproximação epistemológica entre a Psicanálise e outras ciências. Se os processos que o interessavam se mostravam difíceis de conhecer empírica e diretamente, por outro lado, as leis a que eles obedeciam podiam ser estabelecidas, chegando-se à compreensão do fenômeno e gerando novas hipóteses e conceitos. Nesse sentido, a Psicanálise não seria tão diferente de outras disciplinas como a Física ou a Química. As aproximações teóricas psicanalíticas funcionariam como andaimes intelectuais, da mesma forma que acontecia nas ciências naturais, podendo ser modificadas, corrigidas e aperfeiçoadas. Os termos psicanalíticos

seguiam a mesma lógica, devendo se tornar mais precisos conforme a ciência psicanalítica avançasse em seus conhecimentos.¹²

Mas tais tentativas de “cientifizar” a Psicanálise nunca convenceram. À dificuldade de previsão, mensuração e quantificação dos resultados, característicos das exigências das epistemologias empiristas e positivistas de ciência, acrescentava-se a impossibilidade de refutação das hipóteses psicanalíticas, segundo Popper (1994). Tal como a vagueza das predições e interpretações da astrologia, todas as observações e interpretações clínicas dos psicanalistas pareceriam comprovar a teoria; porém, não sendo possível estabelecer critérios de refutabilidade, as hipóteses psicanalíticas estariam sempre fora do controle lógico de um processo refutatório. A Psicanálise, assim como os mitos, forneceria sugestões psicológicas interessantes, porém não refutáveis, sendo considerada pelo filósofo Popper como uma pseudociência.¹³

Também Kuhn (1989) compara a Psicanálise com a Astrologia e conclui que esta última não se configura como ciência. No entanto, o autor toma outro caminho argumentativo, o qual prescinde dos critérios popperianos, em detrimento de outro critério: o da solução de enigmas como característica do empreendimento científico. A Psicanálise estaria mais para o período *pré-paradigmático* de ciência.

Adotando esses critérios, seria certamente ingenuidade alegar um caráter científico à Psicanálise, o que pode, à primeira vista, deixar um psicanalista dedicado bastante insultado. Querendo ou não ter *status* científico, é condição *sine qua non* para a respeitabilidade de um conhecimento que se pretenda sério atualmente. Mas não deveria ser surpresa que muitos

¹² Freud (1915), em *Os instintos e suas vicissitudes*, defende-se da afirmação de que as ciências deveriam ter conceitos claros e bem definidos, alegando que nenhuma ciência, mesmo as mais exatas, inicia seu percurso com tamanha precisão. As idéias provenientes da descrição, classificação e análise dos fenômenos observados possuem, de início, necessariamente, certo grau de indefinição. Para Freud (1915, p. 123), tais idéias são “da natureza das convenções – embora tudo dependa de não serem arbitrariamente escolhidas, mas determinadas por terem relações significativas com o material empírico”.

¹³ Popper (1994) considerava a psicanálise como uma pseudociência, devido à sua não-testabilidade. As observações clínicas não poderiam ser tomadas como confirmação da teoria. Muito embora resultado de observações, não se poderia afirmar, a esse respeito, que estivessem sustentadas por evidência empírica.

filósofos da ciência fossem buscar, justamente na história daquelas disciplinas que se apresentam como modelos, as razões de ser de um conhecimento científico. Não nos parece nada absurdo identificar e ressaltar a distância entre tais modelos de ciência e a Psicanálise. Precisamente, é essa distância que nos interessa destacar para avançar no entendimento da função que a metáfora possa ter dentro deste conhecimento.

Se, de um lado, Freud buscava uma cientificidade nos moldes tradicionais para a Psicanálise, de outro, suas hipóteses iam contra uma visão anatômica e neurológica do sintoma.

Logo de início, Freud (1914) anuncia as divergências entre suas hipóteses sobre a histeria e as de Breuer. Se este dava preferência a uma perspectiva fisiológica, Freud via a questão de forma “menos científica” e apostava na Psicanálise não apenas como um método novo para tratar os distúrbios neuróticos, mas pretendia fundá-la sobre bases inteiramente novas, em uma metapsicologia.¹⁴ A estrutura neurológica da vida mental descrita no *Projeto para uma Psicologia científica* é, antes mesmo de ser concluída, inteiramente abandonada, dada a insuficiência que a perspectiva demonstrava para investigar os fenômenos que o interessavam, revelando mais uma fantasia científicista do que ciência. A topografia psíquica freudiana nada tinha a ver com a anatomia, e sua dinâmica independia de qualquer localização no corpo.

¹⁴ As primeiras referências ao termo “metapsicologia” surgem nas cartas a Fliess em 1898, na qual o termo fazia alusão à Psicologia que se estende para além da consciência. Mas é em 1915 que Freud retoma de forma mais sistemática a questão, por meio de uma série de cinco textos, agrupados sob o nome de *Artigos sobre a metapsicologia*. Embora Freud (1915) defina a explicação metapsicológica como descrição de um processo psíquico a partir do aspecto dinâmico, topográfico e econômico, a sua ambição era construir, sob o termo “metapsicologia”, fundamentos e base teóricos sólidos para a Psicanálise. Mas esse corpo teórico pressupõe método próprio, inaugurando uma perspectiva epistemológica particular que desde sempre caracterizou a Psicanálise. Pois a Metapsicologia não se confunde com a Psicologia, e seu saber não é centrado na consciência, mas no inconsciente e nas pulsões. Freud (1923) nos diz que a divisão do psíquico entre o que é consciente e o que é inconsciente constitui a premissa fundamental da Psicanálise, e somente ela torna possível a esta compreender os processos patológicos da vida mental, que são tão comuns quanto importantes, e encontrar lugar para eles na estrutura da ciência.

A proposta freudiana de ciência partia de um objeto complexo e paradoxal – o inconsciente –, compelindo Freud na direção de ultrapassar as próprias intenções epistemológicas. O psiquismo freudiano não retratava uma correspondência com a anatomia ou neurofisiologia e, dessa forma, rompia com a tradição médica e com o modelo positivista de ciência. Suas operações metodológicas estavam mais próximas das que eram utilizadas no campo dos saberes da história e da linguagem (BIRMAN, 1994), de modo que se pode dizer que as ciências da linguagem estão para a Psicanálise assim como a Anatomia está para a Medicina (DUNKER, 2007).

Ora, é na busca de inaugurar um novo campo de conhecimento e estabelecer uma nova perspectiva sobre determinados fenômenos que os termos freudianos apresentam forte apelo metafórico. As metáforas constituintes de sua teoria devem, no nosso entender, ser compreendidas da mesma forma.

Freud se havia deparado com fenômenos que não podiam ser explicados pela linguagem tradicional da Medicina, na qual há uma correspondência unívoca do termo com algum dado empírico e específico da realidade.¹⁵ Foi justamente contra uma localização anatômica determinada que as hipóteses sobre a histeria se pautavam. Os termos mentalistas e metafóricos eram os que possibilitavam descrever os fenômenos inconscientes, e tais termos

¹⁵ A toda clínica se propõe uma Semiologia – ou seja, o estabelecimento de uma classificação e organização de signos e traços que possam servir de índice ao olhar clínico –, e toda Semiologia traz, explícita ou implicitamente, uma concepção sobre a linguagem (DUNKER, 2007). Se fizermos um contraponto entre a Psicanálise e a Psiquiatria, veremos como as respectivas concepções de linguagem apresentam-se bastante distantes uma da outra. No caso da Psiquiatria, tal concepção se baseia em uma tradição filosófica na qual existiria uma relação especular entre linguagem e dado empírico. A síndrome nada mais seria do que um conjunto estável de signos, e o trabalho do médico consistiria em buscar sinais que indicassem tal univocidade entre signos e síndromes universais. A linguagem é valorizada, portanto, apenas do ponto de vista descritivo e informativo; e tudo aquilo que é subjetivo, intersubjetivo ou objetivo, mas que não interessa ao diagnóstico, é posto de fora. Ora, a metáfora está incluída neste resto como “lixo semiológico” do médico (ZANELLO; MARTINS, 2010). Uma das consequências da linguagem apontada por Zanello e Martins (2010) é que esses dados semiológicos estáveis e universais não impedem o aparecimento de queixas diferentes, as quais não se enquadram nesse padrão. Assim, dois caminhos são possíveis: ou se desqualifica o sofrimento do paciente quando este não se traduz na Anatomia, ou se repensa a própria clínica para que ela possa incluir o que foi descartado. A Psicanálise escolheu o segundo caminho.

também eram objeto de pesquisa e de aprofundamento como quaisquer outros termos teóricos.

Lembremos a discussão anterior sobre o uso da metáfora na ciência. Boyd (1995) defende que a metáfora teria o papel de introduzir termos teóricos previamente inexistentes, ou modificar o uso da terminologia existente, de forma que as categorias linguísticas pudessem descrever as qualidades causais e explicativas significativas do mundo. Lembremos também que, em defesa da metáfora, discutimos que tal uso não significa necessariamente falta de precisão. Mais uma vez, retomemos o argumento de Boyd (1995) de que toda precisão dos termos científicos é resultado de um processo de acomodação da língua ao mundo – e não, resultado de uma definição artificial estipulada por convenção de uma vez por todas – e que o refinamento dos termos teóricos é concomitante ao refinamento do conhecimento científico. Sendo assim, o processo de determinação de referência pela metáfora não diferiria muito daquele que ocorre com todos os termos teóricos.

Spence (1992) alega que, em certos aspectos, as metáforas da Psicanálise não atuam de forma diferente daquelas utilizadas, por exemplo, na Física, pois, sendo uma convenção e um modo de pensar sobre os fenômenos, a metáfora não tem conexão necessária com as observações. Mas, diferentemente do modelo de Bohr (o modelo do sistema solar em miniatura para representar o átomo), as metáforas psicanalíticas não originaram previsões testáveis, de modo que levassem a alterações específicas do modelo. Diz Spence (1992, p. 32) que “sabemos muito pouco mais, no momento presente, sobre a forma e o conteúdo inconscientes do que o que foi proposto por Freud em seu artigo original”. No entendimento do autor, falta encontrar a “metáfora certa”, a qual possibilita que o conhecimento por ela produzido vá além das formulações iniciais. Nestes termos, faltaria encontrar uma metáfora forte, enfática e ressonante para o conhecimento psicanalítico.

Tanto o texto freudiano como sua leitura a partir de Lacan (que trataremos em capítulo à parte), correspondem a uma nova linguagem para discutir o tema primário da metáfora, propriamente, o campo de observação. A respeito, Simanke (2003) organiza uma discussão sobre o uso da metáfora em Freud e Lacan e faz alguns apontamentos sobre seu uso em ambos os autores. No caso de Freud, os fenômenos psicopatológicos são lidos a partir de um emprego metafórico de um vocabulário cientificista, ou seja, a linguagem das ciências da natureza era, para Freud, a mais adequada para traduzir o conhecimento da Psicanálise. Mas tal linguagem seria tanto mais metafórica quanto mais seu vocabulário emprestasse termos às ciências da natureza. Lacan, por sua vez, tomará o texto freudiano *ao pé da letra*, na tentativa de rever tais conceitos a partir de outro viés, outra linguagem, outra metáfora.

Ainda sobre a função cognitiva das metáforas em Freud, emprestaremos de René Major (2003), “*Do paradigma freudiano ao paradigma lacaniano*”, alguns exemplos e certas análises referentes à economia da metáfora no discurso freudiano.

Major (2003) exemplifica como o uso da metáfora é bastante corrente no estilo freudiano: o inconsciente como a parte imersa do *iceberg*; a expressão “cena” e “representação” do sonho ou do inconsciente como uma metáfora teatral; o processo de associação livre do analisando comparado ao viajante de trem que descreveria as imagens que vê passar da janela de seu compartimento; o sujeito da Psicologia de massas posto em analogia com uma célula no seio de um organismo vivo. Para o autor, na construção dos conceitos psicanalíticos, Freud segue o trajeto que vai da metáfora ao conceito, preservando para a conceptualidade uma *via* de retorno à metáfora. Um exemplo citado no artigo diz respeito à interrogação de Freud sobre os pensamentos do sonho. Tais pensamentos são comparados aos fios que correm em todos os sentidos numa rede ramificada e reticulada para ir abrigar o desejo do sonho no lugar mais denso desse entrelaçamento, lugar onde o fio se perde. Major analisa (2003, p. 11) que “(...) o caminho que parte da metáfora do tecelão

conduz Freud a formar o conceito de ‘umbigo do sonho’. E este conceito é, por sua vez, portador de outras metáforas, as do corpo da mãe, do nascimento, da origem”.

Não podemos analisar nesta tese se as metáforas freudianas têm função pedagógica, sistêmica ou criativa. Mas a análise de Major (2003) nos indica como as metáforas cognitivas freudianas se inscrevem no campo de uma “metaforicidade a ser decifrada” e sempre se apresentaram claras, didáticas, facilmente reconhecidas e compreendidas. As metáforas freudianas, desenvolvidas na análise do autor, são menos derivadas de uma linguagem “técnica” ou especializada” e mais fundadas a partir da linguagem corrente. A “transparência” dessas metáforas fica evidente mesmo quando de seu desdobramento, como reconhece Major (2003, p. 12): “Direi que o conceito freudiano permite que se perceba sob sua vestimenta a nudez da metáfora de origem”.

Do ponto de vista do uso epistemológico, um dos grandes problemas da metáfora na Psicanálise talvez se refira ao seu desconhecimento. Uma excelente crítica, a esse respeito, provém de Spence (1992) no livro *A metáfora freudiana*. Nele, o autor se dedica a um resgate da metáfora na obra freudiana, argumentando sobre a importância de reconhecê-la, tanto para que seja possível ver os limites possíveis de validação e verificação da teoria psicanalítica, como para evitar as “armadilhas metafóricas”.

Em relação à primeira justificativa, Spence (1992) argumenta que, ao nos tornarmos cientes da natureza metafórica do sistema freudiano, percebemos que sua teoria não é um conjunto legal de axiomas que exige um teste explícito. Não é a partir de uma evidência experimental que seria possível a derrubada (ou confirmação) da teoria psicanalítica, precisamente devido ao seu forte apoio na explicação metafórica. Por essa razão, Spence (1992, p. 28) entende que toda reivindicação de teste sistemático dos conceitos psicanalíticos representa uma séria literalização da metáfora freudiana e um equívoco de conceber os conceitos psicanalíticos como possuindo uma realidade testável: “Testar o sistema freudiano

como se ele contivesse um conjunto de proposições refutáveis é menosprezar sua natureza metafórica essencial e comprometer seriamente seus mais importantes conceitos”.

Em segundo lugar, não reconhecer as metáforas em Freud é incorrer no risco de transformar a teoria psicanalítica em uma “fotocópia da mente”, como escreve o autor e, ao resistir à refutação – visto ser uma metáfora – essa teoria se torna um mito, um estereótipo. É o que ocorre, para Spence (1992, p. 32), com a metáfora da flutuação livre, a qual, quanto mais santificado seu uso, maior a tendência em considerá-la literalmente verdade: “Afastadas da elaboração sistemática, sem relação com as descobertas clínicas, as metáforas centrais (de flutuação livre) da Psicanálise tenderam, como vimos, a ter vida própria; tornaram-se prematuramente reificadas e tratadas como algo mais do que figuras de linguagem”. Para Spence (1992, p. 28), tornar literal aquilo que originalmente é metafórico em Freud é “diminuir a poesia da inspiração original de Freud e, no final das contas, não entender o espírito de toda a aventura”.

Uma das metáforas analisadas em seu livro – e que será retomada em outros momentos desta tese –, diz respeito à conhecida metáfora de Freud do analista como arqueólogo, em que os fragmentos de pensamento são comparados às ruínas arqueológicas. Spence (1992) discute que essa metáfora perpetua, de um lado, o mito de que a narrativa da sessão são “fatos” a ser desvendados e descobertos, descartando a possibilidade de que o material clínico tivesse mais do que uma interpretação. De outro, alimenta a ilusão de um “analista inocente”, que apenas ouve o que está “ali”, cujo trabalho seria reunir peças do passado que estariam soterradas em algum lugar do inconsciente.

Entendendo que a verdade do discurso do paciente deve ser buscada em uma verdade narrativa, e não em uma verdade histórica, Spence irá propor a metáfora legal (de lei), fazendo certas analogias entre a Psicanálise e o Direito.

Toda crítica de Spence a respeito da preocupante literalização das metáforas freudianas, sendo invocadas na prática clínica como uma suposta confirmação da realidade, dispensando evidências independentes, é extremamente bem conduzida.

No entanto, muitas vezes Spence relega às metáforas de Freud uma função poética demais e, nesse sentido, dispensável em sua teoria. É frequente o autor insistir em se referir à metáfora como uma linguagem figurativa. Tal designação, longe de ser pragmática, acaba por influenciar os destinos e a forma como Spence (1992, p. 23) avalia o uso da metáfora na Psicanálise: “O que se pretende ao falar de metáfora freudiana? Em primeiro lugar, esse uso ressalta a natureza poética da linguagem de Freud e sublinha sua luta para pôr em palavras o indizível e o impensável”. Ou quando Spence (1992, p. 62) afirma que “permanecer ciente da metáfora dá-nos a liberdade de aceitar a linguagem fantasiosa de Freud sem tomá-la a sério”.

Parece-nos questionável que a noção de inconsciente se trate apenas de “um modo de falar”, de uma “linguagem poética ou fantasiosa”. Pelo menos no que diz respeito às intenções de Freud, o qual nunca abdicou de tentar fazer da Psicanálise uma ciência reconhecida. Em concordância com nossa posição, Simanke (2003, p. 293) também questiona se “a linguagem da metapsicologia freudiana seja tão sistematicamente metafórica como quer o autor”. É porque, em nosso entender, o conhecimento produzido pela metáfora não se restringe apenas a um conhecimento sistêmico, como também produz aquele que denominamos de criativo. Acreditamos que as metáforas constitutivas de uma teoria são importantes, não apenas pela analogia que estabelecem entre dois domínios e pelas articulações e inferências advindas dessa analogia, como tais metáforas também revelam certa aposta de identificação ontológica entre ambos os domínios, oferecendo-nos, portanto, uma nova forma de conceber determinado fenômeno.

Ambas as metáforas – a arqueológica de Freud e a alternativa fornecida por Spence da metáfora legal – funcionam como um quadro para pensar a clínica e podem ajudar a

compreender tal prática a partir do conhecimento sistêmico, trazendo sentidos diferentes se vemos a clínica a partir de um ou outro enfoque. Elas não são *apenas* uma metáfora, sem relação com a realidade, senão que permitem ver todo o fenômeno do inconsciente a partir de determinado quadro. E é dentro desse quadro, assim como as “metáforas cotidianas” das análises de Lakoff e Jonhson (1980) passam a estruturar e influenciar nossas vivências e concepções das coisas, que as metáforas freudianas estruturam a própria prática e concepção da prática clínica.

Se o uso da metáfora na ciência tem sido endossada, cada vez mais, como instrumento legítimo na construção do conhecimento, e esse uso pode ser reconhecido facilmente na própria disciplina psicanalítica, o lugar da metáfora dentro da Psicanálise nos parece ainda mais fundamental, pois, não apenas ela perpassa essa disciplina do ponto de vista epistemológico, como também tem lugar de destaque na própria concepção de sujeito psicanalítico e na clínica correspondente.

Freud rompe com a tradição médica, ao se arriscar a dar livre curso às metáforas e à fala do paciente, não se limitando a um registro informativo do sintoma. É o que recomenda a regra fundamental da Psicanálise, a associação livre. Os estudos sobre os sonhos são retomados por Freud porque *querem dizer* algo, porque possuem algum *sentido*. Freud (1940, p. 157) coloca em segundo plano a questão da relação entre a Neuroanatomia e os atos de consciência:

(...) tudo o que jaz entre eles é-nos desconhecido, e os dados não incluem nenhuma relação direta entre estes dois pontos terminais de nosso conhecimento. Se existisse, no máximo permitir-nos-ia uma localização exata dos processos da consciência e não nos forneceria auxílio no sentido de compreendê-los.

Já podemos vislumbrar certa semelhança entre a postura de Freud e as metáforas, pois, nas teorias tradicionais, estas só realizam sua função, considerando-se tal aspecto, o sentido. No caso da Psicanálise, a “essência” metafórica do sujeito com o qual ela trabalha fica clara

quando os sonhos, os sintomas, os chistes e atos falhos não devem ser “lidos” literalmente, mas apenas como uma analogia e como representantes de um conflito inconsciente. Lacan dá um passo ainda mais decisivo, ao postular a metáfora como um dos processos do inconsciente, inscrevendo de forma explícita esta “figura” na compreensão dos fenômenos psicanalíticos. Sobre a questão e sobre o lugar de Lacan dentro da Psicanálise, dedicaremos o capítulo seguinte.

Alguns trabalhos no âmbito da teoria e da técnica já vêm sendo feitos no sentido de reforçar a importância da metáfora em uma perspectiva psicanalítica de sujeito.

No livro *A metáfora opaca*, Goldgrub (2004) explica que a interpretação, ao não se dirigir à “realidade”, mas ao discurso, corresponde a uma atitude metodológica, cuja preocupação com a origem do sintoma pode ser abandonada, pois o interesse reside no sentido e não, na causa do sintoma. O sintoma deixa de ser atribuído à “realidade material” e passa à jurisdição da “realidade psíquica”. Como afirma Goldgrub (2004, p. 119): “O discurso pensado enquanto sentido não tem referente externo nem pode ser julgado em função de sua coerência; restringe-se a metaforizar a interpretação singular que determinado sujeito faz do que ele chama realidade”.

Posteriormente, Goldgrub (2004) faz uma distinção entre metáfora transparente e metáfora opaca. A primeira, diz respeito àquela que, embora exija decifração, é facilmente identificável. A metáfora opaca, ao contrário, apresenta-se como um mistério, exigindo a associação livre e a atenção flutuante para sua decifração. Assim, Goldgrub (2004, p. 97) resgata a metáfora como aquela que permitiria acesso às questões, sintomas e conflitos do sujeito: “Por ser metonímico, entende-se que o discurso de cada sessão apenas representa em alguma medida a totalidade discursiva inacessível; por ser metafórico, entende-se que interpretar não é senão desmetaforizar”.

Outra autora, Valeska Zanello (2007), também estudando o papel da metáfora na clínica psicanalítica, faz uma analogia entre transferência e metáfora morta. Assim como em uma metáfora morta, o sentido metafórico original sai de circuito e, pelo uso e repetição, literaliza-se, e o paciente também vivencia uma situação com o analista na qual os protótipos infantis relacionados estão excluídos da cena, mas literalizados na pessoa do analista. É a posição de neutralidade do analista – que não adere ao que nele é colocado, mas também não foge desse espaço – que criará o espaço potencial para que, na transferência, enquanto metáfora “morta”, esta seja (re)metaforizada. A técnica psicanalítica estaria baseada na possibilidade de transformar a metáfora em uma comparação. Esta corresponderia à forma de esvair o sintoma.

Embora com conduções diferentes, os trabalhos acima apresentam a metáfora como o mecanismo para compreender o discurso do sujeito, bem como intervir na própria prática clínica, revelando como a noção de metáfora está tão intimamente ligada à prática, à teoria, ao próprio sujeito psicanalítico, de modo que dificilmente uma compreensão desta disciplina se possa dar sem um resgate da função da metáfora dentro da Psicanálise. Do ponto de vista do uso epistemológico, entendemos ser extremamente necessário o reconhecimento das metáforas como importantes instrumentos na construção do conhecimento psicanalítico, tanto para que elas possam ser aprimoradas, descartadas, revisitadas, como para se impedir que as metáforas se tornem reificadas, literalizadas, transformando a Psicanálise em um certo tipo de religião.

5 A VEZ DE LACAN

Com a difusão da Psicanálise no Ocidente, na década de 1940 a 1960, a tradição anglo-americana buscava uma ciência empírica da Psicanálise, submetida aos processos objetiváveis de verificação. Birman (1994) alega que a polêmica quanto à sua cientificidade fez com que, nos Estados Unidos, a Psicanálise fosse progressivamente substituída por outros saberes, como a Psiquiatria e a Psicologia. A denominada “Psicologia do ego” acabou por se constituir como uma modalidade de discurso científico da Psicanálise, incorporada à Psicologia geral.

De outro lado, a partir da década de 1920, a tradição francesa questionou a tentativa de inscrever a Psicanálise no domínio positivista de ciência, defendendo que a inovação de seu saber seria comprometido ao tentar revestir as descobertas da Psicanálise com uma linguagem fisicalista.¹⁶ Assim, essa tradição procurou fundar a Psicanálise como um saber da interpretação, entendendo o discurso freudiano como uma ciência da cultura e o inscrevendo em relações de sentidos – e não em relações de causalidade (BIRMAN, 1994). Lacan encontra-se pertencendo a esta última tradição. Constatando as insuficiências dos saberes psiquiátricos e psicológicos, Lacan interroga sobre os fundamentos do conhecimento psicanalítico e sobre a natureza dos fenômenos com os quais trabalha.

Simanke (2003) analisa, em artigo já mencionado, que o retorno a Freud, proposto por Lacan, corresponde a um exercício de tradução dos conceitos freudianos a partir de outro vocabulário. Para Simanke (2003, p. 288), se existe uma forma de verificar o quanto essa tradução é justificada conceitualmente, como uma estratégia de leitura e instrumento de produção teórica – e não apenas derivada de uma preferência estilística de Lacan –, é a partir

¹⁶ Birman (1994) explica que a tentativa de enunciar positivamente a Psicanálise fez com que Freud se baseasse, inicialmente, nos pressupostos do fisicalismo e da termodinâmica, que constituíam o paradigma das ciências da natureza da época. A retórica fisicalista encontrar-se-ia no *Projeto de uma psicologia científica* e mesmo em *A interpretação do sonhos*, ainda que de forma mais nuançada e transformada.

da noção de metáfora que essa verificação se pode dar. Em primeiro lugar, o autor considera que, para Lacan, o mito e a poesia são formas de conhecimentos legítimas em si mesmas, aptas a expressar certos aspectos da realidade humana. Em segundo lugar, e mais importante, Simanke (2003) entende que, ao revisitar a teoria freudiana, Lacan procede a uma metaforização de seus textos. O problema que o artigo em referência detecta é que, no caso de Lacan, o tema primário deixa de ser os fenômenos psicopatológicos, para ser o *texto freudiano*. O risco é de que a teoria lacaniana possa converter-se em uma espécie de pseudoliteratura. Simanke (2003) alerta para o fato de que, na obra de Lacan, os estudos de caso desempenham papel pequeno e não há correlação eficiente entre teoria e clínica, incorrendo-se no risco de a teoria lacaniana se converter em um discurso onipresente, desprovido de sentido. Nas palavras de Simanke (2003, p. 298), o perigo de as metáforas lacanianas se distanciarem da clínica é de sua teoria se converter em um “discurso metafórico fechado sobre si mesmo que, sem remeter jamais a algo diferente de suas próprias premissas, finja falar do sujeito psíquico, do qual a prática, desde então desamparada, pretende se ocupar”. Daí a necessidade alertada pelo autor de que, se uma concepção da teoria psicanalítica como metáfora é justificável, apenas como uma *metáfora da clínica* ela pode definir-se.

A nossa aproximação da obra de Lacan apresenta um viés que é dado pela metáfora. As metáforas em Lacan, a partir de nossos estudos, podem ser inspecionadas sob diversas vias. Em primeiro lugar, temos o uso cognitivo, ou seja, o uso das metáforas para construir conhecimento dentro da Psicanálise. Lacan importará imagens e conceitos de diversas disciplinas como a Antropologia, a Lógica Matemática, a Linguística, a Física Óptica, entre outras. Evidentemente, não temos condições de abarcar todas nesta tese, mas nossas análises podem servir de parâmetro no reconhecimento das demais metáforas lacanianas.

De outro lado, ao se apoiar na Linguística estrutural e ao conceber o inconsciente como linguagem, a metáfora é inscrita como um dos mecanismos do inconsciente e passa a integrar o próprio objeto da Psicanálise. Lacan (1961) afirma no texto *A metáfora do sujeito* que a realidade mais séria para o homem só pode ser abarcada pela metáfora. Deriva daí outra dimensão fundamental do papel da metáfora no interior da obra lacaniana e que, no presente trabalho, incita-nos a compreender qual a teoria de metáfora de Lacan. As influências para esta noção são bastante conhecidas: a Linguística estrutural e os trabalhos de Roman Jakobson. Mas se trata, em Lacan, de uma importação pura e simples desse conceito? Em qual teoria clássica da metáfora se encaixa melhor a noção dessa figura para Lacan? Ou a concepção de metáfora em Lacan não corresponde a nenhuma delas? Estas questões fazem parte dos nossos estudos.

Nos tópicos subsequentes, iremos apresentar separadamente as metáforas que trabalharemos nesta tese, tentando trazer o contexto e o momento da obra de Lacan nos quais elas se inserem, bem como algumas questões teóricas relacionadas às metáforas analisadas.

5.1 AS METÁFORAS ÓPTICAS

É possível afirmar que, se existem noções presentes do início ao final na obra de Lacan, tais noções são aquelas referentes às categorias do imaginário, do simbólico e do real. Categorias ontológicas, as quais o autor considera imprescindíveis para pensar, para conhecer o sujeito da Psicanálise, bem como para intervir e considerar a prática analítica. Lacan (2009, p. 101) explicita a respeito: “Sem esses três sistemas de referências, não é possível compreender a técnica e a experiência freudianas. Muitas dificuldades se justificam e se esclarecem quando para aí trazem essas distinções”. Para compreender como esses diferentes

registros são assimilados e articulados no processo de constituição do sujeito e funcionamento do inconsciente, importantes conceitos lacanianos são construídos.

As metáforas ópticas que iremos analisar se situam na fase inicial da produção de Lacan. Período entre 1936, o qual coincide com a elaboração do texto sobre o “estádio do espelho”, e o início da década de 1950. É um momento dedicado às questões sobre a constituição do sujeito, os processos de identificação, o papel da imagem na assunção de um “eu”. Lea Silveira Sales (2003) refere que, nesse período, Lacan produz o que se costuma chamar de sua “teoria do imaginário”, fase em que é possível reconhecer certo descarte do conceito freudiano de inconsciente, especialmente a idéia do inconsciente como um sistema possuidor de conteúdo e sede dos instintos.

Chamamos de *metáforas ópticas* às variações apresentadas durante o *Seminário I*: os escritos técnicos de Freud, a respeito do processo de reflexão de imagens no espelho. Lacan parte desde o processo de reflexão no espelho côncavo, a partir do fenômeno do “buquê invertido”, até as formações de imagem na junção do espelho plano e côncavo. Tais metáforas surgem subsequentemente ao texto *O estágio do espelho como formador da função do eu*, texto matriz sobre essa noção da constituição de um eu imaginário.

Quais eram as perguntas que mobilizavam Lacan no momento em que lança suas hipóteses sobre “o estágio do espelho”, bem como os subsequentes desenvolvimentos da metáfora óptica? Ora, Lacan está, de um lado, preocupado em compreender do que se trata esse “eu” ao qual a Psicanálise se reporta. De outro, quer formular hipóteses sobre como esse “eu” se origina no processo de constituição do sujeito.

A primeira preocupação está em estreita relação com o desenvolvimento da Psicanálise pós-Freud: a *ego psychology* e o annafreudismo. Roudinesco (2008, p. 158) explica que, a partir da reelaboração freudiana de 1920 a respeito da teoria das instâncias, duas opções eram possíveis:

Uma consistia em fazer do eu o produto de uma diferenciação progressiva do isso, agindo como representante da realidade e tendo a cargo manter as pulsões (*ego psychology*); a outra, ao contrário, voltava as costas a toda idéia de autonomização do eu para estudar sua gênese em termos de identificação.

Tanto Lacan como Melaine Klein escolheram o segundo caminho.

O fio condutor de Lacan (2009, p. 27) para propor uma concepção psicanalítica diferente, é o de diferenciar o ego do *eu*: “Trata-se de saber se o sentido do ego ultrapassa o eu”. Posteriormente, no mesmo seminário, Lacan (2009, p. 219) repete: “O que é dizer *Eu*? Será a mesma coisa que o *ego*, conceito analítico? É preciso partir daí”.

De um lado, a base das reflexões de Lacan repousa nos textos freudianos: um retorno a Freud. Consciente da heterogeneidade – e, muitas vezes, contradições – entre as diferentes práticas psicanalíticas, Lacan (2009, p. 20) entende que a única coisa que garante às diferentes tradições afirmar fazer Psicanálise é a base freudiana: “É por intermédio da linguagem freudiana que uma troca é mantida entre praticantes que manifestamente têm concepções bastante diferentes da sua ação terapêutica, e, além do mais, da forma geral dessa relação inter-humana que se chama Psicanálise”.

Da Psicanálise, o conceito freudiano de base é de narcisismo primário. Em *Sobre o narcisismo*: uma introdução, datada do início da guerra de 1914, Freud (1914b) reconhece a necessidade de postular uma fase entre o auto-erotismo e o amor de objeto para se compreender os fenômenos característicos da psicose, bem como o desenvolvimento do ego. O conceito de narcisismo estaria relacionado ao de libido do ego, em oposição à libido sexual, e o narcisismo primário corresponderia a um momento no qual não seria possível discernir as duas tendências da libido, pois ambas se dirigiriam ao ego. Lacan (2009, p. 156) explica que:

Por isso, Freud é levado a conceber o narcisismo como um processo secundário. Uma unidade comparável ao eu não existe na origem, *nicht von Anfang*, não está presente desde o início no indivíduo, e o *Ich* tem de se desenvolver, *entwickeln werden*. As pulsões eróticas estão lá desde o início.

Seria, portanto, necessária uma nova ação psíquica a fim de provocar o narcisismo. O que seria essa ação psíquica, Freud não explicita nesse texto e apenas descreve a existência dessa fase intermediária – o narcisismo. É ao conceito essencialmente descritivo do narcisismo freudiano como uma fase intermediária entre o auto-erotismo e o amor de objeto, que Lacan (2009, p. 156) vem acrescentar o estágio do espelho, como o ato psíquico por meio do qual o eu se precipita em uma forma primordial:

Os que estão um pouco habituados ao que eu trouxe verão que essa idéia confirma a utilidade de minha concepção do estágio do espelho. A *Urbild*, que é uma unidade comparável ao eu, constitui-se num momento determinado da história do sujeito, a partir do qual o eu começa a assumir suas funções (...) A função do eu, escreve Freud, deve ter *eine neue psychische... Gestalt*. No desenvolvimento do psiquismo, aparece algo de novo cuja função é dar forma ao narcisismo. Não será marcar a origem imaginária da função do eu?

É, portanto, a partir da noção sobre o “estádio do espelho” que Lacan faz intervir a dimensão imaginária como articulada à constituição do sujeito. É essa dimensão que daria a primeira unidade ao “eu”. A hipótese de Lacan (2009, p. 109) é de que, antes mesmo que o bebê possa integrar suas funções motoras e ter um domínio real de seu corpo, o sujeito toma consciência do próprio corpo como totalidade, mas uma consciência ainda imaginária:

É sobre isso que insisto na minha teoria do estágio do espelho – a só vista da forma total do corpo humano dá ao sujeito um domínio imaginário do seu corpo, prematuro em relação ao seu domínio real. Essa formação é destacada do processo mesmo da maturação e não se confunde com ele. O sujeito antecipa-se ao acabamento do domínio psicológico, e essa antecipação dará seu estilo a todo exercício posterior do domínio motor efetivo.

A necessidade dessa antecipação psicológica da unidade corporal, antes que esta pudesse ser simbolizada e controlada motoramente, viria, no caso do homem, dele estar sujeito à ameaça de despedaçamento. Esse corpo despedaçado poderia manifestar nos sonhos, na pintura (as obras de Bosch são mencionadas), nos sintomas de esquizofrenia ou de espasmo da histeria (ROUDINESCO, 2008; LACAN, 1949).

Além do apoio teórico no conceito de narcisismo primário, Lacan também parte de outras evidências – de outros fenômenos concretos – que justificariam o estágio do espelho como formador da função do eu, como também a estreita relação deste estágio com a categoria ontológica do sujeito, o Imaginário.

Em primeiro lugar, situam-se, certamente, os trabalhos de Henri Wallon sobre a experiência do espelho como um rito de passagem que teria início entre os 06 e 08 meses de vida e declinaria mais ou menos aos 18 meses. Essa experiência de júbilo da criança, este “espetáculo cativante” do bebê quando vê a imagem refletida no espelho, é considerada por Wallon como um ato de inteligência (LACAN, 1949; ROUDINESCO, 2008).

Além disso, Lacan se reporta aos fenômenos de transitivismo infantil descrito por Charlotte Buhler. Nesses fenômenos, o que se observa é que crianças muito pequenas frequentemente não distinguem muito bem as próprias experiências dos outros. Por exemplo, se uma criança cai e fica chateada, a outra pode chorar; ou uma criança pode acusar de ter apanhado de um colega – e não se tratar de mentira – quando na verdade ela que lhe aplicou o golpe (LACAN, 1949; 1950; 2009). O aspecto fundamental desse fenômeno é referir uma captação da criança pela imagem do outro. É a confusão que resulta, para Lacan (1950, p. 182), de um jogo especular: “No sentido de que o sujeito se identifica, em seu sentimento de si, com a imagem do outro, e de que a imagem do outro vem cativar nele este sentimento”.

Também ressaltamos os trabalhos em Etologia sobre o papel da *Gestalt* na formação do indivíduo animal, os quais são constantemente lembrados e postos em comparação com o indivíduo humano, como sustentação do “estádio do espelho”. Lacan nos fornece diversos exemplos sobre a importância da imagem no desenvolvimento do funcionamento instintivo dos animais: o comportamento sexual do esgana-gata, a maturação da gônada na pomba, a transição da forma solitária para forma gregária do gafanhoto. Em todos esses exemplos, é apenas a exposição do indivíduo a uma certa imagem o ato necessário para desencadear

determinado tipo de comportamento.¹⁷ A pergunta que Lacan se faz, e que discutiremos melhor quando analisarmos a metáfora do espelho é se, no homem, essa coincidência entre o objeto real e sua imagem também se verifica.

A partir dessas questões e referências, Lacan busca, nas metáforas ópticas, o desenvolvimento de hipóteses sobre o papel das imagens na constituição do sujeito, sobre o surgimento do eu se dar a partir de uma alienação fundamental no outro e, especialmente, o desenvolvimento da noção do estágio do espelho a partir da integração de outros conceitos psicanalíticos como o eu ideal e ideal de eu, narcisismo primário e narcisismo secundário.

Uma direção que tomaremos em nossas análises é investigar como as metáforas ópticas auxiliam (ou não) na compreensão dos fenômenos estudados e se são bem utilizadas por Lacan, tendo em vista as discussões já apresentadas sobre metáfora e ciência: Lacan as anuncia, quando de seu uso? Apresenta boa correspondência estrutural entre o tópico primário e o secundário? Alerta sobre limites, analogias positivas e negativas? São enfáticas e ressonantes? Produzem os conhecimentos que denominamos de sistêmico e criativo-ontológico? E, finalmente, as metáforas ópticas são constitutivas da teoria de Lacan ou são apenas ilustrativas e pedagógicas? Essas são algumas das questões que pretendemos ter em mente em nossa análise.

Outras direções para as nossas análises pretendem ter em vista certos cuidados a que o uso da metáfora, para construir conhecimento, deve atentar. Estamos nos referindo tanto a alguns riscos existentes no uso da metáfora em qualquer disciplina, como a certas particularidades da obra de Lacan.

¹⁷ Vamos retomar as discussões sobre o papel da *Gestalt* no mundo animal, mas apresentemos já um dos exemplos mencionados por Lacan (2009, p. 183) no *Seminário I* sobre o esgana-gata macho e fêmea: “Simplifiquemos, e não consideremos esse funcionamento senão num dado momento. O sujeito animal macho ou fêmea é como que captado por uma *Gestalt*. O sujeito identifica-se literalmente ao estímulo desencadeador. O macho é preso na dança em ziguezague, a partir da relação que se estabelece entre ele mesmo e a imagem que comanda o desencadeamento do ciclo do seu comportamento sexual. A fêmea é presa igualmente nesta dança recíproca. (...) Nesse momento, o sujeito encontra-se inteiramente idêntico à imagem que comanda o desencadeamento total de certo comportamento motor, o qual produz e reenvia, num certo estilo, ao parceiro, o comando que o faz continuar a outra parte da dança”.

Uma delas, diz respeito ao fato de as metáforas ópticas se darem a partir da analogia entre duas disciplinas: a Psicanálise e a Física Óptica. Portanto, entre uma disciplina que ainda hoje tem que lidar com suas bases epistemológicas e metodológicas, e outra reconhecida e respeitada cientificamente. Entendemos ser importante avaliar o quanto os experimentos ópticos e eventuais conceitos utilizados dessa disciplina servem para atestar algum rigor às elaborações advindas da metáfora. Pois, quando esse tipo de uso ocorre, existem sérios riscos de uma literalização da metáfora e também, de um uso retórico da mesma. A avaliação por nós proposta depende da função que as metáforas ópticas têm na teoria de Lacan (pedagógica ou constitutiva da teoria), bem como quais conhecimentos elas visam produzir (sistêmico ou criativo).

Outro problema que merece aqui ser apontado faz referência à dificuldade dos textos lacanianos. O estilo sofisticado, erudito, muitas vezes obscuro e não-inteligível, foi objeto de veneração e críticas a Lacan, o que não deixava de causar problemas para o próprio autor. Roudinesco (2008) conta algumas histórias, nas quais textos, muitas vezes indecifráveis, eram palco dessas críticas.¹⁸ Ora, as metáforas na produção de conhecimento teórico surgem justamente para *facilitar* o entendimento dos conceitos e fenômenos aos quais visam. Nesse sentido, de nossa parte, resta saber se a dificuldade dos textos de Lacan se reproduzem nas

¹⁸ Uma dessas histórias trata do pedido de Wallon a Lacan por dois artigos a ser incluídos no volume VIII da *Encyclopédie française*. A indicação de Lacan já era acompanhada da advertência de ele ser um “autor difícil, mas o único qualificado para fornecer tal trabalho”. Sobre os dois textos enviados, foram feitas correções para torná-los mais legíveis, especialmente a respeito de algumas passagens bastante obscuras sobre o complexo de Édipo. Consultado sobre as alterações, Lacan esforçou-se por tornar o texto mais claro e, no entanto, três páginas sobre o complexo de Édipo permaneciam ininteligíveis. O estilo de Lacan já começava a ser conhecido, admirado e criticado; e, com essa história, Roudinesco (2008, p. 198) nos revela como, de um lado, “Lacan era reconhecido em seu justo valor, em 1937, junto aos mais brilhantes espíritos da época, e, de outro, como seu estilo já causava problemas: obscuridade, ilegibilidade, inibição em entregar um texto nos prazos previstos, morosidade ante a publicação etc”. Anos mais tarde, Roudinesco (2008, p. 288) prossegue afirmando que Lacan continuava sendo respeitado por “seu talento, originalidade e erudição. Todavia, se era apreciado, continuava a não ser compreendido. E sofria ao constatar que seus trabalhos eram julgados obscuros por aqueles de quem tomava tantos conceitos”, como, por exemplo, Lévi-Strauss, quando este afirma que, para compreender os textos de Lacan, seriam necessárias cinco ou seis leituras, tarefa para a qual lhe faltava tempo. Apenas com o advento de uma nova geração de filósofos influenciados pelo estruturalismo – Michel Foucault, Luis Althusser, Giles Deleuze e Jacques Derrida – é que Lacan obteve o reconhecimento que esperava entre os pensadores da época, a partir da leitura e crítica que estes filósofos fizeram de seus textos.

metáforas que iremos analisar e, em havendo tal obscuridade, se ela apenas reflete o estilo lacaniano, mas não diminui a importância das elaborações teóricas; ou se sua não-inteligibilidade diz respeito ao fato de elas simplesmente não desempenharem nenhum papel fecundo em uma compreensão da “mente”.

5.2 A CARTA ROUBADA

O “Seminário sobre *A carta roubada*” foi pronunciado em 26 de abril de 1955, sendo escrito para publicação entre maio e agosto de 1956. Faz parte de uma segunda fase na obra de Lacan bastante conhecida pela referência à Linguística e Antropologia estruturais como apoio para suas formulações na década de 1950. Com o apoio no estruturalismo, o inconsciente é tomado no interior de uma elaboração teórica em que a dimensão simbólica é valorizada.

Franklin Goldgrub (2004, p. 57) explica que o estruturalismo francês dos anos 1950/1960 inaugura uma independência epistemológica das ciências humanas, e é nessa esteira que Lacan se apoia:

A aliança com a revolução promovida por Saussure redefiniu o inconsciente como linguagem, ampliou o Complexo de Édipo na direção de uma teoria do sujeito e repercutiu igualmente nas diretrizes da formação do analista. Não surpreende que a vastidão de seu escopo tenha conduzido a revolução lacaniana à região metodológica.

Sales (2003) analisa em seu artigo “*O valor epistemológico do diálogo de Jacques Lacan com o estruturalismo*” o sentido da aproximação de Lacan às teses estruturalistas. Para a autora, a racionalidade estruturalista permitiu a Lacan reintroduzir a noção de inconsciente em sua teoria, de forma a escapar do substancialismo, tratando o inconsciente como pura forma e localizando-o no concreto do discurso.

Sabe-se da importância do contato de Lacan com o *Curso de Linguística geral* de Ferdinand Saussure (2006), mas a apreensão do sistema saussuriano se dá a partir de Claude

Lévi-Strauss em 1949, com as *Estruturas elementares do parentesco*, que influenciou toda a geração filosófica dos anos 1950. É a Antropologia estrutural que oferece, primeiramente, condições para que o inconsciente, até então descartado, adquira força teórica dentro do pensamento lacaniano, vista a possibilidade que Lévi-Strauss inaugura, de desvencilhar o inconsciente¹⁹ da Biologia e torná-lo sinônimo do funcionamento intersubjetivo da estrutura da ordem simbólica (ROUDINESCO, 2008; SALES, 2003).

Após esse primeiro contato, Roudinesco (2008) refere que em 1957 Lacan procede a uma “segunda leitura da obra saussuriana”. Somente nesse ano, a partir de uma conferência na Sorbonne sob o título de “*A instância da letra no inconsciente, ou a razão depois de Freud*” e no texto *A carta roubada* é que, das noções iniciais sobre língua, fala e linguagem, Lacan passa a comentar a teoria saussuriana do signo.

No *Curso de Linguística geral*, Saussure (2006) inicia discriminando termos como linguagem, língua e fala. A linguagem, para o autor, corresponde a um fenômeno complexo, multiforme e heteróclito que tem um lado individual (a fala) e um lado social (a língua), sendo impossível conceber um sem o outro.²⁰ À língua, é dado lugar de destaque, sendo ela tomada como o objeto principal entre os fatos da linguagem.

Na sequência, Saussure (2006) afirma o signo linguístico como o elemento fundamental do sistema da língua. Enfatizando a língua falada (os sons e as impressões

¹⁹ Sales (2003, p. 51) explica que Lévi-Strauss define o inconsciente “exatamente como um conjunto de estruturas regidas por leis intemporais presentes tanto no pensamento primitivo quanto no homem civilizado. Estranho a conteúdos psíquicos, pulsões, afetos e representações, o inconsciente que ele deseja que ganhe terreno na psicanálise é conceitualizado exclusivamente em termos de uma forma vazia. Sua realidade é a da lei de estrutura e sua função é ser o campo da atualização do sistema simbólico”.

²⁰ A língua para Saussure (2006, p. 17) é definida como sendo, ao mesmo tempo, “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade no indivíduo”. Trata-se, portanto, de a língua ser uma dentre as diversas manifestações da linguagem; e, ao contrário do aspecto caótico da linguagem, a língua se constitui como um todo, um princípio de classificação. A língua se configura como uma instituição social, um sistema de signos. Se a língua é dada pela coletividade, a fala, ao contrário é sempre individual e, como afirma Saussure (2006, p. 19), “dela o indivíduo é sempre senhor”. A execução da fala jamais é feita pela massa, pois ela é um ato de vontade e inteligência individuais. A língua nunca está completa em nenhum indivíduo particular, e apenas na massa ela existe como um todo.

acústicas produzidas pelas sílabas etc.) nos estudos sobre a linguagem e criticando a posição de que a língua seria apenas uma nomenclatura, Saussure (2006, p. 80) dirá que o signo não é uma palavra a uma coisa, mas uma imagem acústica a um conceito: a primeira,

(...) não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la “material”, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato.

Posteriormente, Saussure (2006) substituirá “imagem acústica” por “*significante*” e “conceito” por “*significado*”. O signo será representado pelo algoritmo (s/S). O objetivo do linguista é marcar as oposições que separam tais termos entre si e do todo do qual fazem parte, como também afirmar a autonomia de um em relação ao outro.

Quando Lacan se apoia na Linguística estrutural para redefinir o inconsciente como linguagem, uma nova referência e perspectiva epistemológicas estão sendo geradas. Trata-se, para Lacan (1956, p. 28), de recuperar o campo da fala e da linguagem na Psicanálise e oferecer a Linguística como uma nova referência aos termos psicanalíticos:

(...) a Linguística, cujo modelo é o jogo combinatório operando em sua espontaneidade, sozinho, de maneira pré-subjetiva – é esta estrutura que dá seu estatuto ao inconsciente. É ela, em cada caso, que nos garante que há sob o termo de inconsciente algo de qualificável, de acessível, de objetivável.

O conto de Edgar Allan Poe *A carta roubada* surge, portanto, em um momento no qual Lacan realiza toda uma reformulação teórica e epistemológica. O conto serve como uma metáfora para que o autor desenvolva e ilustre algumas teses fundamentais sobre o funcionamento do significante.

Do ponto de vista teórico, essa metáfora trata das teses lacanianas sobre a autonomia do significante, sobre a determinação que o sujeito recebe do significante, sobre a primazia do significante em detrimento do significado.

Além disso, Lacan (1956b) acrescenta que *O seminário sobre “A carta roubada”* foi resultado de todo um ano de estudo dedicado ao texto de Freud *Para além do princípio do*

prazer, no qual Freud se vê obrigado a evocar a idéia de um “instinto de morte” para explicar a repetição inerente ao inconsciente. Lacan traz, então, para a cena, a noção de automatismo de repetição como ideia-chave para pensar o inconsciente e endossa a perspectiva sobre a repetição ser simbólica. Para o autor, essa ordem (do símbolo) não é constituída pelo homem, mas o constitui.

O uso desse conto como metáfora se mostra interessante de ser analisado por apresentar algumas diferenças iniciais em relação às metáforas ópticas. No presente caso, aquilo que vem iluminar o tópico primário não são experimentos de uma disciplina científica, não se trata de uma analogia com um conhecimento especializado, mas sim de literatura, de uma “ficção”. Além disso, a análise do conto corresponde a um único texto, diferentemente das metáforas ópticas que são apresentadas e estudadas no decorrer de algumas aulas de um dos seminários ministrados por Lacan. Além de todas as questões já mencionadas a respeito da direção de nossas análises nas metáforas ópticas, acrescentamos agora a possibilidade que a análise do conto oferece de comparação entre metáforas, especialmente no que diz respeito à função que cada uma desempenha dentro da teoria, ao tipo de conhecimento produzido por ambas, à forma como Lacan trabalha e situa a metáfora de conto de Poe em oposição aos experimentos da física óptica. No que elas se assemelham, no que diferem uma da outra? Essas análises possibilitarão maior fundamento às nossas conclusões.

5.3 A TEORIA DA METÁFORA EM LACAN: “FAMILIONÁRIO” E “SIGNORELLI”

Até o momento, a análise das metáforas acima mencionadas corresponde a um estudo sobre a função cognitiva da metáfora em Lacan, ou seja, a forma como os modelos, analogias e metáforas em Lacan podem ter diferentes funções em relação à construção do conhecimento em Psicanálise. No entanto, além desse uso epistemológico recorrente - não apenas na

Psicanálise, mas em diversos outros ramos do conhecimento que se furtam a uma apreensão diretamente observável e empírica de seu objeto –, a metáfora ganha uma dimensão ainda mais importante dentro da teoria lacaniana.

Se podemos reconhecer, em Freud, a interpretação dos sonhos e dos sintomas como metáforas de um desejo recalcado ou de um conflito inconsciente, Lacan dará um passo ainda maior, ao alegar que uma leitura atenta de Freud terá sempre como base a linguagem, e que apenas ao se orientar nesse campo e na função da fala é que os conceitos freudianos adquirem sentido.

Ao conceber o inconsciente como linguagem, a metáfora é inscrita definitivamente como um dos mecanismos do inconsciente e passa a integrar o próprio objeto da Psicanálise.

Dada a importância da noção de metáfora na obra de Lacan, havia a necessidade de ter uma teoria da metáfora. E Lacan a tinha. Simanke (2003, p. 293) salienta que Lacan não trabalha com qualquer concepção de metáfora, “mas sim com uma bem específica que está profundamente enraizada nos alicerces de sua teoria e aí desempenha funções decisivas”.

Em seu estudo sobre dois tipos de afasia, Jakobson (2010) concluiu pelo duplo caráter da linguagem, comandada pela operação metafórica e metonímica. A fala, nessa perspectiva, implica a seleção de certas entidades linguísticas (processo metafórico) e a combinação dessas unidades em uma entidade de mais alto grau de complexidade (processo metonímico)²¹.

²¹ Um dos tipos de afasia revela essencialmente aqueles distúrbios de similaridade e de seleção. Neste tipo de afasia, quanto mais o enunciado depender do contexto, ou uma palavra depender da outra na mesma frase e do contexto sintático, melhor o afásico se haverá em sua tarefa verbal. Em seu estado crítico, somente a estrutura, os elos de conexão da comunicação, é poupada. Em contrapartida, um afásico deste tipo não pode passar de uma palavra a seu sinônimo ou heterônimo, e, em casos patológicos, uma palavra isolada não significa nada. Jakobson (2010, p. 60) discute como “no caso de um afásico cuja função de substituição foi alterada e a de contexto permaneceu intacta, as operações que implicam similitude cedem às fundadas na contiguidade”. O autor exemplifica como a metonímia é muito utilizada pelos afásicos com *distúrbio de similaridade*, quando substituem “garfo” por “faca”, “fumaça” por “cachimbo”, “comer” por “torradeira” etc. No segundo tipo de afasia, caracterizada por um *distúrbio de contiguidade*, percebe-se uma deterioração na capacidade do sujeito em construir proposições ou articular entidades linguísticas em unidades mais complexas. As palavras dotadas de função essencialmente gramaticais são as que primeiro desaparecem, enquanto a “palavra-núcleo” é a menos destrutível. Jakobson (2010) explica que esse tipo de doente tende a usar a similitude para se expressar, e suas identificações aproximadas são de natureza metafórica: substitui “microscópio” por “óculos de alcance”, “luz de gás” por “fogo”.

Todas essas referências são bastante conhecidas e reconhecidas pelo próprio Lacan. Que a metáfora seja uma substituição significativa, Lacan repete diversas vezes nos textos em que trata dessa figura. Talvez em virtude dessa fórmula, aparentemente simples, e tendo em vista a base da qual Lacan parte para discutir a metáfora – os trabalhos de Roman Jakobson –, tal definição é sempre incorporada a uma visão substitutiva ou comparativa de metáfora entre seus leitores, sem que se reconheça a necessidade de maiores desdobramentos.

Mas se trataria, no caso de sua obra, de uma aplicação pura e simples desse conceito a seu objeto de estudo? Pois, muito embora, as bases de Lacan para o desenvolvimento de sua teoria nessa fase “estruturalista” sejam conhecidas, Lacan importa conceitos desta disciplina de modo a imprimir-lhes alterações. A mais conhecida alteração é, certamente, a já mencionada inversão do signo saussuriano, concedendo primazia ao significante em detrimento do significado. O que faz com que alguns autores digam que a aproximação de Lacan ao estruturalismo e à Linguística estrutural são muito mais uma “reinterpretação da definição saussuriana de linguagem” (GOLDGRUB, 2001) ou de que ele, ao ser nomeado estruturalista, isso não significa a sua fiel adesão ao estruturalismo, mas a sua filtragem ou interpretação peculiar do estruturalismo (SALES, 2003).

E no caso de sua concepção de metáfora? De que forma tal conceito é absorvido em sua teoria?

No texto *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* e em alguns capítulos do *Seminário 3: as psicoses*, encontramos as primeiras formalizações explícitas da noção de metáfora em Lacan. Uma análise mais detida nesses textos revela que é em torno da tese da supremacia do significante que Lacan defenderá sua concepção sobre o processo metafórico e que, nesse processo, uma nova teoria da metáfora começa a ser delineada.

Posteriormente, no *Seminário 5: as formações do inconsciente*, Lacan (1999) trabalha o chiste “famillionário”, analisado por Freud em *Os chistes e sua relação com o inconsciente*,

como também o caso do esquecimento do nome do pintor Signorelli, o qual se encontra no texto de Freud *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. A análise de Lacan, a partir desses dois casos, nos indica que ele vai muito além da recorrente definição da metáfora como uma substituição de um significante por outro.

Todos os textos mencionados acima serão objeto de nossa análise.

Em suma, como a concepção de metáfora se afirma dentro da teoria de Lacan, para além das recorrentes referências aos trabalhos de Jakobson, é o que buscaremos elucidar. Veremos como Lacan vai muito além de uma visão substitutiva e comparativa de metáfora e, na tentativa de sanar as incongruências que essa perspectiva traz para sua teoria, acaba desenvolvendo uma concepção de metáfora que lhe é própria e que, em certos aspectos, se aproxima da visão interacionista.

6 DE UMA FIGURA DA LINGUAGEM A UM INSTRUMENTO DO PENSAMENTO

Tratamos de forma ampla e abrangente, nos capítulos precedentes, das questões relacionadas às teorias da metáfora, ao uso da metáfora na ciência, à relação entre metáfora e Psicanálise e, por fim, ao autor psicanalítico que será alvo de nossas análises. O presente capítulo serve como resumo das principais teses das quais partimos, bem como certos pontos articulados anteriormente que terão importância fundamental em nossas análises e conclusões.

As teorias da metáfora derivadas de Aristóteles podem ser divididas em dois grandes grupos: teoria substitutiva e teoria comparativa. Acrescentamos a elas um terceiro grande grupo, denominado de teoria interacionista da metáfora. As duas primeiras têm em comum a perspectiva de que a metáfora pode ser parafraseada, sem danos à mensagem, além de ambas tomarem a palavra como elemento-base da metáfora, sendo esta figura o resultado de um processo de semelhança e substituição. A diferença da teoria comparativa da metáfora reside, principalmente, na função da metáfora na linguagem. Se, na primeira, ela é essencialmente um recurso estilístico, dispensável à linguagem, para a segunda, a metáfora apresenta função cognitiva, desde o momento em que estabeleça uma comparação, uma analogia, entre dois termos.

O problema da teoria comparativa da metáfora é supor que ela apenas se diferencia da analogia pela forma, e, conseqüentemente, essa concepção perde de vista o caráter essencialmente criativo da metáfora. A crítica de Black (1966a) a respeito incide sobre o fato de tal enfoque comparativo tender a nos fazer considerar as semelhanças de significados que subjazem à metáfora, como objetivamente dadas. No entanto, para o autor, as metáforas são necessárias justamente quando está descartada a precisão dos enunciados. A metáfora não é uma substituição de um termo literal, mas antes possui uma capacidade de construção que lhe

é própria. Dizer que a metáfora *cria* semelhanças seria, para Black (1966a), mais esclarecedor do que dizer que ela formula uma semelhança previamente existente.

Baseada nas elaborações de Richards (1971), a terceira teoria clássica da metáfora, a teoria interacionista, concebe a metáfora como a interação entre duas ideias (ou dois sistemas) e não, apenas como resultado da substituição de um termo por outro devido à semelhança entre eles. No caso da concepção interacionista, o leitor se vê obrigado a conectar ambas as ideias suscitadas pela metáfora em questão. A metáfora não é pensada como sendo o substituto de uma expressão literal, pois a expressão metafórica permite ver o assunto principal por meio de um “filtro”. Sendo assim, o sentido da metáfora não é esgotado pelas paráfrases dela derivadas. Além disso, a metáfora, nesta concepção, é fundamentalmente uma forma de pensar e não um ornamento da linguagem.

A concepção interacionista de Max Black, bem como as nomenclaturas por ele utilizadas, serão retomadas durante as análises subsequentes. Portanto, devemos ter em mente as distinções que o autor faz entre *quadro* e *foco metafórico*; *tópico primário* e *tópico secundário* da metáfora; qualidades como *ênfase* e *ressonância* como características de uma *metáfora forte*. Tais distinções podem ser encontradas no capítulo *Por uma Teoria da Metáfora*.

Podemos, portanto, discriminar três funções da metáfora na linguagem, a partir das três teorias destacadas acima: a primeira, corresponde a uma função essencialmente estética e, portanto, periférica na linguagem. As outras duas funções marcam o aspecto essencialmente cognitivo da metáfora. O segundo, denominamos de *conhecimento sistêmico*. Trata-se, propriamente, da analogia que subjaz à metáfora e que, ao estabelecer semelhança entre termos inicialmente distintos, revela-nos um novo conhecimento. A terceira função, diz respeito ao *conhecimento criativo* da metáfora, ou seja, a forma como ela cria um novo sentido, o qual se distingue de suas paráfrases.

Black (1966a) reconhece que, em alguns casos mais triviais, o enfoque substitutivo e o comparativo podem dar conta do entendimento da metáfora. Também reconhece que pode ser muito valiosa a tentativa de explicação ou desenvolvimento do fundamento de uma metáfora. No entanto, compartilhamos com o autor a perspectiva de que aplicar um assunto subsidiário para ajudar na compreensão do assunto principal é uma operação intelectual peculiar e, embora seja possível enumerar paráfrases literais, o conjunto de enunciados obtidos carecerá da força informativa e esclarecedora do original. Para Black (1966a), as paráfrases fracassam em ser uma tradução da metáfora, pois não penetram na questão que a tornam uma metáfora.

Importante salientar que, para as teorias clássicas da metáfora, falar em metáfora é falar em significado. E, também para todas, é apenas o aspecto consciente na produção metafórica que é levado em conta.

No que se refere ao uso das metáforas na construção do conhecimento científico, salientamos como, apesar de elas terem sido consideradas inadequadas, especialmente pela epistemologia empirista, positivista e neopositivistas, atualmente, são poucos os estudiosos que não reconhecem o papel que desempenham na construção de um conhecimento. Acompanhamos com Boyd (1995) como as metáforas constitutivas de teoria teriam o papel de acomodar categorias linguísticas à estrutura natural dos fenômenos ainda não compreendidos completamente.

No entanto, o fato de ser permitidas não isenta as metáforas de ser avaliadas com rigor e, eventualmente, consideradas inadequadas. Por isso, apresentamos alguns critérios para avaliar as metáforas com base nos autores estudados. A noção de *mapeamento estrutural* da metáfora nos parece o ponto de partida para identificarmos os focos metafóricos, bem como os tópicos primário e secundário da metáfora utilizada. Além disso, a metáfora pode ser avaliada quanto ao seu valor ou qualidade, quanto à sua função dentro de determinada teoria e também, quanto ao tipo de conhecimento por ela produzido.

Quanto às qualidades da metáfora, discriminaremos três delas:

- 1) precisão – se a correspondência um a um entre os objetos (de ambos os domínios) é rigorosamente definida e preservada;
- 2) ênfase – as metáforas devem ser utilizadas quando o acesso ao fenômeno é melhor representado pelos termos metafóricos, seja pelo fenômeno ainda se encontrar em um período inicial do conhecimento, seja pela impossibilidade de ser reduzido à observação;
- 3) ressonância – as metáforas devem ser utilizadas quando houver boas e importantes evidências de similaridade entre o tema primário e secundário. Uma metáfora ressonante é aquela que traz consequências interessantes e poderosas, ou seja, quando possibilita alto grau de interpretação e elaboração.

Propomos também distinguir dois tipos de conhecimento possibilitados pela metáfora, derivados de nossos estudos sobre as teorias da metáfora.

Black (1966b), em seu texto *Modelos y arquetipos*, propõe-se a distinguir diferentes operações que, tradicionalmente, recebem o nome de *modelo*. Duas delas nos interessam especialmente: o *modelo analógico* e o *modelo teórico*, por apresentar certa correspondência com o conhecimento sistêmico e criativo respectivamente.

O conhecimento sistêmico é produzido essencialmente pela analogia que embasa a metáfora. A noção de mapeamento estrutural, por exemplo, se apóia nesse tipo de função conferida à metáfora. Para Black (1966b), os modelos analógicos são aqueles que procuram reproduzir com fidelidade a estrutura ou trama de relações de um objeto material, sistema ou processo em um outro meio. Guiados pelo princípio de isomorfismo, um modelo analógico adequado evidenciará uma correspondência biunívoca entre as relações do sistema secundário e primário. É um uso dos modelos que Black (1966b) denomina de “ficções heurísticas”:

pensa-se um campo “como se” fosse outro, ou seja, a base reside na comparação entre dois sistemas e se assemelha ao argumento por analogia. Como decorrência desse uso, o modelo analógico proporciona hipóteses plausíveis, mas não demonstrações, e qualquer uso que se pretenda científico desse tipo de modelo exige explicitações adicionais.

Em contraposição, o modelo teórico corresponde ao tipo de conhecimento produzido pela metáfora que se denominou anteriormente de *criativo*. A este tipo de conhecimento subjaz certa “aposta” metafísica e ontológica a respeito da identificação entre ambos os domínios em questão. Para Black (1966b), o modelo teórico se assemelha ao analógico por também buscar a correspondência estrutural entre dois sistemas e se basear no princípio do isomorfismo, mas, ao contrário do anterior, o modelo teórico não se restringe a uma comparação, mas requer a identificação típica da metáfora. Como consequência, a teoria científica que faz uso deste tipo de modelo apresenta uma crença ontológica em relação à identificação produzida. É o uso que Black (1966b, p. 225) assinala como sendo “existencial” do modelo e entende ser característico do modo de atuar dos grandes teóricos da Física:

Ao empregar modelos teóricos, não comparavam dois domínios desde uma posição neutra com respeito a ambos, mas ao contrário usavam uma linguagem apropriada ao modelo ao pensar sobre o domínio de aplicação: não operavam *por* analogia, senão que *através* e por meio de uma analogia subjacente – concebiam seus modelos como algo mais do que recursos explicativos ou heurísticos.

Trata-se, portanto, de introduzir uma nova linguagem, um novo modo de se referir a um campo, tendo em vista a necessidade de ampliar o conhecimento relativo a essa área determinada ou relacioná-la a outras esferas do conhecimento.

Por fim, as metáforas também podem ser avaliadas em relação à função que desempenham dentro de uma teoria, ou seja, se a função é essencialmente pedagógica ou constitutiva de uma teoria.

A função pedagógica é salientada quando a metáfora adquire papel essencialmente ilustrativo ou para fins didáticos. Quando pedagógica, a função ocupa lugar periférico dentro

de uma teoria científica. Em oposição, as metáforas constitutivas de uma teoria se apresentam como fundamentais na construção de determinado conhecimento, tendo relação diretamente proporcional com a força da metáfora e aos conhecimentos por ela produzidos.

Importante deixarmos claro que pensamos ambas as funções não como excludentes, mas como representando dois pólos do papel que determinada metáfora pode ter no interior de uma teoria. Quanto mais próxima de uma função pedagógica, mais dispensável se situa a metáfora para a construção de um conhecimento. Em oposição, quanto mais indispensável determinada metáfora na elaboração dos conceitos a que visa, mais esta metáfora assume uma função constitutiva.

Nos capítulos dedicados à Psicanálise e à metáfora, buscamos apresentar alguns trabalhos importantes nesse âmbito, bem como acrescentar discussões que consideramos relevantes. Nossos estudos indicaram que um trabalho que se proponha a pensar a função da metáfora dentro da Psicanálise deve levar em conta duas vertentes.

A primeira diz respeito ao uso na construção do conhecimento psicanalítico, o qual não difere da forma como a metáfora é usada em diversas outras disciplinas, as quais buscam uma base de reflexão em outros conhecimentos melhor estabelecidos e estruturados. Tanto as metáforas em Freud, como em Lacan, devem levar em conta o duplo conhecimento por elas produzidos, especialmente no caso de desempenharem uma função constitutiva dentro da teoria. De um lado, a metáfora, a importação de conceitos de outras disciplinas, serve como referência para um mapeamento estrutural da analogia subjacente à metáfora, gerando um conhecimento que denominamos *sistêmico*. De outro, mais do que uma analogia a partir de um ponto de vista neutro, tais metáforas podem referir uma tentativa de estabelecer uma nova linguagem e apresentar uma nova perspectiva sobre determinado fenômeno.

Assim pensado seu uso, as metáforas psicanalíticas estão sujeitas às benesses e problemas que qualquer uso da metáfora na ciência também está sujeito. Como diz Goldgrub (2001, p. 11):

Essa espécie de comércio conceitual, feito de importações, exportações e eventualmente contrabandos e invasões, está sujeita aos ditames ou percalços da legitimidade e da ilicitude, e tanto pode configurar uma relação mutuamente vantajosa como gerar abusos e distorções – ou ambos.

No caso da Psicanálise, uma atenção inicial prévia deve ser dada a seu reconhecimento. Spence (1992) bem argumenta que o não reconhecimento da metáfora em uma teoria – quando a metáfora se mascara como explicação, literaliza-se e se reifica – faz com que percamos de vista o caráter de experimentação e a possibilidade de ela se mostrar válida ou não. O resultado é certo tipo de religião mascarada de ciência.

Mas há ainda um segundo aspecto sobre a função da metáfora na Psicanálise e que, desta vez, é característico desta disciplina. Trata-se da discussão realizada sobre o fato de a metáfora incidir no próprio objeto psicanalítico.

A referência à linguagem por Lacan, para compreender os fenômenos inconscientes, permite incorporar a metáfora com função particular no interior da Psicanálise. Ela corresponde a um dos mecanismos fundamentais do funcionamento do inconsciente. Incorporada dessa forma em seu objeto, a noção de metáfora em Lacan não se restringe apenas a um uso epistemológico, técnico nem inicial, devido ao fato de esse conhecimento ser um produto novo da ciência que, com o tempo, poderia prescindir da linguagem metafórica. Um dos aspectos importantes que queremos destacar neste trabalho é a necessidade de investigar o conceito de metáfora na obra de Lacan, tendo como contraponto as teorias clássicas da metáfora, de forma que, ao aplicar a estrutura da linguagem ao inconsciente, essa concepção de metáfora possa dar conta dos fenômenos com os quais Freud se deparou e com as construções deles decorrentes. De nossa parte, buscaremos avaliar a importação da noção

de metáfora para o entendimento do inconsciente, tendo como referência e contraponto para a nossa avaliação, as teorias clássicas da metáfora.

7 METÁFORAS ÓPTICAS

Para analisar as metáforas ópticas, é necessário partir do texto *O estádio do espelho como formador da função do eu*, o qual fundamenta as analogias desenvolvidas posteriormente com os experimentos ópticos.

A primeira versão deste texto figura no longo artigo sobre *Os complexos familiares*, mas, em 1949, o autor retoma a temática propondo a diferenciação entre o *je* (sujeito do inconsciente e grafado como *eu*) do eu/ego e *moi* (lugar de ilusão e fonte de erro), objetivando reforçar a oposição à concepção da *ego-psychology* e dos annafreudianos. Diversas vezes, Lacan fez comentários a respeito da importância desse estádio na elaboração de seu sistema de pensamento (ROUDINESCO, 2008).

Também analisaremos o *Seminário I: os escritos técnicos de Freud*, dos anos de 1953-1954. O foco deste seminário são textos freudianos dos anos de 1904 a 1919 que indicavam tratar do método psicanalítico. É neste seminário que as metáforas ópticas aparecem pela primeira vez; quando Lacan dá prosseguimento à analogia entre a constituição do eu imaginário e os processos de formação de imagens a partir da conjunção entre espelho plano e côncavo.

Faremos, inicialmente, um resumo das principais teses do texto *O estádio do espelho como formador da função do eu* e, posteriormente, trataremos das metáforas presentes no *Seminário I*. Quanto a elas, proporemos um mapeamento estrutural das duas metáforas ópticas desenvolvidas durante este seminário. A primeira delas nomearemos de “fenômeno do buquê invertido”, na qual é apresentado apenas o espelho côncavo. Posteriormente, faremos um mapeamento estrutural da “metáfora completa” (associação entre o espelho côncavo e o espelho plano), derivada da primeira, e que chamaremos de “esquema dos dois espelhos”.

Reservaremos, para o final, as análises mais gerais a respeito da função que tais metáforas adquirem nas teorizações de Lacan, como também a pertinência e a adequação das metáforas ópticas, tendo em vista as discussões já apresentadas sobre metáfora e ciência.

7.1 O ESTÁDIO DO ESPELHO

Texto matriz da hipótese sobre a constituição de um *eu* imaginário, *O estágio do espelho como formador da função do eu* é também o ponto de partida para o desenvolvimento das metáforas ópticas apresentadas no *Seminário I*. Um breve resumo das principais teses e análises ali presentes fornece indícios de até que ponto suas elaborações teóricas alcançam neste texto. Também permite identificar aquilo que as metáforas ópticas vêm agregar a respeito da noção do estágio do espelho. Neste resumo inicial, tentaremos procurar a maior fidelidade possível aos textos lacanianos.

- Lacan (1949) parte da experiência da criança pequena (entre os 06 e 18 meses, mais ou menos) quando, diante do espelho, ela experimenta ludicamente a relação entre seus movimentos com os da própria imagem refletida. Esse “espetáculo cativante” revelaria, para Lacan (1949, p. 97), a primeira assunção de uma imagem corporal unificada e manifestaria, numa situação exemplar, “a matriz simbólica em que o *eu* se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito”. Lacan (1949) ainda acrescenta que essa imagem poderia ser denominada como *eu ideal*.
- Essa imagem lhe seria dada como uma *Gestalt* e numa exterioridade, marcando a relação essencialmente alienante sob a qual o *eu* se constitui. Lacan (1949) acrescenta

alguns exemplos, atestados por experimentos biológicos, nos quais se revelam os efeitos formadores que a *Gestalt* tem sobre o organismo: o processo de maturação da gônada na pomba ou a transição da forma solitária para a forma gregária do gafanhoto.

- O estágio do espelho marcaria a passagem da imagem de um corpo despedaçado para a imagem de um corpo total. A função desta primeira imagem unificada residiria, em partes, em estabelecer uma relação do organismo com sua realidade.
- O narcisismo primário é afirmado como sendo o investimento libidinal próprio desse momento. Na concepção de Lacan, portanto, a pulsão libidinal estaria centrada na função do imaginário.
- A conclusão do estágio do espelho seria marcada pela identificação do eu com a *imago* do semelhante, inaugurando a dialética que passaria a ligar o eu a situações socialmente elaboradas.

São essas as principais formulações de Lacan no *Estádio do espelho como formador da função do eu*. Elas apresentam fortes e importantes teses, porém não são extensamente desenvolvidas. Menos ainda, tais teses são trabalhadas junto com diversos conceitos psicanalíticos, mesmo aqueles mencionados no texto, como eu ideal ou narcisismo primário.

Significativamente, nesse texto, não há nenhuma referência explícita sobre o processo de reflexão no espelho ser pensado como metáfora. Tomando como base apenas esta referência, é possível pensar que o termo “espelho” não está aí senão para apontar a experiência concreta da criança pequena quando vê a própria imagem refletida.

Apenas no *Seminário I* é que Lacan (2009, p. 103) não se restringe a falar do estágio do espelho como um momento específico do desenvolvimento do sujeito, mas também como um modelo que sustentaria as relações do eu com o outro, do eu com a imagem, do eu com um ideal: “O estágio do espelho, eu o tenho frisado, não é simplesmente um momento do

desenvolvimento. Tem também uma função exemplar, porque revela certas relações do sujeito à sua imagem, enquanto *Urbild* do eu”.

É essa amplitude conferida ao estágio do espelho que, em nosso entender, impele o autor a recorrer às metáforas para explicar as lacunas até então existentes nessa noção, bem como alcançar com ela uma amplitude no entendimento do sujeito e da técnica psicanalítica impressionante. Lacan (2009) nos diz que esse estágio do espelho tem uma apresentação óptica e pergunta: será por acaso?

7.2 METÁFORAS ÓPTICAS

7.2.1 Fenômeno do buquê invertido

Trata-se de um experimento de Henri Bouasse, físico francês, denominado de “experimento do buquê invertido” e descrito no livro *L’optique et photométrie dites géométriques* (LACAN, 2009). No texto *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade*, Lacan dá a esse experimento valor apenas introdutório para que seja possível compreender o “esquema dos dois espelhos”, este sim, possuindo valor de modelo. No entanto, no próprio *Seminário I*, Lacan já utiliza o “fenômeno do buquê invertido” para se referir a alguns conceitos teóricos da Psicanálise, bem como utilizar este experimento na análise de dois casos clínicos. Além disso, esse fenômeno da óptica terá importância na discriminação de alguns pontos presentes no “esquema dos dois espelhos”, indicando que seu valor vai além de ser apenas introdutório.

Na análise dos textos, observa-se que os conceitos da Física Óptica adquirem importância periférica dentro da elaboração lacaniana. O que parece importar a Lacan é apenas a compreensão do que acontece no experimento em termos visuais, mas não a explicação óptica que lhe subjaz. Algumas poucas definições da Física são mencionadas, mas

elas rendem pouco mais do que alguns parágrafos. Sabemos que no experimento referido, o objeto está localizado no centro de curvatura da esfera, pois ele fornece uma imagem real, de mesmo tamanho e invertida.²² Mas esse conhecimento não é mencionado como importante para as analogias desenvolvidas. Indicação desta nossa análise é o fato de alguns termos da Física Óptica, como vértice da calota, foco do espelho, centro da esfera, eixo principal e secundário do espelho, raio de curvatura, não serem desenvolvidos nas analogias. A angulação específica do raio incidente no espelho, o ponto no qual a imagem se forma e os próprios raios luminosos podem ser também referidos como focos não analisados. Como Lacan não se posiciona em relação a eles, poderíamos denominar esses focos da metáfora, como aquilo que referimos anteriormente sobre analogias neutras da metáfora, ou seja, aquelas que não fazem parte da elaboração teórica, mas que são pontos passíveis de ser desenvolvidos. A caixa que esconde o vaso também não é mencionada durante o desenvolvimento da metáfora, podendo ser referida como uma analogia neutra. Tais analogias também são neutras no segundo experimento, que discutiremos na sequência.

²² Dependendo da posição do objeto em relação ao espelho esférico, a sua imagem pode ser maior, menor, igual ao tamanho do objeto ou imprópria (imagem no infinito). Ela pode ainda aparecer invertida ou direita em relação ao objeto. Ou ser qualificada como real ou virtual (RAMALHO; NICOLAU; TOLEDO, 2007).

Figura 1 – Fenômeno do buquê invertido de Bouasse

Fonte: LACAN (2009)

Assim se processa a ilusão reproduzida na Figura 1, acima (este experimento pode ser visualizado em vídeo disponível na internet).²³ Existe um buquê de flores, escondido dos olhos do observador em uma “caixa”. Se observado no interior de determinado campo, a partir do processo de reflexão no espelho côncavo, vemos surgir a imagem real²⁴ das flores exatamente no gargalo do vaso (colocado em cima da “caixa”), provocando a ilusão de observar o conjunto “vaso com flores”.

²³ Este experimento e o “Esquema dos dois espelhos” foram realizados no Museo de Ciencias Exactas do Departamento de Física da Universidad Nacional de La Plata, organizados pela Sociedad Psicoanalítica de Buenos Aires e pela Sociedad Psicoanalítica de La Plata, sendo produzido um vídeo com explicações sobre ambos os experimentos. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=W5CY6QhWL2Y>>. Acesso em 15 abr. 2013.

²⁴ Na Física Óptica, distingue-se o ponto objeto do ponto imagem. O ponto objeto corresponde à intersecção dos raios incidentes no sistema óptico, e o ponto imagem à intersecção dos raios emergentes. As imagens também se definem como reais ou virtuais: 1) imagem real – quando se forma pelo próprio encontro dos raios e pode ser obtida com lentes convergentes, como a do experimento acima; 2) imagens virtuais – quando o ponto de intersecção da imagem se forma pelo prolongamento dos raios luminosos. É o caso das imagens que vemos no espelho plano (RAMALHO; NICOLAU; TOLEDO, 2007).

7.2.2 Mapeamento estrutural do “fenômeno do buquê invertido”

a) Relação vaso e flores – destacamos o vaso e as flores como uma relação, e não como focos separados, por uma razão importante. Muito embora Lacan (2009) chegue a discriminar que as flores poderiam ser os instintos e os desejos, os objetos que passeiam – e, no texto *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache*, Lacan (1961b) também refira que o elemento escondido na caixa representa o pouco acesso que o sujeito tem à realidade deste corpo –, a importância fundamental dos dois focos metafóricos reside na relação entre eles, a qual se refere, no tópico primário, à relação continente-conteúdo, fundamental em todas concepções sobre o estado primitivo da formação do eu.

b) “Unidade” formada pela conjunção da imagem real das flores com o vaso – o interesse de Lacan, num primeiro momento, a respeito desse experimento, repousa na produção óptica de misturar objetos e imagens de objetos, produzindo uma falsa percepção de “unidade” – no caso, um arranjo de vaso com flores. Essa unidade, fruto da mistura de imagem e de objeto, difícil de discernir visualmente, corresponderia, no campo psicanalítico, à totalidade imaginária, antecipada, do corpo. Em contraposição, Lacan (2009) faz uma breve referência sobre o estado do sujeito anterior ao nascimento do eu ser representado pela não conjunção entre os dois objetos.

Esse foco metafórico representa, para Lacan (2009, p. 109), a passagem da imagem de um corpo despedaçado para sua forma unificada:

Supomos na origem todos os *issos*, objetos, instintos, desejos, tendências etc. É, pois, a pura e simples realidade que não se delimita em nada, que não pode ser ainda objeto de nenhuma definição, que não é nem boa, nem má, mas ao mesmo tempo caótica e absoluta, original (...) E é aí que a imagem do corpo dá ao sujeito a primeira forma que lhe permite situar o que é e o que não é do eu.

c) Campo no qual se produz a ilusão – outro ponto que Lacan (2009) enfatiza neste momento, e que se apresenta como importante analogia, é o campo no qual a ilusão se produz. Aquilo que, num primeiro momento, ele chama de *cone* e que, no esquema dos dois espelhos, Lacan (2009) irá assinalar com o campo $x'y'$.

O que acontece nesse cone, do ponto de vista do tópico secundário, é a necessidade de observar o experimento dentro de determinado campo para que a ilusão se produza; do contrário, como diz Lacan (2009), ver-se-ão as coisas em seu estado real: um pobre vaso vazio ou flores isoladas, dependendo da posição do observador.

O cone corresponderia, no tópico primário (o processo de constituição do eu, do ponto de vista da Psicanálise), ao campo do simbólico, o qual Lacan faz identificar inicialmente com a linguagem e com as palavras.

A posição do olho no experimento, corresponderia, para Lacan (2009, p. 111), à posição do sujeito neste campo:

(...) na relação do imaginário e do real, e na constituição do mundo tal como ela resulta disso, tudo depende da situação do sujeito. E a situação do sujeito – vocês devem sabê-lo desde que lhes repito – é essencialmente caracterizada pelo seu lugar no mundo simbólico.

Lacan (2009) deixa ainda margem para que a metáfora pudesse adquirir precisão maior, gerando novos conhecimentos, quando afirma que, segundo as diferentes posições do olho, poderíamos distinguir certo número de casos. Essa discriminação permitiria a compreensão das diferentes posições do sujeito em relação à realidade.

Apresentamos as principais analogias referidas neste primeiro modelo, as quais serão retomadas na próxima metáfora. Lacan (2009) chega a mencionar brevemente as analogias do

espelho côncavo e do olho, mas optamos por integrá-las no mapeamento estrutural do “esquema dos dois espelhos”.

7.2.3 Esquema dos dois espelhos

Duas mudanças são importantes neste esquema, em relação ao experimento inicial do “fenômeno do buquê invertido”. Em primeiro lugar, trata-se da introdução de um espelho plano que produzirá uma imagem virtual. Em segundo, muda-se a posição do observador.

Cabe lembrar que, neste modelo, Lacan inverte a posição do vaso e das flores, mas nos diz, explicitamente, que se trata apenas da comodidade em realizar o experimento dessa forma.

Este esquema necessita de uma análise mais longa. Com o aumento dos elementos envolvidos na metáfora, vemos aumentar também os focos da metáfora. Também trataremos, neste caso, de cada foco separadamente, destacando aqueles mais importantes ou que apresentam analogia mais clara.

Figura 2 – Esquema dos dois espelhos de Lacan

Como se dá o processo de imagens na Figura 2 acima (este experimento pode ser visualizado em vídeo disponível na internet)²⁵?

Existe um vaso escondido dos olhos do observador em uma caixa. A partir do processo de reflexão no espelho côncavo, forma-se a imagem real do vaso, a qual vem envolver as flores (colocadas em cima da “caixa”), provocando um conjunto de flores reais com a imagem do vaso. Até aí, o processo de reflexão é o mesmo daquele do “fenômeno do buquê invertido”. Uma das diferenças reside no fato de que este conjunto não é mais visto pelos olhos do observador na posição em que ele se encontra na Figura 2, acima. Mas o conjunto “está lá”, e tanto as flores reais como a própria imagem real do vaso formada pelo espelho côncavo podem refletir-se no espelho plano, formando a imagem virtual do vaso com flores. Se observado no interior de determinado campo, é possível ver essa imagem virtual.

7.2.4 Mapeamento estrutural do “esquema dos dois espelhos”

a) Olho do observador – é, para Lacan, o símbolo do sujeito. Importante observar que, mais uma vez, a importância desse elemento da metáfora depende da relação estabelecida com os outros.

Em primeiro lugar, a possibilidade de enxergar a imagem virtual do vaso com flores depende da posição do olho. No caso do tópico primário, o acesso à unidade corporal imaginária depende da posição do sujeito em relação à realidade, em relação ao simbólico. A

²⁵ Este experimento e o “Esquema dos dois espelhos” foram realizados no Museo de Ciencias Exactas do Departamento de Física da Universidad Nacional de La Plata, organizados pela Sociedad Psicoanalítica de Buenos Aires e pela Sociedad Psicoanalítica de La Plata, sendo produzido um vídeo com explicações sobre ambos os experimentos. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=W5CY6QhWL2Y>>. Acesso em 15 abr. 2013.

posição do olho/sujeito determinaria casos em que o sujeito estaria dentro ou fora do campo simbólico (no modelo, estar dentro do campo no qual se produz a ilusão, ou não).

A outra relação diz respeito à oposição entre o olho do observador e as imagens produzidas. Lacan marca neste modelo a tentativa em diferenciar sua perspectiva de eu daquela referenciada pelo annafreudismo, podendo ser inferida, a partir desse modelo óptico, como aquela de que o sujeito não se confunde com a própria imagem. Em *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache*, Lacan explicita que o funcionamento do modelo óptico abarca a função de desconhecimento no princípio da formação do eu, revelada pelo estágio do espelho.

b) Espelho côncavo – representa, para Lacan (2009, p. 167), tudo aquilo que, orgânica e biologicamente, viabilizaria qualquer noção imaginária do eu: “Retomemos inicialmente o espelho côncavo, sobre o qual, como lhes mostrei, poderíamos provavelmente projetar toda a espécie de coisas cujo sentido é orgânico, e em particular o córtex”. Ou seja, trata-se daquilo que, no tópico secundário, designa materialmente (uma superfície esférica que apresenta na parte interna o lado refletor) a possibilidade de ilusão.

A pertinência da analogia entre o espelho côncavo e tudo aquilo cujo sentido é orgânico revela-se na relação estabelecida entre a ilusão produzida no “fenômeno do buquê invertido”, a qual necessita apenas do espelho côncavo, e aquilo que ocorre nos animais e também nos homens, enquanto este é um ser biológico. Mais uma vez, a importância desse foco metafórico é determinada pela oposição estabelecida com outro elemento da metáfora, o espelho plano. Com a introdução do espelho plano, Lacan (2009, p. 186) faz diferir o que ocorre nos homens do que ocorre nos animais: “O aparelho que inventei [o esquema dos dois espelhos] mostra, pois que, se estivermos colocados num ponto muito próximo da imagem

real, podemos não obstante vê-la, num espelho, no estado de imagem virtual. É o que se produz no homem”.

c) Imagem real – no esquema dos dois espelhos, duas imagens são produzidas. A primeira delas, a qual se forma entre o observador e o espelho plano, acontece no nível da imagem real do vaso, produzindo a unidade das flores reais com a imagem real do vaso (o olho, na posição em que está no esquema, não vê a imagem real. Mas ela está lá, servindo-se de objeto para a imagem virtual refletida no espelho plano). A segunda imagem, reflexo da primeira, situa-se atrás do espelho plano: a imagem virtual do vaso e da flor.

A partir da contraposição entre ambas as imagens, Lacan (2009) distingue o narcisismo primário do narcisismo secundário.

Em relação à primeira imagem, a que ocorre no nível da “imagem real”, Lacan (2009, p. 169) faz analogia com o conceito de narcisismo primário: “Esse primeiro narcisismo se situa, se vocês quiserem, ao nível da imagem real do meu esquema, na medida em que ela permite organizar o conjunto da realidade num certo número de quadros pré-formados”.

Como já apontado no “fenômeno do buquê invertido”, a ilusão que acontece no nível da imagem real é exemplar para ilustrar a forma como, no tópico primário, real e imagem se relacionam. A respeito, Lacan (2009) discute como, no mundo animal, o indivíduo faz coincidir o objeto real com a imagem que está nele.²⁶ Esse engano pode ser ilustrado no aparelho óptico do “buquê invertido”. A imagem real do vaso insere-se no mundo dos objetos reais e traz a esses objetos o que Lacan (2009, p. 194) denomina de “organização imaginária”. É essa conjugação entre estrutura imaginária e estrutura real que permite “ao animal procurar

²⁶ Esta idéia fica mais clara se nos reportarmos aos exemplos tanto do *Seminário I*, como do *Estádio do Espelho*, nos quais Lacan observa que o comportamento sexual de inúmeras espécies é desencadeado apenas apresentando um “logro”, uma “imagem falsa” do parceiro do sexo oposto. O animal faz, portanto, coincidir o próprio animal com seu simulacro, com uma imagem.

seu parceiro específico, à maneira como a chave procura uma fechadura ou como a fechadura procura a chave, dirigir sua libido para onde deve estar para a propagação da espécie”.

Do ponto de vista do tópico primário, os primeiros limites do eu estão, portanto, em estreita relação com uma determinação biológica. Lacan (2009, 169-70) esclarece que, no que diz respeito às funções do eu, por um lado, “elas desempenham para o homem como para todos os outros seres vivos um papel fundamental na estruturação da realidade”. Além disso, Lacan (2009) também relaciona a noção de narcisismo primário ao mecanismo animal, ao afirmar que o funcionamento imaginário dos animais – “este mundo fechado a dois” –, “imaja” a conjunção da libido objetual e da libido narcísica, ou seja, o próprio conceito de narcisismo primário. Portanto, acreditamos ser pertinente afirmar que esta primeira imagem ou unidade – que estaria representada pela ilusão promovida pelo espelho côncavo – serve para estruturar a realidade, tanto de homens como de animais.

Essas afirmações e analogias nos impõem algumas questões, as quais serão tratadas no tópico “*Discussões sobre as metáforas ópticas*”.

d) Espelho plano – até aqui discutimos a ilusão que ocorre no nível da imagem real, a qual necessita apenas do espelho côncavo para acontecer. Apresentamos como, no tópico secundário, essa organização imaginária, representada pela imagem real no tópico secundário, tem conotação essencialmente biológica. Mais tarde, no *Seminário I*, Lacan (2009, p. 169) defende que a organização imaginária passa, no homem, por uma alienação fundamental em relação ao outro. Aí encontramos o acréscimo do espelho plano ao modelo: “No homem, ao contrário, a reflexão no espelho manifesta uma possibilidade noética original, e introduz um segundo narcisismo. O seu *pattern* fundamental é imediatamente a relação ao outro”.

O que seria esse elemento que faria do homem um homem e traria a necessidade de concebê-lo para além do plano biológico? Lacan não apresenta uma relação biunívoca entre o tópico primário e o secundário neste caso. Não obstante, as noções postas em analogia com o espelho plano estão intrinsecamente relacionadas.

A regulação da imagem depende da inclinação do espelho plano. Lacan (2009, p. 209) diz que a inclinação do espelho seria comandada, metaforicamente, pela voz do outro: “No meu modelinho, para compreender a incidência da relação simbólica, basta supor que é a intervenção das relações de linguagem que produz as viradas do espelho, as quais apresentarão ao sujeito, no outro, no outro absoluto, figuras diferentes do seu desejo”. Para Lacan (2009, p. 209), o espelho como voz corresponderia ao nível elementar em que a linguagem está ligada às primeiras experiências, “a função pura da linguagem, que é a de nos assegurar que somos, e nada mais”.

Com a inclinação do espelho também pode mudar a própria imagem, o que poderia referir, no tópico primário, as variações e as particularidades da imagem percebida. Lacan (2009, p. 200) dirá que a imagem no espelho “passará de uma forma de boca a uma forma de falo, ou de um desejo mais ou menos completo a este tipo de desejo que eu chamava há pouco despedaçado”.

Mas o espelho não representa apenas a voz e as palavras, face concreta da linguagem. O espelho plano também será colocado em analogia com a lei, desde que compreendida como representante da relação simbólica, como fundamentalmente ligada ao sistema da linguagem, cuja função transcenderia o sujeito. Lacan (2009, p. 187) explica: “O que é a relação simbólica? É para colocar os pingos nos *is* que socialmente nós nos definimos por intermédio da lei. É da troca dos símbolos que nós nos situamos uns em relação aos outros nossos diferentes eus”. Ou seja, sempre nos situamos em relação ao outro a partir de uma relação simbólica. Citemos novamente Lacan (2009, p. 208): “Antes mesmo que eu esteja em posição

de pronunciar as palavras pai e filho, e mesmo se ele está gagá e não pode mais pronunciar essas palavras, todo o sistema humano em volta já nos define, com todas as consequências que isso comporta, como pai e filho”. O espelho plano, como metáfora da lei, faria a relação do sujeito com a própria imagem passar para outro plano (o da imagem virtual), que é propriamente o plano da relação do sujeito ao outro.

Do espelho plano como voz/palavra, depois como lei/linguagem/relação simbólica, Lacan fará avançar as elaborações teóricas ao relacionar esse foco metafórico com o ideal do eu.

Em *Sobre o narcisismo*: uma introdução, Freud (1914b) não diferencia as expressões “eu ideal” e “ideal do eu”, embora já possamos identificar nesse texto a noção de uma instância psíquica de vigilância, a qual será formalizada posteriormente como o superego. O que ocorreria, a partir das teorizações freudianas, é que o desenvolvimento do ego consiste em um afastamento progressivo do narcisismo primário.²⁷ Em contraposição, a tentativa de recuperar a satisfação resultante do estado do narcisismo primário faria com que a libido se deslocasse em direção a um ideal imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal. Na sequência, Freud (1914b) faz supor a existência de um agente psíquico especial que observasse constantemente o ego real, medindo-o por aquele ideal.

A partir dos desenvolvimentos das metáforas ópticas, Lacan (2009, p. 189) propõe uma distinção entre ideal do eu (*Ich-Ideal*) e eu ideal (*Ideal-Ich*), definindo o primeiro como o “outro enquanto falante, o outro enquanto tem comigo uma relação simbólica”. O ideal do eu estaria situado no plano simbólico, enquanto o eu ideal no plano imaginário. Poderíamos avançar um pouco e dizer que o ideal do eu estaria relacionado ao espelho plano, enquanto o

²⁷ Como parte de sua hipótese sobre a teoria da libido, também os impulsos libidinais do ego sofrerão as vicissitudes da repressão ao entrar em contato com as idéias culturais e éticas do indivíduo. A formação de um ideal seria o fator determinante da repressão. Freud (1914b, p. 100) faz, dessa forma, a noção de eu ideal²⁷ e ideal do eu integrar suas hipóteses sobre o narcisismo primário e secundário: “Esse ego ideal é agora o alvo do amor de si mesmo (*self-love*) desfrutado na infância pelo ego real. O narcisismo do indivíduo surge deslocado em direção a esse novo ego ideal, o qual, como o ego infantil, se acha possuído de toda perfeição de valor”.

eu ideal à imagem virtual obtida através dele. Falaremos sobre o eu ideal quando discutirmos a imagem virtual.

Lacan (2009) explora o uso cognitivo da metáfora e chama a atenção para o fato de que a perfeição da imagem depende da inclinação do espelho. No tópico primário, isso representaria para Lacan (2009, p. 187) que a acomodação do imaginário no homem, seu grau de “perfeição”, “completude”, “aproximação”, dependeria do ideal do eu enquanto exercendo função simbólica: “O ideal do eu comanda o jogo de relações de que depende toda a relação a outrem. E dessa relação a outrem depende o caráter mais ou menos satisfatório da estruturação imaginária”.

Como observado, Lacan (2009) não chega a apresentar uma correspondência biunívoca no caso do espelho plano. No entanto, todos os elementos citados se articulam no nível simbólico. Devemos nos lembrar, da análise anterior, que o cone/campo, no qual o sujeito deve posicionar-se para que as imagens se produzam, também foi referido por Lacan (2009) como correspondendo ao simbólico. No entanto, nenhuma discriminação ou diferenciação é feita em relação ao espelho plano e ao campo no qual a visão da imagem é possível, ambos situados em analogia com o mesmo termo no tópico primário, o simbólico.

e) Imagem virtual – o espelho plano e esta segunda imagem, como já discutimos, são os elementos que diferenciariam o funcionamento imaginário e *gestáltico* dos animais e dos homens. Nos animais, tratar-se-ia de uma relação uniforme e preestabelecida entre a estrutura imaginária e o que interessa de seu meio: a perpetuação da espécie. Já nos homens, essa relação entre estrutura imaginária e ambiente (*umwelt*) é, na hipótese fundamental de Lacan, mediada pela ação e presença do outro. Isso tanto do ponto de vista do estádio do espelho como um momento da constituição do eu, como enquanto um modelo que atravessa a vida do sujeito.

Assim, uma das correspondências adequadas da imagem obtida no espelho plano, a imagem virtual do vaso e flor, é a analogia com a imagem deste outro semelhante, o qual antecipa ao sujeito a unidade, tanto do próprio corpo como da realidade ao redor. Para Lacan (2009, p. 109) – e talvez neste ponto não se trate de metáfora –, o sujeito só se reconhece como corpo desde que este outro semelhante, fundamental para reconhecer nosso desejo, também tem um corpo: “É sobre isso que insisto na minha teoria do estádio do espelho – a só vista da forma total do corpo humano dá ao sujeito um domínio imaginário do seu corpo, prematuro em relação ao seu domínio real”.

De forma relacionada, Lacan (2009) também faz corresponder a segunda imagem (imagem virtual da flor e do vaso refletida no espelho plano) ao segundo narcisismo. Em diferentes etapas da vida, o ideal do eu se confunde com este outro. Essa identificação ao outro é a identificação narcísica, correspondente ao segundo narcisismo. O que nos parece importante destacar a respeito – e que nos aprofundaremos no tópico “*Discussões sobre as metáforas ópticas*” – é que, com a construção desse modelo óptico, Lacan (2009) enfatiza o papel do narcisismo secundário na noção do estádio do espelho. Conceito que, até então, não figurava no texto sobre *O estádio do espelho como formador da função do eu*.

Se, de um lado, existe uma captação da própria imagem a partir do outro (a imagem da forma do outro é assumida pelo sujeito e permite que ele se reconheça como corpo), a contrapartida também é verdadeira: o sujeito projeta o próprio eu no outro. Isso leva a mais uma analogia com a imagem virtual, que refere o conceito psicanalítico do eu ideal.

Em determinado momento do *Seminário 1*, Lacan diz que esse domínio aparente e virtual da imagem do espelho não é um domínio real, mas ideal e que corresponde ao eu ideal. Em outro momento, afirma que a constituição do eu ideal está relacionada ao que acontece entre a imagem real e a imagem virtual, ou seja, a origem fundamentalmente imaginária e especular do eu.

7.2.5 Desdobramentos das metáforas ópticas

Reservamos um tópico à parte para evidenciar alguns aspectos sobre a forma como Lacan utiliza as metáforas ópticas. Por meio do mapeamento estrutural, destacamos as principais correspondências entre tópico primário e tópico secundário dos focos metafóricos mais relevantes. No entanto, Lacan (2009) não se limita a eles. Não é nosso objetivo analisar cada um dos casos clínicos ou conceitos desenvolvidos a partir do esquema óptico, pois são muitos. Seria tarefa demasiada extensa, além de fugir dos propósitos da presente tese. Assim, apenas nos limitaremos a identificar esses desdobramentos e a apontar algumas passagens nas quais a linguagem do tópico secundário – *os esquemas ópticos* – é utilizada para explicar o tópico primário.

Um primeiro ponto trata do uso das metáforas para compreender alguns casos clínicos. A relação entre os conhecimentos propiciados pela metáfora e a observação é um dos aspectos importantes que destacamos sobre o uso da metáfora na construção do conhecimento. Lacan (2009) faz essa tentativa quando analisa dois casos clínicos, a partir do “fenômeno do buquê invertido”²⁸, ou quando comenta o caso Dora, baseado no “esquema dos dois espelhos”.

No caso do menino Dick,²⁹ Lacan (2009, p. 120) explora a analogia com o experimento óptico, ao dizer que as simbolizações introduzidas pelo terapeuta determinam uma posição inicial a partir da qual o sujeito pode fazer agir o imaginário e o real e

²⁸ Notemos que o uso deste primeiro modelo óptico serve para discutir casos de crianças com o desenvolvimento bastante comprometido. De certa forma, este primeiro modelo nos ajuda a pensar nos casos em que o sujeito “não chegou lá”, ou seja, utilizando os termos da metáfora óptica, não chegou na “projeção ao espelho plano”, na relação da imagem real com a imagem virtual. Do ponto de vista do tópico primário, estas analogias nos ajudam a compreender que estes casos figuram como situações em que o sujeito não “conquistou” o narcisismo secundário porque ainda nem constituiu para si uma primeira imagem unificada do corpo, a qual pudesse ser projetada no outro, projeção mediada pelo simbólico.

²⁹ Com a analogia entre a relação vaso e flores com a de continente-conteúdo, Lacan discute o caso do menino Dick (de quatro anos, na época, mas com nível geral de desenvolvimento correspondente a 15-18 meses), descrito no artigo de Melanie Klein “*The importance of symbol-formation in the development of the ego*”.

complementa que essas posições “são da mesma ordem do que aquelas que, no meu esquema, fazem depender tal estruturação da situação de tal posição do olho”. Faz uso da linguagem metafórica para elucidar o caso ao dizer que o “buquê” e o “vaso” não podem estar lá ao mesmo tempo, o que seria traduzido no tópico primário pelo fato de Dick não fazer conjunção entre as diferentes formas imaginárias e reais dos objetos. O mesmo uso da linguagem metafórica se verifica no segundo caso discutido no *Seminário I* sobre o menino Roberto.³⁰

Ao retomar o caso Dora, Lacan (2009) também se apoia nas analogias existentes na metáfora óptica: Freud, como analista, situa-se no nível da imagem virtual; no momento em que o desejo de Dora está na imagem virtual, Freud pode nomeá-lo, permitindo que o desejo do sujeito seja reconhecido; Freud pode, então, assumir seu lugar como mediador dessa imagem, no nível do espelho plano. Nos termos do tópico primário, é na medida em que o sujeito pode reconhecer o seu eu ideal, que também Freud pode tomar seu lugar no nível do ideal do eu.

Outro ponto a ser destacado na forma como Lacan usa as metáforas ópticas em suas análises diz respeito ao fato de que, das equivalências iniciais estabelecidas entre o tópico primário e o secundário, o modelo serve para compreender certos fenômenos e conceitos que interessam à Psicanálise.

Todo o fenômeno do amor e da paixão é explicado por Lacan por meio da analogia do espelho plano com o ideal do eu e da imagem virtual com o eu ideal. Lacan (2009) não hesita em “brincar” com os elementos do “esquema dos dois espelhos”. O autor nos faz imaginar que o espelho plano seja substituído por um vidro. No vidro podemos ver tanto os objetos refletidos, como os objetos reais por trás dele. No amor, tratar-se-ia de uma coincidência entre a projeção da imagem oriunda da primeira ilusão e o objeto real, por trás do espelho/vidro.

³⁰ Muito comprometido em seu desenvolvimento, Lacan novamente utiliza as noções de continente e conteúdo, flores e vaso, para compreender o caso do menino, acrescentado o quanto seu modelo óptico se mostra pertinente para ilustrar e compreender tais relações.

O desejo e sua dinâmica em torno do ideal do eu e do eu ideal também são abarcados a partir da analogia entre imagem real e virtual. Lacan (2009, p. 225) se apoia nas metáforas ópticas para explicar o movimento de “báscula” que se inicia com o estágio do espelho e se repete durante toda a vida do sujeito: os desejos da criança passam inicialmente por esse “outro especular”, projetam-se na “imagem virtual”, e é apenas no outro que seus desejos são primeiramente vistos, reconhecidos, aprovados ou reprovados.

O próprio conceito de inconsciente também é abordado nesse uso cognitivo da metáfora, quando Lacan (2009, p. 210) analisa que, no jogo analítico, certas faces da imagem real nunca poderão ser dadas na imagem virtual: “Os lugares em que o aparelho emperra, em que se bloqueia – não temos mais nenhuma razão para não empurrar um pouco mais adiante a metáfora –, isso é o inconsciente”.

Também as metáforas ópticas serão utilizadas para compreender a relação analítica. Além de situar o analista no nível da imagem virtual e no nível do espelho plano (como já mencionado sobre o caso Dora), Lacan (2009) também infere que o desejo emerge em análise quando a regulação do espelho plano permite o confronto com a imagem virtual completa. Acrescenta que o objetivo da análise seria aproximar o sujeito, cada vez mais, da imagem real, origem de todas as identificações sucessivas que constituem a história do eu do sujeito. No texto, *Observações sobre o relatório de Daniel Lagache*, Lacan (1961b) revela uma liberdade ainda maior com as metáforas para situar o processo analítico: o autor propõe uma rotação de 90° do espelho plano, faz a posição do olho mudar no interior do esquema e ocupar o lugar oposto e simétrico da sua posição original, relacionando as mudanças das imagens percebidas com os fenômenos de despersonalização característicos da análise, e daí por diante.

Musso Greco (2011) faz um estudo sobre o estágio do espelho e a relação com as metáforas ópticas no artigo “*Os espelhos de Lacan*”. O autor observa algumas mudanças

destes esquemas no texto *Observações sobre o relatório de Daniel Lagache* e no *Seminário 10*: a angústia.

No primeiro texto, a montagem do experimento não é modificada, mas a nomeação dos lugares se altera: o sujeito passa a ser designado pelo símbolo \$ (em vez da letra S), o espelho plano pela letra A (referindo-se ao Outro), o vaso pela letra C (por ela ser a primeira letra do corpo) etc. Já no *Seminário 10*, o autor refere uma versão “minimalista” do esquema óptico por Lacan, extremamente simplificado e, inclusive, revelando certa displicência com alguns elementos. No lugar das flores surge um x (o corpo como objeto não se inscreve mais como uma imagem, e, sim, como um furo), noções como falo, castração e novas escrituras ($-\phi$) são incorporadas ao esquema óptico.

Apesar de não nos termos aprofundado nos diversos desdobramentos teóricos dos esquemas ópticos em Lacan, o que este breve apanhado nos revela é a quantidade de analogias que Lacan faz brotar das metáforas e a relativa liberdade com que as utiliza. Longe de se limitar a explicar e a compreender a noção do estágio do espelho, o que se vê é Lacan fazer as analogias oriundas dos esquemas ópticos proliferarem em prol dos novos conceitos sobre os quais se debruça.

7.3 DISCUSSÕES SOBRE AS METÁFORAS ÓPTICAS

7.3.1 As qualidades da metáfora: precisão, ênfase e ressonância

Condizente com a proposta de Gentner e Jeziorski (1995) sobre o mapeamento estrutural, as correspondências que Lacan estabelece entre os diversos focos metafóricos se devem menos às propriedades físicas dos elementos e mais ao papel que tais elementos ocupam no interior da estrutura metafórica. Para Lacan (2009, p. 193), fundamental mesmo parecem ser as relações de oposição estabelecidas entre os elementos: “Se vocês derem tal

função a um elemento do modelo, tal outro assumirá necessariamente tal outra função. Tudo aqui depende do uso de relações”.

Essa forma de operar com as metáforas fica bem evidente quando pensamos que os principais conceitos introduzidos na noção do estádio do espelho com as metáforas ópticas chegam em “dose dupla” e a partir de uma relação de oposição: narcisismo primário e narcisismo secundário (imagem real e imagem virtual), ideal do eu e eu ideal (espelho plano/simbólico e imagem virtual/imaginário). Essa forma de trabalhar parece extremamente coerente com o próprio discurso de Lacan, especialmente no que diz respeito à influência de Saussure, cuja Linguística irá estruturar a teoria psicanalítica lacaniana na fase seguinte de sua obra. O valor de cada elemento da metáfora apenas pode ser compreendido a partir da oposição estabelecida entre os elementos; e é dessa forma que as noções sobre os dois narcisismos, ideal do eu e eu ideal, começam a ganhar alguma definição (e não, a partir de uma lista de critérios bem definidos como uma perspectiva empirista de ciência exigiria).

No que diz respeito à recomendação de uma relação biunívoca entre os termos dos tópicos primário e do secundário, tal relação é mais clara para alguns elementos e bastante vaga ou múltipla para outros, como o espelho plano e a imagem virtual.

Certas indefinições a respeito da correspondência de alguns elementos do espelho não parecem, nesses casos, significar necessariamente displicência na forma de seu uso. Notemos que são justamente os termos mais importantes no interior de sua elaboração teórica aqueles que se mostram menos precisos. Tal imprecisão parece refletir justamente os pontos ainda nebulosos para o próprio Lacan, não apenas em relação à correspondência biunívoca entre os elementos da metáfora, mas principalmente em relação à definição de determinados termos psicanalíticos quando incorporados à sua concepção de sujeito. Como adaptar as noções de eu ideal, ideal do eu, dos narcisismos à concepção de sujeito pensada, e por vezes intuída, por Lacan? Como esses conceitos se articulam no processo de constituição do sujeito e como se

relacionam à noção de imaginário? Lacan bem que se apoia em alguns experimentos mais tradicionais como forma de delimitar o papel da imagem na constituição do sujeito psicanalítico, mas, não sendo eles suficientes, acreditamos que Lacan recorre às... metáforas.

O que podemos deduzir da forma como cada foco metafórico vai sendo trabalhado é que Lacan não nos traz uma metáfora finalizada, onde todos seus elementos já estão pensados de antemão. O desenvolvimento das metáforas do espelho no *Seminário I* parece ser um bom exemplo e uma boa ilustração de como a metáfora vai participando, a cada aula do seminário, da própria construção do conceito de imaginário e de sua relação com outras noções psicanalíticas como eu ideal e ideal do eu, narcisismo, jogo analítico, desejo etc. Lacan (2009, p. 211-2) explicita:

Vou lhes fazer uma confidência – acrescento a ele (modelo dos espelhos) um pedacinho todos os dias. Não o trago para vocês inteiramente pronto, tal como Minerva saindo do cérebro de um Júpiter que eu não sou. Nós o seguiremos ao longo do tempo até o dia em que começar a nos parecer fatigante, e então o deixaremos. Até lá, servirá para nos mostrar a construção dessas três faces necessárias à construção do inconsciente.

As imprecisões das correspondências analógicas seriam menos problemáticas se verificássemos uma tentativa de Lacan em delimitá-las. Mas não pudemos verificar essa iniciativa no *Seminário I*. Ao contrário, salientamos no tópico “*Desdobramentos das metáforas ópticas*” os diversos desdobramentos teóricos e a relativa liberdade com a qual Lacan “brinca” com as metáforas, sempre acrescentando mais conceitos e mais analogias.

A questão que nos parece um pouco problemática, neste caso, diz respeito à quantidade de desdobramentos teóricos que Lacan tenta inserir nas metáforas analisadas. É compreensível, por um lado, que o autor faça do estádio do espelho, não apenas um momento do desenvolvimento do indivíduo, mas um modelo que acompanha sua vida, representando as relações do eu com o outro, do sujeito com sua imagem etc. Pensado como modelo, outros fenômenos e conceitos psicanalíticos podem ser estruturados a partir da noção do estádio do

espelho. Por outro lado, ficamos com a impressão de que tudo parece caber no esquema óptico. Se essa explosão criativa sugere diversas relações pertinentes entre as noções psicanalíticas, ao mesmo tempo, a metáfora acaba carecendo em precisão.

Por outro lado, devemos reconhecer certo “brilhantismo” no uso metafórico que Lacan faz dos elementos do esquema, tão adequados para ilustrar e pensar a diferenciação entre o eu e sua imagem, entre a importância da posição do olho para que a ilusão se produza e sua relação com o simbólico, a influência da inclinação do espelho no tipo e na qualidade da imagem vista, a possibilidade de ilustrar, por meio das metáforas, as diferenças entre o que ocorre nos homens e nos animais. Além disso, toda a explicação de Lacan (2009) sobre os desdobramentos teóricos e clínicos inseridos nos esquemas ficam ainda mais confusos sem o recurso às metáforas ópticas. É com a imagem do modelo óptico que Lacan trabalha o tempo todo na tentativa de auxiliar alunos e leitores a compreender o que se passa nos fenômenos e conceitos que interessam à Psicanálise. Tais características, e o próprio uso das metáforas na compreensão dos casos clínicos, revelam a ênfase e a ressonância das metáforas ópticas.

Podemos concluir que, se os desdobramentos da metáfora óptica são bastante densos no que se refere à quantidade de informações, conceitos e fenômenos que Lacan tenta integrar e superpor ao seu esquema óptico, isso é indicativo da forma própria do autor em utilizar as metáforas. Menos preocupado com uma correspondência biunívoca ou, em outras palavras, com a precisão da metáfora, Lacan (2009) parece querer mesmo é construir sentidos, dar “asas à sua imaginação”, encontrar nas metáforas sua função essencialmente criativa.

7.3.2 Os conhecimentos produzidos pelas metáforas: o conhecimento sistêmico e o conhecimento criativo

Por meio do mapeamento estrutural realizado e das análises feitas no tópico anterior, salientamos o conhecimento sistêmico produzido pelas metáforas ópticas, ou seja, aquele que

tem como base a correspondência analógica entre os termos. A esse respeito, gostaríamos de acrescentar certas inferências teóricas induzidas pelas metáforas ópticas e que chamaram nossa atenção durante a análise. Elas dizem respeito à introdução do conceito de narcisismo secundário ao estágio do espelho e à importância que ele adquire quando Lacan (2009) recorre às metáforas ópticas.

Em primeiro lugar, fica evidente como o conceito de narcisismo primário se torna impregnado de uma conotação biológica, como salientamos durante o mapeamento estrutural do “esquema dos dois espelhos”. Em segundo lugar, surge a questão de onde deveríamos situar a própria noção do estágio do espelho no esquema óptico de Lacan. Lembremos que o estágio do espelho corresponde a um momento na constituição do sujeito em que ele é capturado por uma imagem. Discutimos no “*Fenômeno do buquê invertido*” que é no nível da imagem real que a analogia é feita com a imagem total do corpo, possibilitando uma primeira unidade do eu, essencialmente imaginária. Além disso, é com base no conceito de narcisismo primário que Lacan (1949) marca o investimento libidinal próprio desse momento. Estaria aí, representado pelo “*Fenômeno do buquê invertido*”, a primeira assunção “jubilatória” da imagem total do corpo? Ora, a referência apenas ao espelho côncavo e a ilusão por ele produzida deixam de fora um aspecto fundamental do estágio do espelho, qual seja, a alienação fundamental a partir da qual o eu se constitui. É por essa razão que Lacan (2009) introduz o espelho plano a seu esquema. Se a estruturação da realidade corresponde a uma função genérica do eu, no caso do homem, Lacan (2009) afirma que essa função deve passar por uma alienação fundamental. Em outras palavras, a primeira significação dos limites do eu, que dá unidade ao sujeito, imediatamente, faz-se projetar “de mil maneiras”, como afirma Lacan (2009). No esquema dos dois espelhos, essa primeira unidade (imagem real do vaso com as flores) se faz projetar no espelho plano através da imagem virtual do vaso e das flores.

A inserção do espelho plano para reconstituir a noção do estádio do espelho resolve algumas lacunas existentes na referência exclusiva ao processo de reflexão propiciado pelo “*Fenômeno do buquê invertido*”, mas acrescenta outras questões.

O segundo narcisismo, o qual já compreende um direcionamento da libido em direção ao outro – mais especificamente a um investimento da imagem do outro –, mostra-se nas análises mais importante para a compreensão desse estádio do que o próprio narcisismo primário. Se na constituição “normal” do eu, essa primeira imagem do corpo é assimilada a partir de um outro e tomada como exterior ao sujeito, arriscamos afirmar que o narcisismo primário adquire importância periférica, senão dispensável à própria noção do estádio do espelho. Pelo menos, é o que o modelo óptico nos leva a concluir.

Tomemos a seguinte afirmação de Lacan (2009, p. 195):

(...) o desejo do homem é o desejo do outro. É exatamente isso que está expresso no modelo pelo espelho plano. É aí também que reencontramos o estádio do espelho clássico de Jacques Lacan, esse momento de virada que aparece no desenvolvimento em que o indivíduo faz da sua própria imagem no espelho, de si mesmo, um exercício triunfante.

Se é nesse esquema que devemos situar o estádio do espelho, o que tal modelo nos revela é que a visão de uma imagem unificada (vaso e flor) é permitida pela imagem virtual refletida no espelho plano. Lembremos que a posição do olho neste esquema não permite ver a imagem real do vaso. Ora, isso refere que, no tópico primário, a imagem do corpo unificada é, desde o início, tomada a partir do outro (imagem virtual) e mediada pelo simbólico (espelho plano).

Portanto, o modelo óptico de Lacan nos induz a concluir que é principalmente no nível do narcisismo secundário que o estádio do espelho se passa. Se essa conclusão se mostra importante e pertinente no desenvolvimento desse conceito, revelamos aí a função cognitiva que a metáfora óptica adquire na construção do conhecimento. Se, em contrapartida, ela é passível de ser questionada do ponto de vista teórico, então uma reformulação das

correspondências estabelecidas entre os focos metafóricos do esquema dos dois espelhos mostrar-se-ia necessária.

E quanto ao conhecimento ontológico e criativo? Lacan faz um uso existencial do modelo no qual a identificação exigida pela metáfora é utilizada? Lacan parece reconhecer esse uso, mas não o afirma, apenas sugere.

Reconhece quando afirma a importância da metáfora e da analogia com outras ciências quando se trata de um domínio novo a ser estudado.

Lacan (2009, p. 103) se posiciona, mesmo que brevemente, sobre o uso:

As ciências, e, sobretudo as ciências em gestação como a nossa, frequentemente tomam emprestado modelos a outras ciências. Vocês não imaginam, meus pobres amigos, o que devem à Geologia. Se não houvesse Geologia, como chegar a pensar que se pudesse passar, no mesmo nível, de uma camada recente a uma camada muito anterior? (...) A óptica também teria o que dizer.

Lacan (2009, p. 105) sugere um uso existencial da metáfora ao afirmar que, embora as imagens ópticas do modelo não sejam a mesma coisa do que as imagens que interessam à Psicanálise, não é por um acaso que elas têm o mesmo nome:

Coisa curiosa: fundou-se um sistema inteiro de metafísica sobre a geometria e a mecânica, procurando nelas modelos de compreensão, mas não parece que se tenha, até o presente, tirado o partido que se pode da óptica. Ela deveria, entretanto prestar a alguns sonhos, essa ciência engraçada que se esforça para produzir com aparelhos a coisa singular que se chama *imagens*, à diferença de outras ciências, que introduzem na natureza um recorte, uma dissecação, uma anatomia.

Os próprios exemplos – importantes e recorrentes – da *Gestalt* animal tratam da visão, da formação de imagens, de forma não metafórica.

Além disso, qualquer uso existencial da metáfora (BLACK, 1966a) ou qualquer uso criativo ou ontológico fazem introduzir uma nova linguagem, um novo modo de referir determinado campo, tendo em vista a necessidade de ampliar o conhecimento relativo a essa área ou de relacioná-la a outras esferas do conhecimento. Seria muito difícil negar o uso, por Lacan, nos textos analisados, de uma linguagem derivada do processo de formação de

imagens para se referir ao estágio do espelho: a forma total do corpo como uma “miragem”, o “complexo virtual” da realidade, o desejo que “se projeta” e “se reflete”.

É claro que, ao sugerir essa identificação ontológica, Lacan (2009) não propõe uma relação de identidade entre a Psicanálise e a Física Óptica. Tampouco parece buscar nos conhecimentos da Física um substrato causal para elaborações teóricas.

O próprio termo imagem, sugestivo no uso, é também discriminado do uso na Física por Lacan (2009): a imagem em Psicanálise está essencialmente relacionada à noção de identificação; e esse é o sentido pleno que o termo adquire em análise para o autor.

No entanto, queremos ressaltar que o uso das metáforas ópticas por Lacan vai muito além de um uso meramente ilustrativo, o que nos leva a uma última discussão: a função das metáforas ópticas na teoria do Imaginário de Lacan.

7.3.3 A função da metáfora na construção do conhecimento: função pedagógica, função constitutiva da teoria

Das análises até então realizadas, já podemos inferir que as metáforas em Lacan apresentam função essencialmente cognitiva dentro de sua teoria e não meramente ornamental: a ênfase e a ressonância evidenciadas das metáforas, o conhecimento sistêmico e criativo por elas produzidos, os desdobramentos teóricos etc. Queremos, neste momento, destacar algumas particularidades observadas, bem como a posição que Lacan nos apresenta a respeito.

Em consonância com a progressiva complexidade conceitual apresentada no *Seminário I* (discutidas previamente), verificamos que os próprios esquemas ópticos não são simples de compreender. Se pensarmos no “esquema dos dois espelhos”, a quantidade de elementos inseridos bem como a exigência de uma atenção maior para compreender o que se passa neste esquema, são muito mais elevadas do que, por exemplo, tentar produzir

conhecimento via metáfora a partir do processo de reflexão no espelho plano. Talvez não fosse viável, a Lacan, dar os saltos teóricos necessários apenas com uma versão simplificada do processo de reflexão no espelho. No entanto, tendo em vista o reconhecido estilo complexo e obscuro de Lacan, suas escolhas não nos parecem insignificantes.

Além disso, também não podemos ignorar que o “fenômeno do buquê invertido” e o “esquema dos dois espelhos” são extremamente cativantes por aquilo que nos revelam de inusitado. A possibilidade de ver um vaso surgir e desaparecer diante dos olhos, conforme se muda a posição do observador; ou ver uma imagem surgir no espelho plano, mas sem que possamos visualizá-la diretamente. Essas experiências nos maravilham como se estivéssemos diante de uma mágica. Difícil negar o efeito retórico – quer intencional, quer não - por parte de Lacan – das metáforas ópticas.

Em relação à função pedagógica ou constitutiva, durante todo o desenvolvimento da metáfora óptica no *Seminário I*, vemos Lacan oscilar entre ver a metáfora de modo trivial e endossar sua fundamental importância para a construção dos conceitos e da prática clínica.

De um lado, Lacan (2009, p. 108) afirma uma função meramente ilustrativa da metáfora, uma fórmula didática, uma imagem de referência, sem pretensão de relacioná-la com o que se maneja na análise:

Certo, esse esquema não pretende tocar em nada que esteja substancialmente relacionado com o que manejamos na análise, as relações ditas reais ou objetivas, ou as relações imaginárias. Mas nos permite ilustrar de uma forma particularmente simples o que resulta da intrincação estreita do mundo imaginário e do mundo real na economia psíquica – vocês vão ver agora como.

De outro lado, Lacan (2009, p. 170) se contradiz ao entender a metáfora como um “aparelho de pensar” e ao afirmar que a utilidade do esquema óptico apresentado “não é pelo simples prazer de fazer aqui construções divertidas que eu o trouxe para vocês. Ele será extremamente útil, permitindo-lhes situar quase todas as questões clínicas, concretas, que

colocam a questão do imaginário”. Apenas no texto *Observações sobre o relatório de Daniel Lagache*, é que vemos Lacan (1961b) assumir explicitamente a função das metáforas ópticas como um modelo teórico, acrescentando que é a analogia que irá fundamentar o valor do uso.

Embora oscile entre considerá-las como triviais ou fundamentais, as metáforas dos espelhos são inegavelmente utilizadas para a construção de conhecimentos, os quais passam a constituir sua teoria. Pois, esse espelho, ao qual Lacan se reporta na experiência de júbilo da criança, muito rapidamente se transforma em um espelho metafórico; e é a aí que as metáforas ópticas auxiliam a construção das hipóteses de Lacan. Apenas “tendo em mãos” as metáforas ópticas, é possível a Lacan desenvolver as inúmeras implicações desse estágio. Todos os desdobramentos a respeito do ideal do eu e sobre o eu ideal, sobre o que se passaria no amor e na clínica psicanalítica, sobre o papel do outro na formação dessa imagem, distanciam-se, pouco a pouco, de uma concepção estritamente literal do espelho referido nesse estágio.

Greco (2011, p. 1) entende que está aí o caráter primordial da experiência do espelho na teoria psicanalítica, ou seja, quando a compreendemos, não apenas como uma fase bem delimitada do desenvolvimento da criança, mas:

(...) como um modelo que atravessa toda a vida do sujeito, representando a relação libidinal essencial com a imagem corporal, e ilustrando o aspecto de conflito presente na relação dual. Trata-se mais de espelho que de estágio, ou seja, mais de relação (consigo e com o outro) do que de história, mais de percepção da alteridade do que de uma propriocepção.

Com o auxílio das metáforas ópticas, Lacan se liberta de uma referência literal para reencontrar o espelho em sua forma metafórica. Lacan (1961b) afirma que os experimentos da óptica como um modelo permitem-nos enunciar o estágio do espelho em sua forma “generalizada”.

A duplicidade entre uma perspectiva “literal” do espelho lacaniano e seu desenvolvimento metafórico deve ser salientada e precavida. Tomar a dimensão dada ao espelho nesse estágio de forma exclusivamente “literal” pode nos levar em direção a uma

concepção do eu da qual Lacan buscava afastar-se, do eu como síntese das funções de relação do organismo. Por outro lado, falar dos desdobramentos teóricos do estágio do espelho sem nos referir a uma construção metafórica conduz àquilo que Spence (1992) afirma ser uma metáfora mascarada de explicação, uma metáfora literalizada e reificada que se transforma em uma religião mascarada de ciência.

8 A CARTA ROUBADA

Se as metáforas ópticas se inscrevem em um momento no qual Lacan pretende formalizar a teoria do imaginário, *O seminário sobre “A carta roubada”* se refere a uma fase na qual Lacan trata da ordem simbólica e da determinação que ela inflige ao sujeito. Certamente, essa ordem simbólica não refere um “objeto” que possa ser submetido a testes de laboratório ou tratado a partir de uma perspectiva empirista de ciência. Para construir o conhecimento defendido por Lacan, outros instrumentos cognitivos são utilizados, e é nesse sentido que entendemos o uso feito pelo autor do conto de Edgar Allan Poe, *A carta roubada*. Ao tentar esclarecer a perspectiva de que a ordem simbólica é constituinte para o sujeito, Lacan (1956b, p. 33) reforça, por meio da história da carta roubada, a determinação fundamental que o sujeito recebe do percurso de um significante:

(...) o deslocamento do significante determina os sujeitos em seus atos, seus destinos, suas recusas, suas cegueiras, seu sucesso e sua sorte, não obstante seus dons inatos e sua posição social, sem levar em conta o caráter ou o sexo, e que por bem ou por mal, seguirá o rumo do significante, como armas e bagagens, tudo aquilo que é da ordem do dado psicológico.

Podemos antecipar a existência de uma tese principal ilustrada pelo conto: a da determinação do sujeito pelo significante e de algumas leis que regem seu funcionamento. Trata-se da grande estrutura metafórica explicitada por Lacan. No entanto, no decorrer do mapeamento estrutural realizado, fomos nos deparando com outros focos metafóricos, os quais apontavam para estruturas diferentes. Algumas delas são discutidas por Lacan, e outras apenas inferidas a partir de nossa análise. Dessa forma, optamos por destacar uma segunda importante estrutura metafórica, a qual refere, no tópico primário, o processo psicanalítico. Além disso, como no capítulo *As Metáforas Ópticas*, dedicaremos um tópico para evidenciar outros desdobramentos teóricos que podem ser identificados a partir de nossas análises.

8.1 MAPEAMENTO ESTRUTURAL DO CONTO A *CARTA ROUBADA*

8.1.1 Primeira estrutura metafórica: as duas cenas de furto da carta e a determinação do sujeito pelo significante

A principal analogia estrutural estabelecida entre o conto é proposta a partir da seleção de duas cenas da história. A primeira – que Lacan (1956b) denomina de *cena primitiva* – corresponde àquela relatada no primeiro diálogo do conto. A cena acontece na alcova real, quando uma “pessoa da mais alta estirpe”, que suspeitamos ser a Rainha, tem roubada uma carta que lhe comprometeria a honra, caso viesse a público. O ladrão é, desde o início, conhecido: trata-se do Ministro D., pessoa “(...) que se atreve a tudo, tanto o que é digno como o que é indigno de um homem”. Mas o destaque do conto – e também daquilo que Lacan (1956b) se utilizará para a analogia – é a forma como o roubo acontece:

Uma carta, para sermos francos, foi recebida pela personalidade roubada quando esta se encontrava a sós em seus aposentos. Quando a lia, foi subitamente interrompida pela entrada de outra personalidade de elevada posição, de quem desejava particularmente ocultar a carta. Após tentar às pressas, e em vão, metê-la numa gaveta, foi obrigada a colocá-la, aberta como estava, sobre uma mesa. O sobrescrito, porém, estava em cima e o conteúdo, por conseguinte, ficou resguardado. Nesse momento, entra o Ministro D. Seus olhos de lince percebem imediatamente a carta, e ele reconhece a letra do sobrescrito, observa a confusão da destinatária e penetra em seu segredo. Depois de tratar de alguns assuntos, na sua maneira apressada de sempre, tira do bolso uma carta parecida com a outra em questão, abre-a, finge lê-la e, depois, coloca-a bem ao lado da primeira. Torna a conversar, durante uns quinze minutos, sobre assuntos públicos. Por fim, ao retirar-se, tira de cima da mesa a carta que não lhe pertencia. Seu verdadeiro dono viu tudo, certamente, mas não ousou chamar-lhe a atenção em presença da terceira personagem, que se achava ao seu lado. O Ministro retirou-se, deixando sua carta – uma carta sem importância – sobre a mesa (POE, 1981, p. 2).

A segunda cena se passa no gabinete do Ministro, quando o detetive Dupin consegue reaver a carta de forma semelhante àquela ocorrida na primeira cena: após fazer uma visita breve à casa do Ministro e inspecionar o recinto com os olhos protegidos por uns óculos de lentes verdes, reconhece a carta roubada, displicentemente colocada exposta em um porta-cartas pendurado na parede. No dia seguinte, Dupin retorna ao local sob a desculpa de ter esquecido a tabaqueira sobre a mesa e, aproveitando-se da distração do Ministro com um

incidente na rua (arranjado pelo próprio detetive), se apodera da carta e a substitui por outra semelhante.

Antes de prosseguirmos com a discussão sobre cada uma das posições destacadas por Lacan, cabem alguns esclarecimentos a respeito dos termos *simbólico* e *imaginário*, *significado* e *significante* que utilizaremos a seguir. Neste momento de sua obra, é possível fazer uma correspondência entre aquilo que Lacan chama de simbólico e imaginário com *significante* e *significado*.

Quando Lacan nos fala, por exemplo, que os fatores imaginários não figuram senão como sombras e reflexos dos fatores simbólicos, essa perspectiva corresponde à determinação que o sujeito recebe do *significante*, em detrimento do *significado*. Fazendo corresponder o simbólico com o *significante* e o imaginário com o *significado* neste texto, o autor também claramente estabelece uma relação de subordinação do imaginário em relação ao simbólico.

Para corroborar nossas análises, citemos brevemente o estudo de Coller (2005) a respeito da imersão lacaniana na topologia. Uma das questões da autora é se as categorias imaginário, simbólico e real são tratadas sempre da mesma forma no decorrer da obra de Lacan. Seu ponto de vista é o seguinte: se essas categorias estão presentes, desde o início, nas teorizações lacanianas, na fase dita “estruturalista”, Lacan absorveu tais categorias à lógica da *cadeia significante*. Como consequência, Coller (2005, p. 29) defende que tais registros são tratados de forma hierarquizada: “Não apenas o simbólico permite conter os fenômenos imaginários e os fenômenos reais, como também permite ordená-los”.³¹ Além disso, no processo de simbolização, haveria transformação desses elementos: o imaginário passaria a ocupar o lugar do *significado* na cadeia e se transformaria em *significação*.

³¹ Tradução nossa. No original: “(...) no solamente lo simbólico permite contener los fenómenos imaginarios y los fenómenos reales, sino que permite ordenarlos”.

- a) Os personagens e a determinação do sujeito pelo significante.

A importância dos personagens como focos metafóricos se deve ao “fato” de suas atitudes ser determinadas pela posição que ocupam em relação à carta, da mesma forma que o sujeito é determinado pelo significante.

Lacan (1956b) destaca que a semelhança entre as duas cenas é determinada pela intersubjetividade que motiva ambas as ações, e tais ações são estruturadas por três termos: 1) a posição do Rei na primeira cena e da polícia na segunda; 2) a posição da Rainha na primeira cena e do Ministro na segunda; e 3) a posição do Ministro na primeira cena e de Dupin na segunda.

A posição do Rei na primeira cena, e da polícia na segunda, é referida por Lacan como o lugar que comporta a cegueira: o *olhar que nada vê*. Ambos – Rei e Polícia –, símbolos da ordem e da Lei, são também investidos de “uma imbecilidade”, abordada principalmente a partir da figura do Chefe de Polícia. Ele se apresenta pedante, seguro de que vasculhou todo o gabinete do Ministro D. e que a carta certamente seria encontrada se ela lá estivesse. Debocha da insinuação de Dupin sobre a dificuldade de a investigação residir no fato de o problema ser simples ou evidente demais.

Mas a semelhança entre os dois personagens seria resultado exclusivo de qualidades intrínsecas às figuras ou diz respeito à posição que tais personagens ocupam na tríade em relação à carta? Lacan (1956b, p. 18) quer salientar que a motivação da ação de cada um dos personagens é determinada pela posição ocupada em relação à carta:

O que nos interessa hoje é a maneira como os sujeitos se revezam em seu deslocamento no decorrer da repetição intersubjetiva. Veremos que seu deslocamento é determinado pelo lugar que vem a ocupar em seu trio esse significante puro que é a carta roubada.

Mais ainda, Lacan (1956b) defende que, ao ocupar um lugar ou outro, esses personagens passam a assumir certas características referentes à posição em questão.

O Ministro D. e o Detetive Dupin são os personagens mais trabalhados durante a análise do conto. Não por acaso, evidentemente, visto ser os grandes responsáveis pelo interesse que o conto desperta no leitor. Mas, do ponto de vista do uso da metáfora pretendido por Lacan, são os personagens que melhor ilustram sua tese sobre a determinação do sujeito pelo significante. Tese que se situa exatamente em oposição à ideia do sujeito portador de uma “alma”, possuindo uma personalidade como algo interior a seu ser. A partir dos dois personagens, Lacan analisa como, dependendo da posição em relação à tríade, os atores do conto são “possuídos” por certos traços, determinados pelo lugar em que os personagens se situam.

O Ministro, ao passar para o *segundo lugar* da tríade, inicialmente, protege a carta usando exatamente o mesmo método empregado pela Rainha. Lacan (1956b) deixa claro que o uso do método não acontece por meio do uso consciente, pensado e articulado, mas é tão imediato quanto o fora no caso da Rainha na primeira cena.

Em ambos os casos, tal atitude corresponde, não à pessoa, mas ao lugar ocupado na intersubjetividade do conto. Para Lacan (1956b, p. 35), a própria cegueira do Ministro D. em relação à sua situação (“na qual ele é visto não vendo”) é um indício de que o personagem é mais capturado pela posição que ocupa em relação à carta/significante do que refere uma posição ativa e consciente: “Ao entrar no jogo como aquele que esconde, é do papel da Rainha que ele tem que se revestir”.

A metáfora se desenvolve quando o autor analisa que, à sua revelia, o Ministro D. torna-se capturado e identificado à posição feminina que caracteriza essa tríade, representada pela Rainha na primeira cena. Lacan (1956b) assim justifica a análise: 1) O destinatário da carta é “reescrito” pelo Ministro D. a partir de uma escrita feminina e muito delicada e endereçada a ele mesmo. Ou seja, a carta é dissimulada como sendo a de uma mulher; 2) A

descrição do Ministro D. e de seu gabinete é, na opinião de Lacan (1956b, p. 39), apresentada de forma feminilizada:

(...) a aura de displicência que chega a afetar uma aparência de languidez, a ostentação do tédio próximo do fastio em suas palavras (...) tudo parece arranjado para que o personagem marcado por todos os ditos com os traços da virilidade exale, ao aparecer, o mais singular *odor di femina*.

Estamos ainda no tópico secundário. Mas o que Lacan visa esclarecer a respeito do tópico primário? Entendemos que Lacan (1956b, p. 11) quer ilustrar a forma como o imaginário é secundário, e determinado, pelo simbólico: as “incidências imaginárias, longe de representarem o essencial de nossa experiência, nada fornecem que não seja inconsistente, a menos que sejam relacionadas à cadeia simbólica que as liga e as orienta”.

Dupin é o terceiro personagem que exemplifica a determinação do sujeito pelo significante, na medida em que ele também participa do circuito simbólico da carta. Trata-se daquilo que Lacan (1956b) observa sobre o “golpe baixo” que o Detetive aplica ao Ministro quando substitui a carta por outra. Movido pela descortesia que o Ministro D. lhe havia feito em outro momento, Dupin deixa versos irônicos na falsa carta, os quais, não apenas o identificam como ladrão (como na primeira cena em que o Ministro é, desde o início, sabido como aquele quem furtou a carta), como demonstram rancor, falta de escrúpulo, qualidades antes atribuídas ao Ministro.

Ora, esse movimento de Dupin, o qual assegura “não ter conseguido impedir-se de escrever tais versos”, é novamente ilustrativo de certa submissão do imaginário ao simbólico. É que, novamente, as características maliciosas apresentadas pelo personagem e a imagem de si que ele revela com tal ação, são uma repetição da imagem do Ministro D. quando ocupava a mesma posição na primeira cena: “Aquele capaz de tudo”.

Esse “lapso” do personagem Dupin, que, em princípio, pareceria destoar dentro da obra – já que se trata de “uma explosão” vinda de um personagem que inicialmente se apresenta como alguém de “cabeça tão fria” –, nada mais é, para Lacan (1956b), do que um

testemunho de como as ações dos personagens/sujeitos são determinadas pela posição que eles ocupam em relação à carta/significante.

b) A carta.

A carta, tida como o grande sujeito do conto por Lacan, serve de metáfora para o significante. Dessa correspondência, são propostos alguns desdobramentos analógicos que buscam esclarecer algumas leis e funções do significante.

Em primeiro lugar, Lacan (1956b, p. 31) nos faz ver que toda a história se passa sem que saibamos qual é o *conteúdo* da carta. Sabemos apenas que seu teor é importante e que a posse dela pelo Ministro comporta perigos à destinatária. Mas nada sabemos sobre o que está escrito na carta: “Carta de amor ou carta de conspiração, carta de delação ou carta de instrução, carta de intimidação ou carta de desolação, só podemos reter dela uma coisa: é que a Rainha não pode levá-la ao conhecimento de seu mestre e senhor”. A relação dessa observação com a tese da supremacia do significante em detrimento do significado é clara. Assim como toda a história do conto e a ação dos personagens acontecem sem a necessidade de que saibamos exatamente o seu conteúdo, também o significante tem certa independência do significado para motivar e determinar a ação do sujeito.

A carta também representa o símbolo de um pacto entre a Rainha e o Rei, visto que a Rainha está submetida a um juramento de fidelidade como cônjuge e como súdita. Como acrescenta Lacan (1956b, p. 31): “Essa carta não deixa de ser o símbolo de um pacto e que, mesmo que sua destinatária não assuma esse pacto, a existência da carta a situa numa cadeia simbólica distinta da que constitui seu juramento”. Tal observação de Lacan nos guia no sentido de pensar a relação do significante com a Lei, sendo que o primeiro, neste caso, é proposto como sendo seu símbolo. Mas exatamente de qual pacto se trata – do sujeito com a

linguagem ou a cultura, do sujeito com o seu desejo ou sintoma etc. – Lacan não desenvolve, nem explicita.

Em terceiro lugar, destacamos o “deslizamento” de mão em mão até o suposto retorno à Rainha. O que acompanhamos durante todo o conto é como a carta passa de um personagem a outro, sofre *desvio*, para retornar ao lugar de onde partiu. Vemos aí uma representação do deslizamento do significante na cadeia. Além disso, os personagens se deslocam em seus papéis, conforme quem é o detentor da carta. Lacan (1956b, p. 33) faz relacionar essa característica ao automatismo da repetição: “Não é apenas o sujeito, mas os sujeitos, tomados em sua intersubjetividade, que (...) modelam seu próprio ser segundo o momento da cadeia significante que os está percorrendo”. O desvio que a carta sofre durante o conto – representação do deslizamento do significante na cadeia – determina a ação e o próprio deslizamento dos personagens em seus papéis, tal como a determinação que o sujeito sofre do significante.

Há, por fim, uma importante discussão a respeito da carta com o lugar no qual ela “se esconde”. Aparentemente, o deslocamento da carta de um lugar para o outro e a relação da carta com o lugar são explorados metaforicamente por Lacan para explicar as funções e qualidades do significante. Em primeiro, a relação que o significante estabelece com o lugar é sempre singular, *bizarra*, tal como os lugares que a carta vem ocupar durante o conto. Mas, principalmente, o esconderijo da carta (o grande truque do conto) não é um esconderijo comum, ordinário. A carta não é encontrada, mas não por estar dentro de algum lugar secreto, fechada a sete chaves. Ela não é encontrada por estar extremamente evidente, exposta.

A idéia de esconderijo proposta pelo conto é muito diferente, tendo fundamental importância nas análises de Lacan (1956b, p. 28):

(...) o que está escondido nunca é outra coisa senão *aquilo que falta em seu lugar*, como é expresso na ficha de arquivo de um volume quando ele está perdido na biblioteca. E este, de fato, estando na prateleira ou na estante ao lado estaria escondido, por mais visível que parecesse.

Se o significante foi, primeiramente, definido como símbolo de um pacto, posteriormente no texto, ele é determinado como sendo essencialmente o *símbolo de uma ausência*.

Podemos acrescentar que a relação desta metáfora – do esconderijo da carta – com a noção do inconsciente lacaniano, é muito adequada. O conteúdo do inconsciente (falamos em conteúdo, mas, para Lacan, o inconsciente é essencialmente, neste momento, uma articulação significante e não de significados) é “inacessível”, não por estar escondido em algum lugar profundo da mente. Lembremos a metáfora arqueológica de Freud, já comentada, sobre o trabalho do analista ser “escavar” as lembranças do paciente para chegar ao conteúdo reprimido e “escondido” em sua mente. Contrariamente, poderíamos dizer que o inconsciente lacaniano está na superfície, sempre ali, exposto. Imagem que o conto fornece e pode muito bem ser utilizada cognitivamente para uma *nova* concepção de inconsciente.

8.1.2 Segunda estrutura metafórica: o processo e o método psicanalítico

Diversas análises de Lacan explicitam, em alguns momentos, e em outros, apenas sugerem, que o conto de Poe é uma metáfora para o processo e o método psicanalítico. Em última instância, esse método sempre foi, e ainda é, extremamente subjetivo. O método da associação livre e da atenção flutuante, muito embora tenham como orientação e pano de fundo a teoria, revelam mais princípios a ser seguidos do que uma técnica bem delimitada. Certamente a imprecisão do método decorre do próprio objeto da Psicanálise, que, junto a uma longa lista de temas visados pelo conhecimento, não é passível de redução empírica e objetiva. A metáfora, como já defendido anteriormente, pode funcionar como instrumento para construção de conhecimento em disciplinas como a Psicanálise. No caso, Lacan parece

se utilizar do conto, não apenas para ilustrar algumas teses teóricas, mas também para nos guiar em uma possível concepção do que seria a análise, qual o papel do analista, em suma, sobre o que seria o *método psicanalítico*. A ilustração mostra-se sempre articulada à função do significante.

Essa estrutura metafórica, correlata ao processo psicanalítico, inclui novos focos metafóricos por um lado e, por outro, estabelece novas analogias de termos já mencionados na primeira estrutura.

c) O método de busca da carta

Lacan (1956b, p. 18) nos lembra que, se a história de Poe nos é contada como um enigma policial, não é a partir de um suspense tradicional do gênero que o conto visa prender nossa atenção:

O dolo, com efeito, é desde logo tão claramente conhecido como as artimanhas do culpado e seus efeitos sobre sua vítima. O problema, quando nos é exposto, limita-se à busca, para fins de devolução”. Os grandes interesses residem no método de busca introduzido por Dupin, em oposição ao do Chefe de Polícia, e a forma como todos são enganados.

Estamos, portanto, falando de um *método* para encontrar a carta. Se, no tópico primário, a carta refere o significante, o método empregado no conto só pode corresponder ao método psicanalítico.

Diversas análises de Lacan nos autorizam a fazer essa afirmação. Poderíamos inferir, inclusive, que toda discussão de Lacan a respeito do método da Polícia faz analogia a um método de análise que parte do pressuposto de um discurso inconsciente escondido “por trás” de um discurso consciente. Lacan (1956b, p. 28) nos lembra que o conto relata de forma minuciosa o método de busca da Polícia – são revistados todos os vãos, todas as caixas, todas as fendas, dentro das almofadas, além dos instrumentos utilizados extremamente especializados – “a polícia procurou *por toda parte*. (...) Estaríamos no direito, por

consequente, de perguntar como a carta não foi encontrada *em parte alguma*". De onde vem, portanto, a "imbecilidade" da polícia? Lacan (1956b, p. 28) afirma ser uma imbecilidade realista: "os investigadores têm uma noção tão imutável do real que não notam que sua busca irá transformá-lo em seu objeto". Seria o mesmo que dizer, analogicamente, a respeito de uma imbecilidade de um método psicanalítico que se proponha a resgatar o significado oculto de um sintoma como um dado real e empírico?

O método de Dupin, em contrapartida, é bem-sucedido, não apenas por levar em conta outra noção de "esconderijo", no qual a carta se disfarça de um objeto trivial e visível a todos, mas também por considerar que ela já não é a mesma de quando saiu das mãos da Rainha. Diríamos que o significante não é um objeto empírico que, uma vez encontrado, se tome nas mãos com as propriedades imutáveis. O significante se altera ao "deslizar" pela cadeia, trazendo marcas daquele que o "detém", até não ter mais nenhum valor. Falaremos mais sobre essa transformação do significante a partir das outras analogias propostas entre o conto e o processo psicanalítico.

d) Os dois diálogos e o processo psicanalítico.

Este tópico compreende mais de um foco metafórico. Optamos por trabalhá-los conjuntamente em virtude da relação intrínseca entre a análise de um foco e de outro. Mas, didaticamente, podemos discriminar alguns deles:

- 1) A qualidade dos dois diálogos e a qualidade da fala no início e no final de uma análise;
- 2) O Chefe de Polícia como paciente e o Detetive Dupin como o analista;
- 3) O deslizamento da carta e sua transformação em analogia com aquilo que ocorre com o significante no processo de análise;
- 4) A participação do Detetive Dupin no circuito da carta e a transferência.

O tópico secundário dessa estrutura metafórica inclui os dois diálogos estabelecidos entre o personagem Dupin e o Chefe de Polícia. No primeiro, trata-se do relato do roubo pelo Chefe de Polícia ao detetive e, no segundo, é quando Dupin apresenta seu método e restitui a carta ao Chefe de Polícia.

A exposição do primeiro diálogo, aparentemente pura descrição dos fatos, joga com aquilo que Lacan (1956b) chama de garantia de exatidão, como se a narração do Chefe de Polícia e do narrador geral da história (amigo de Dupin), ao reproduzir os fatos, nada lhes acrescentassem “hipoteticamente”. O passo para o segundo diálogo, diz Lacan (1956b, p. 22), serve como metáfora ao que se espera do movimento propiciado pela análise, a passagem da palavra à fala: “O que equivale a dizer que aí se passa do campo da exatidão para o registro da verdade. Ora, esse registro – ousamos crer que não temos de voltar a isso – situa-se num lugar completamente diferente, isto é, propriamente na fundação da intersubjetividade”.

Dada esta analogia explicitada, não seria demais – embora Lacan não verbalize explicitamente – que o primeiro diálogo seja metáfora para o início do tratamento psicanalítico. Lacan (1956b) diz se tratar do diálogo entre um surdo (Chefe de Polícia) e alguém que ouve (Detetive Dupin), afirmação que nos leva a pensar no paciente em início de tratamento, “alienado” em relação ao próprio sintoma, e “surdo” em relação à própria história. Na outra ponta do diálogo encontramos o Detetive Dupin, representante do analista no tópico primário, de quem se espera, em ambos os casos, uma escuta atenta e diferenciada.

No conto de Poe, Dupin entra na tríade ao redor da carta, mas sai desse circuito quando restitui a carta ao Chefe de Polícia. Metáfora do analista que entra no circuito simbólico do paciente a partir da transferência, mas também saíria dessa posição ao final de uma análise. No entanto, na restituição, a carta já não tem mais nenhum valor: primeiro, por não estar mais nas mãos do Ministro e também porque a própria carta já foi alterada em seu remetente e não mais está endereçada à Rainha.

Para Lacan, o valor da carta ao final do percurso, é o mesmo daquilo que sobra do significante quando ele já não tem mais significação. Também a remuneração de Dupin é destacada por Lacan (1956b, p. 41) como foco metafórico para o trabalho do analista, tendo a função de “neutralizar” a transferência:

Nós, que nos fazemos emissários de todas as cartas/letras roubadas que, ao menos por algum tempo, ficam conosco *en souffrance*, sem ser retiradas, na transferência. E não é a responsabilidade que sua transferência comporta que nós a neutralizamos, fazendo-a equivaler ao significante mais aniquilador possível de toda significação, isto é, o dinheiro?

8.1.3 Desdobramentos do conto *A carta roubada*: outros focos e estruturas metafóricas e as relações entre metáforas

Além das duas grandes analogias discutidas acima – as duas cenas e os dois diálogos do conto –, Lacan joga com outras metáforas menores, de certa forma, independentes daquelas já trabalhadas, mas que podem apontar para outras estruturas metafóricas superpostas no conto, como justificaremos na *Discussão*. Como essas estruturas não são mencionadas, denominaremos tais analogias apenas de foco metafórico e as trataremos de forma mais superficial, visto Lacan não se debruçar em torno delas com muitos detalhes. No entanto, esses focos metafóricos periféricos merecem ser apontados, dado que eles revelam o uso que Lacan faz da metáfora, de um modo geral.

a) O comportamento do Ministro na segunda cena e o comportamento neurótico.

Já discutimos a respeito da transformação que o Ministro sofre ao passar para o segundo lugar da tríade, antes ocupado pela Rainha. Falamos sobre a análise de Lacan a respeito da posição feminina que caracterizaria esse lugar, mas enfatizamos essencialmente a ilustração que tal transformação do Ministro revela a respeito da determinação do sujeito pelo

significante, em detrimento do significado. No entanto, no texto de Lacan, o autor sugere ainda outras analogias em relação ao comportamento do Ministro: a posição de “não agir”, o “não uso” da carta, o fato de fazer de tudo para “se conter na inanição” resulta em um certo “esquecimento” da carta.

Esse esquecimento da carta e a transformação sofrida pelo Ministro são relacionadas à *neurose* por Lacan (1956b, p. 38):

Assim como o homem que se retirou para uma ilha para esquecer... o quê? – ele esqueceu... –, também o ministro, não fazendo uso da carta, acaba por esquecê-la. Isso é o que exprime a persistência de sua conduta. Mas a carta/letra, tal como o inconsciente do neurótico, não o esquece.

O esquecimento da carta, pelo Ministro D., tal como o esquecimento do neurótico, não significa que o sujeito não esteja mais sob sua influência. Ao contrário, a transformação do Ministro e de sua imagem durante o conto, tal como o sintoma do neurótico revelaria a condição de determinação que ambos sofrem, à sua revelia, da carta/significante.

Ao falar em *neurose*, Lacan traz para a cena outras discussões teóricas, mas (que ele não desenvolve) sobre a oposição da *neurose* com as outras estruturas, sobre a relação da *neurose* com o significante, entre outras. Temas desencadeados pela analogia entre o comportamento do Ministro e o comportamento neurótico, que podem apontar para uma outra estrutura metafórica implícita, abarcada pelo conto.

b) Jogo do par ou ímpar e a primazia do simbólico em relação ao imaginário.

Em determinado momento, durante o conto de Edgar Allan Poe, Dupin conta a história de um menino que obtinha recorrentes sucessos como adivinhador no jogo de “par ou ímpar”. Seu sistema de observação consistia em avaliar a astúcia do oponente. Tal identificação do intelecto do adversário era obtida a partir de uma imitação pelo menino da expressão dos

oponentes e da avaliação de quais sentimentos e pensamentos correspondiam a tais expressões.³² A análise dessa história se situa no apêndice do seminário ora em referência.

Trata-se de uma metáfora periférica que, apesar de dialogar com os objetivos de Lacan no texto, não integra a metáfora central e estrutural do conto. No entanto, Lacan se aproveita da história para discutir que, inicialmente, é pela via imaginária (a identificação do intelecto do oponente a partir de uma mímica de suas expressões) que o menino procede. Mas desenvolve o tema, afirmando que tal identificação puramente imaginária geralmente fracassa quando se considera que o adversário pode ser suficientemente inteligente para identificar o método do menino e calcular que, ao se fazer de idiota, teria chance de o vencer no jogo. O que Lacan (1956b, p. 63) pretende destacar é que, para além da relação mimética e dual, qualquer sucesso num jogo como esse requer uma lei que presida a sucessão dos lances propostos:

E isso é tão verdadeiro que, se é a vez de meu lance ser adivinhado, isto é, se eu for o sujeito ativo, meu esforço consistirá, a cada momento, em sugerir ao adversário a existência de uma lei que rege uma certa regularidade de meus lances, para, através de sua ruptura, furtar-lhe a apreensão dela o maior número possível de vezes.

³² Para melhor compreensão da história, segue o trecho correspondente do texto de Poe (1981, p. 6): “Conheci um garotinho de oito anos cujo êxito como adivinhador, no jogo de ‘par ou ímpar’, despertava a admiração de todos. Este jogo é simples e se joga com bolinhas de vidro. Um dos participantes fecha na mão algumas bolinhas e pergunta ao outro se o número é par ou ímpar. Se o companheiro acerta, ganha uma bolinha; se erra, perde uma. O menino a que me refiro ganhou todas as bolinhas de vidro da escola. Naturalmente, tinha um sistema de adivinhação que consistia na simples observação e no cálculo da astúcia de seus oponentes. Suponhamos, por exemplo, que seu adversário fosse um bobalhão que, fechando a mão, lhe perguntasse: ‘Par ou ímpar?’ Nosso garoto responderia ‘ímpar’, e perderia; mas, na segunda vez, ganharia, pois diria com os seus botões: ‘Este bobalhão tirou par na primeira vez, e sua astúcia é apenas suficiente para que apresente um número ímpar na segunda vez. Direi, pois, ímpar’. Diz ímpar e ganha. Ora, com um simplório um pouco menos tolo que o primeiro, ele teria raciocinado assim: “Este sujeito viu que, na primeira vez, eu disse ímpar e, na segunda, proporá a si mesmo, levado por um impulso a variar de ímpar para par, como fez o primeiro simplório; mas, pensando melhor, acha que essa variação é demasiado simples, e, finalmente, resolve-se a favor do par, como antes. ‘Eu, por conseguinte, direi par’. E diz par, e ganha. Pois bem. Esse sistema de raciocínio de nosso colegial, que seus companheiros chamavam sorte, o que era, em última análise? – Simplesmente – respondi – uma identificação do intelecto do nosso raciocinador com o do seu oponente. – De fato – assentiu Dupin – e, quando perguntei ao menino de que modo efetuava essa perfeita identificação, na qual residia o teu êxito, recebi a seguinte resposta: ‘Quando quero saber até que ponto alguém é inteligente, estúpido, bom ou mau, ou quais são os seus pensamentos no momento, modelo a expressão de meu rosto, tão exatamente quanto possível, de acordo com a expressão da referida pessoa e, depois, espero para ver quais os sentimentos ou pensamentos que surgem em meu cérebro ou em meu coração, para combinar ou corresponder à expressão’. Essa resposta do pequeno colegial supera em muito toda a profundidade espúria atribuída a Rochefoucauld, La Bougive, Maquiavel e Campanella. – E a identificação – acrescentei – do intelecto do raciocinador com o de seu oponente depende, se é que o compreendo bem, da exatidão com que o intelecto deste último é medido”.

Não iremos nos deter nem nos aprofundar no entendimento dessa metáfora. Ela nos levaria a outras discussões teóricas que não cabem neste momento. Devemos apenas apontar que vemos emergir outra estrutura metafórica a partir deste trecho do conto. Ao desenvolver as analogias presentes na história do par ou ímpar, Lacan passará pela questão da lei e de sua relação com o acaso, da subordinação do imaginário ao simbólico, da dominação do sujeito pelo significante, da determinação simbólica sobre o sujeito.

c) As relações entre a carta roubada, o jogo do par ou ímpar e a anedota dos prisioneiros.

Lacan relaciona, mas não desenvolve, a semelhança entre as três posições das cenas do conto com os três tempos lógicos, discutidos a partir de outra metáfora – a anedota dos prisioneiros –, em outro texto: *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada*. Em ambas as histórias, há uma importância dada à questão do olhar. No presente caso, essa importância se faz ver, quando as três posições são apresentadas a partir do tema: no caso do Rei e da Polícia, trata-se de um olhar que nada vê; no segundo tempo, o da Rainha e do Ministro, um olhar que vê que o primeiro nada vê e se engana por ver encoberto o que ele oculta; e o terceiro tempo, do Ministro e de Dupin, é um olhar que vê, desses dois olhares, que eles deixam a descoberto o que é para esconder, para que disso se apodere quem quiser. Tal tema também se interliga à história do jogo do par ou ímpar.

Roudinesco (2008) nos conta que, em seu seminário de maio de 1955, Lacan pediu a seus alunos que jogassem o par ou ímpar para melhor compreender a história. A autora afirma a semelhança entre esta história e a anedota dos prisioneiros, acrescentando a forma como ambas ilustram a determinação simbólica experimentada pelo sujeito. Nos dois casos, para a autora, as noções de olhar e de jogo ocupam lugar preponderante.

Tal relação entre as histórias não configuram propriamente um foco metafórico, mas são indicativa das articulações que Lacan faz entre a metáfora presente neste seminário e outras metáforas suas. Importante apontar a existência dessas relações, pois revelam a possível ressonância da presente metáfora e a forma como Lacan se aproveita do conto de Poe, bem como o múltiplo uso metafórico que dele faz. Analisaremos melhor essa questão no capítulo de *Discussões*.

8.2 DISCUSSÕES SOBRE O CONTO *A CARTA ROUBADA*

8.2.1 As qualidades da metáfora: precisão, ênfase e ressonância

O mapeamento estrutural da metáfora do conto *A carta roubada* nos apresentou alguns desafios diferentes em relação às metáforas ópticas, embora com resultados semelhantes. O maior deles diz respeito à tentativa de integrar todos os focos metafóricos em uma única estrutura. Essa tentativa nos levou a alguns fracassos e contradições.

No caso das metáforas ópticas, os mesmos elementos eram utilizados para explicar os diversos desdobramentos teóricos e clínicos da metáfora. Já no conto de Poe, também pelo fato de o conto apresentar um número ainda maior de focos metafóricos possíveis, diversas analogias eram estabelecidas independentemente de uma estrutura comum, enquanto o mesmo foco, muitas vezes, remetia a estruturas diferentes.

Um dos exemplos é que existe uma tese bastante clara que Lacan busca ilustrar a respeito da repetição simbólica inerente ao inconsciente e da determinação que o sujeito recebe do significante. Trata-se de toda discussão realizada a respeito da primeira estrutura metafórica: as duas cenas, a carta como significante, a transformação do Ministro e de Dupin quando estes personagens ocupam o segundo e o terceiro lugar, respectivamente, na tríade.

No entanto, como procede Lacan? Em meio à defesa sobre a determinação do sujeito pelo significante, o revezamento dos personagens na posição subjetiva, Lacan fala do comportamento neurótico do Ministro. Nesse momento, Lacan traz para a discussão outras questões teóricas – que o autor (1956b) chega a mencionar no início do texto sobre ser a lei significante que rege os efeitos psicanalíticos para o sujeito como a *foraclusão*, o *recalque* e a *denegação*. Ou seja, se quisermos incluir a questão da neurose na análise das duas cenas, far-se-ia premente que Lacan relacionasse a tríade formada ao redor da carta, e a própria carta, ao complexo de Édipo e ao significante fálico.

Certamente, algumas observações destacadas por Lacan são extremamente sugestivas: da carta como símbolo de um pacto, da importância de quem detém ou não a carta, dos destaques de uma posição feminina e outra posição oposta representante da lei, do comportamento do Ministro e do comportamento neurótico. Todas essas observações parecem girar em torno de uma referência da carta, não a um significante qualquer, mas ao *significante fálico*. No entanto, surpreendentemente, Lacan não menciona em nenhum momento o complexo de Édipo, nem mesmo faz referência explícita ao significante fálico. Isso tornaria a metáfora utilizada, no mínimo, incompleta, se todos esses elementos tivessem de ser integrados em uma mesma estrutura metafórica.

A mesma coisa acontece quando Lacan relaciona o personagem Dupin ao analista, discutido na segunda estrutura metafórica. Se, num primeiro momento, a participação de Dupin na tríade ao redor da carta é tratada como mais uma ilustração da determinação que o sujeito recebe do significante (em detrimento do significado), posteriormente, nas análises de Lacan, essa participação de Dupin é referenciada como parte da transferência e do que acontece com o significante num processo de análise, solicitando outros focos metafóricos (como o pagamento de Dupin, o método utilizado para encontrar a carta etc.). Se não concebêssemos essa analogia como uma estrutura metafórica separada, caberia a pergunta

sobre o que significa a primeira cena e seus personagens na perspectiva do conto, como uma metáfora do processo analítico. Como já antecipamos, Lacan não estabelece esta relação.

Assim, fomos forçados a *inferir* diversas estruturas metafóricas sobrepostas no conto *A carta roubada*, algumas explicitadas e outras passíveis de ser desenvolvidas, evidenciando um modo particular de Lacan operar com as semelhanças ali evidenciadas.

Significativamente, muito embora apresentando desafios diferentes, encontramos resultados semelhantes daqueles trabalhados nas metáforas ópticas.

Na análise deste conto, fica ainda mais evidente aquilo que já havíamos destacado no caso das metáforas ópticas sobre as relações de oposição entre os termos ter importância fundamental para Lacan na hora de determinar as correspondências analógicas entre o tópico primário e o secundário.

Se o personagem Dupin é estabelecido em analogia com o analista, por exemplo, então os outros focos da metáfora passam a definir-se em oposição e em relação a ele, e assim por diante.

Além disso, assim como nas metáforas ópticas, nossas análises revelam que, também no conto sobre a carta roubada, alguns elementos do conto apresentam uma correspondência biunívoca, como a analogia estabelecida entre carta e significante, enquanto outros elementos não são apresentados dessa forma, tal como o personagem Dupin.

Esta falta de precisão também parece decorrer da diversidade de equivalências que Lacan faz brotar entre os tópicos primário e secundário, tal como reconhecemos nas metáforas ópticas: discute a repetição simbólica como uma insistência da cadeia significante, a partir das duas cenas relatadas; trabalha a determinação que o sujeito recebe do significante em analogia à sujeição das características dos personagens, tendo em vista a posição que cada um ocupa em relação à carta –, determinação que prescinde de saber o conteúdo; analisa o desvio sofrido pela carta, a carta como representante do pacto entre Rei e Rainha, as relações da carta

e de seu “esconderijo” com as funções do significante; relaciona o comportamento do Ministro D. ao comportamento neurótico; pensa o personagem Dupin em analogia ao lugar do analista e relaciona o seu pagamento, a forma como Dupin entra no circuito simbólico da carta, o “esvaziamento” do significante no final desse circuito, com o tratamento analítico e a transferência; chega a discutir a história periférica do jogo par ou ímpar como metáfora da relação entre imaginário e simbólico no apêndice do texto etc.

Todos esses desdobramentos – bem como aqueles sugeridos, mas não trabalhados neste seminário (a carta como o significante fálico, por exemplo) – são indicativos da *ressonância* da metáfora utilizada, ou seja, as possibilidades em aberto que o conto e a análise de Lacan deixam para futuras explorações metafóricas. Ora, mais uma vez, a ressonância da metáfora é priorizada em detrimento da precisão. O processo criativo, em detrimento de uma correspondência biunívoca, oferecendo-nos uma *metáfora forte*, porém imprecisa.

Já em relação à ênfase, a metáfora parece um pouco mais complicada de analisar. Sem dúvida, a partir daquilo que foi evidenciado durante o mapeamento estrutural, verificamos extrema pertinência das analogias apresentadas, ou seja, a forma como elas bem iluminam o tópico primário. Por outro lado, no caso das metáforas ópticas, mostrou-se mais fácil visualizar como os termos estavam intrinsecamente relacionados ao processo de reflexão nos espelhos. A imagem de si mesmo *refletida* no outro, a *projeção* da *imagem*, a *virtualidade* e *especularidade* da relação imaginária etc.

No caso do conto de Poe, diríamos que a necessidade de nos reportar à linguagem ou aos termos do conto para compreender a determinação do sujeito pelo significante, a relação na transferência, a forma como o analista entra no circuito simbólico do paciente etc., faz-se menos premente. Devemos pensar a ênfase e a ressonância como uma questão de grau (BLACK, 1995). No presente caso, diríamos que a metáfora do conto *A carta roubada* possui alta ressonância, porém é menos enfática que a dos esquemas ópticos.

8.2.2 Os conhecimentos produzidos pela metáfora: o conhecimento sistêmico e o conhecimento criativo

Com a realização do mapeamento estrutural da metáfora sobre o conto *A carta roubada*, revelamos o conhecimento sistêmico produzido derivado das analogias destacadas. Embora devamos reconhecer que, à diferença do que ocorre com as metáforas ópticas, em que, explicitamente, novos conceitos são articulados à noção do estádio do espelho, neste caso, trata-se menos de introduzir novos conceitos e mais de reafirmá-los por meio do conto. Dentre as poucas funções que Lacan (1956b, p. 14) explicita sobre o uso desta metáfora, uma delas refere-se, justamente, à função de “teste”:

Foi por isso que pensamos em ilustrar hoje a verdade que brota do momento do pensamento freudiano que estamos estudando (...) É essa verdade, podemos notar, que possibilita a própria existência da ficção. Portanto, uma fábula é tão apropriada quanto outra história para esclarecê-la – nem que seja para testar sua coerência.

Ainda sobre o conhecimento sistêmico, algo nos surpreendeu durante a análise do conto: Lacan se propõe a ilustrar a tese da determinação do sujeito pelo significante e discute de forma vasta a relação do significante e de suas leis. Ora, em se tratando de processos inconscientes a partir da perspectiva lacaniana dessa fase, chama a atenção o fato de nada ser mencionado a respeito dos processos metafórico e metonímico. E isso não deve ser atribuído a uma eventual impossibilidade de o conto abrir espaço para essa analogia. Ao contrário, verificamos que o conto nos permitiria, sim, uma correspondência entre tais processos inconscientes e certos acontecimentos do conto de Poe. No processo de *desvio* sofrido, inicialmente, a carta se *desloca* de um lugar importante para se disfarçar em algo trivial. É o que se verifica quando a carta é displicentemente colocada na mesa pela Rainha na primeira cena e depositada no porta-cartas do Ministro na segunda cena, como algo sem valor. Seria bastante pertinente falar de um “movimento” metonímico da carta, de um deslocamento, tal

como Freud (1900) trata na *Interpretação dos sonhos*. Na sequência desse encadeamento, a carta é *substituída* em ambas as cenas. Por que não falar, desenvolvendo a metáfora, em um processo metafórico? Observamos que há ainda uma anterioridade do *processo metonímico* em relação ao metafórico, defendido por Lacan, que o conto permitiria ilustrar.

Tendo em vista a exploração metafórica realizada, difícil crer que Lacan não tenha atentado para essa importante semelhança entre os tópicos primário e secundário. E, no entanto, não pudemos compreender exatamente por que Lacan se furta a essa relação, já que o autor demonstra não ter nenhum receio em desmembrar metaforicamente o conto com proposições teóricas paralelas à tese sobre a determinação que o sujeito recebe do significante. Em todo caso, este nosso apontamento enfatiza ainda mais a adequação da metáfora escolhida, bem como sua ressonância.

E quanto ao conhecimento criativo? Lacan faz um uso existencial dessa metáfora?

Nas metáforas ópticas, é mais fácil conceber tal relação, visto se tratar de uma analogia com experimentos de outra disciplina científica. Além disso, no *Seminário 1*, o próprio Lacan sugere a possibilidade de se fundar todo um sistema de pensamento metafísico a partir da Física Óptica. Em relação ao conto, nada é mencionado a respeito dessa possibilidade. E, no entanto, seria possível imaginar toda uma argumentação psicanalítica em torno de tal identificação. Afinal, embora aquilo que o paciente conte em análise não seja exatamente um conto, o valor de sua fala, para a Psicanálise, não é o mesmo que o de uma *ficção*? É assim que Lacan (1956b) menciona a razão do uso do conto de Poe como metáfora: uma fábula é tão apropriada quanto qualquer outra história para esclarecer determinadas posições teóricas. No entanto, Lacan não trabalha nenhuma possibilidade de o conto comportar esse tipo de identificação metafórica.

Importante salientar que, nem por isso, a metáfora deixa de comportar o aspecto criativo, o qual corresponde à nova perspectiva propiciada pela própria metáfora.

Toda metáfora nos oferece uma imagem de referência, um quadro a partir do qual certo fenômeno é compreendido e pensado. Não devemos ignorar o tipo de conto escolhido por Lacan, neste caso. Trata-se de um conto policial, no qual o astuto Detetive Dupin é sensível o suficiente para se identificar com o criminoso e daí inferir sua estratégia. Um detetive que está atento aos detalhes, mas de forma diferente do Chefe de Polícia. Um detetive que serve de imagem ao analista “lacaniano”. De certa forma, também Freud (1900) nos apresenta a idéia do sonho como um quebra-cabeças, um enigma a ser desvendado. Não seríamos induzidos a uma perspectiva diferente da análise se imaginássemos a escolha de outro conto? Por exemplo, um conto de aventura, no qual o analista é posto em analogia com o herói da história e enfrenta perigos e desafios no caminho, mas, por sua coragem, salva o personagem em perigo? Outra imagem nos seria dada desse analista, e, esta imagem, longe de ser inocente, seria tomada como referência e influenciaria a própria concepção da prática clínica.

Mais do que uma comparação a partir de uma posição neutra, Lacan usa o conto como um filtro, um anteparo através do qual enxerga o fenômeno do inconsciente. Razão pela qual vemos emergir tantas estruturas analógicas “independentes” umas das outras. Nas metáforas ópticas, Lacan faz um exercício mental (ele assim se refere à tarefa de trabalhar e pensar tais metáforas) de utilizar o tópico secundário para compreender e desenvolver o tópico primário, e visualizamos de forma mais fácil a forma como as metáforas se desenvolvem com o decorrer das aulas. Mas, muito embora a metáfora sobre a carta roubada corresponda a um único texto, verificamos a mesma forma de o autor operar com a metáfora: Lacan explora o conto como um todo, cada detalhe, desmembrando de forma múltipla os potenciais analógicos do conto, buscando conexões entre esses focos com o tema do inconsciente.

8.2.3 A função da metáfora na construção do conhecimento: função pedagógica, função constitutiva da teoria

Para pensar a função da metáfora na teoria lacaniana, devemos nos reportar às análises realizadas previamente e também ter em mente que a maioria dos critérios utilizados para avaliar as metáforas apresentam-se em termos de graus, ou seja, não se trata simplesmente de uma resposta positiva ou negativa para cada um dos critérios utilizados. É aí que a comparação com as metáforas ópticas se mostra importante. O valor de cada metáfora pode ser mais bem compreendido a partir da oposição que as metáforas estabelecem entre si.

No que se refere ao uso do conto de Poe para explicar alguns aspectos teóricos da Psicanálise, verificamos que essa metáfora se mostra bastante ressonante (dadas as possibilidades de desenvolvimentos futuros que ela permite), porém, menos enfática do que as metáforas ópticas. *A carta roubada* produz o conhecimento sistêmico, mas, menos por introduzir conceitos novos, e mais por *testá-los*. Quanto ao conhecimento criativo, certamente a metáfora funciona como perspectiva, um quadro por meio do qual a idéia do inconsciente é abordada. Entretanto, do ponto de vista de uma possível identificação ontológica, esse conhecimento é bastante fraco no que se refere às análises de Lacan. Como decorrência das conclusões acima apontadas, devemos também atribuir a essa metáfora uma função mais pedagógica do que constitutiva da teoria.

Entendamos bem esta nossa afirmação: não há dúvidas a respeito da força que esse seminário tem na obra de Lacan como um todo, especialmente nesta fase, em que o autor busca consolidar a tese sobre o inconsciente estruturado como linguagem. O texto *O seminário sobre “A carta roubada”*, evidentemente, faz parte de um momento de intenso desenvolvimento teórico a respeito daquilo que esse seminário vem tratar.

Sobre isso, lembremos que, em nossa perspectiva, toda metáfora – mesmo quando sua função se aproxima mais de uma pedagógica, ajuda a esclarecer e compreender determinados

pontos, e, nesse sentido, é um ato cognitivo. Sem dúvida, o conto de Poe como metáfora cumpre de forma excelente sua função ilustrativa e pedagógica, dada a ressonância que apresenta. Mas do ponto de vista da função da metáfora em produzir conhecimentos novos dentro de uma disciplina, auxiliando a constituí-la, os desenvolvimentos teóricos sobre os narcisismos, o eu ideal e o ideal do eu na noção do estádio do espelho, mostram-se muito mais dependentes da referência metafórica – e, nesse sentido, os esquemas ópticos são menos dispensáveis a tais elaborações teóricas – do que o conto de Poe.

Além disso, nas poucas vezes em que Lacan menciona a função dessa metáfora, ela é referida na função ilustrativa. No final do apêndice do texto *O seminário sobre “A carta roubada”*, descobrimos que essa metáfora se inicia na aula de maio de 1955 com a história do jogo do par ou ímpar sobre o acaso e as leis da determinação simbólica. Apenas posteriormente é que Lacan (1956b, p. 65-6, grifo nosso) redige o texto sobre *A carta roubada*, afirmando sua função essencialmente ilustrativa: “Passado este estágio era preciso *ilustrar de maneira concreta* a dominação que afirmamos do significante sobre o sujeito (...) Foi assim que tomamos o próprio conto do qual havíamos extraído, sem a princípio enxergar mais longe, o raciocínio litigioso sobre o jogo do par ou ímpar”.

É verdade que também a respeito das metáforas ópticas, por exemplo, Lacan menciona seu caráter ilustrativo, porém, como analisado, tal perspectiva é mesclada com a afirmação de que a metáfora é um instrumento do pensamento e da produção de conhecimento.

O que parece revelador quando contrapomos o conto *A carta roubada* com os esquemas ópticos é que, apesar de apresentarem graus diferentes em relação a seu papel constitutivo dentro da teoria de Lacan, diversas semelhanças na forma de Lacan operar com ambas as metáforas nos indica o uso particular que delas faz o autor.

9 A TEORIA DA METÁFORA DE LACAN – “FAMILIONÁRIO” E “SIGNORELLI”

A noção de metáfora jamais foi periférica na obra de Lacan. Ela serviu de base na estruturação de uma de suas principais teorizações a respeito do inconsciente. Como consequência, a própria confecção de Lacan do sujeito da Psicanálise se tornou dependente de uma concepção sobre a metáfora. A respeito, Simanke (2003) acredita que Lacan faz da construção metafórica um instrumento privilegiado para o tratamento teórico do sujeito, e tal noção se torna central nos anos 1950. O autor reforça que a relação estabelecida por Lacan entre metáfora e condensação não significa que a função da metáfora em sua obra se esgote nessa associação.

Tendo em vista a importância dessa figura na obra de Lacan, é fundamental nos perguntarmos o que o autor entendia por metáfora. Em outras palavras, qual a teoria da metáfora engendrada por Lacan?

Sabemos que Lacan se apoiou na Linguística estrutural e nas concepções de Jakobson sobre as duas operações fundamentais da linguagem, para elaborar a noção de metáfora. Uma concepção, portanto, que se baseia essencialmente na idéia de semelhança e substituição. Resta saber quais são as implicações teóricas da perspectiva da metáfora adotada por Lacan e, principalmente, revelar como o desenvolvimento teórico de Lacan faz sua concepção da metáfora transcendê-la.

Para tratar desse tema, optamos por analisar e discutir separadamente alguns textos importantes nos quais Lacan apresenta sua teoria da metáfora. A discussão dos textos em ordem cronológica tem como objetivo acompanhar, junto com Lacan, os passos que são dados, progressivamente, em direção a uma teoria da metáfora, bem como compreender as questões e os problemas que cada uma das etapas apresentadas evidencia, bem como as soluções propostas.

Assim, o primeiro tópico se dedicará especialmente aos capítulos *Metáfora e metonímia (I): Sa gerbe n'était point avare, ni haineuse* e *Metáfora e metonímia (II): Articulação significativa e transferência de significado*, inseridos no livro *Seminário 3: as psicoses*. Também utilizaremos o texto “*A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*”, inserido nos *Escritos*. Neles encontramos as primeiras formalizações explícitas da noção de metáfora em Lacan.

Posteriormente, acompanharemos os desenvolvimentos da concepção de metáfora em Lacan, evidenciados no *Seminário 5: as formações do inconsciente*. Esse seminário exige que olhemos de perto tudo aquilo que está contido na, aparentemente simples, fórmula da metáfora como sendo a função conferida a um significante S no que este significante substitui outro numa cadeia. Em primeiro lugar, discutiremos a análise de Lacan sobre o chiste “familiário” e, posteriormente, o caso do esquecimento do nome do pintor “Signorelli”, ambos retirados de textos freudianos.

9.1 SEMINÁRIO 3: AS PSICOSES E A INSTÂNCIA DA LETRA NO INCONSCIENTE OU A RAZÃO DESDE FREUD

a) A primazia do significante.

Fazendo corresponder as duas vertentes da linguagem, proferidas por Jakobson (2010) – a metáfora e a metonímia –, com os mecanismos dos sonhos – condensação e deslocamento –, Lacan (1957, p. 515) indica que essa correspondência não é metafórica, mas “real”: “O que distingue esses dois mecanismos, que desempenham no trabalho do sonho, *Traumarbeit*, um papel privilegiado, de sua função homóloga no discurso? Nada, a não ser uma condição imposta ao material significante, chamada (...) ‘papel da figurabilidade’.”

Dentro dessa “tradução” dos mecanismos do inconsciente, o sintoma será o grande representante do mecanismo metafórico, construído a partir da substituição de um significante

antigo recalcado por um significante novo. Com estilo peculiar, Lacan (1957, p. 522) explica sobre o sintoma:

Entre o significante enigmático do trauma sexual e o termo que ele vem substituir numa cadeia significante atual passa a centelha que fixa num sintoma – metáfora em que a carne ou a função são tomadas como elemento significante – a significação, inacessível ao sujeito consciente onde ele pode se resolver.

Mas essa transposição dos mecanismos da linguagem para os mecanismos do inconsciente é muito mais do que uma simples substituição de termos.

A dimensão do jogo simbólico evidenciado na metáfora e a possibilidade de a significação “arrancar” o significante de suas conexões lexicais são, para Lacan (2010), o que há de mais impressionante no uso significativo da linguagem. No entanto, esse simbolismo acaba por mascarar a existência de outra dimensão: a sintática, aquela ligada à existência do significante e sua organização. Lacan (2010, p. 265) se esforça em evidenciar este último aspecto durante toda teorização sobre a metáfora:

O importante não é que a similaridade seja sustentada pelo significado – cometemos o tempo todo esse erro –, é que a transferência do significado não é possível senão em virtude da própria estrutura da linguagem (...) A transferência do significado, de tal forma essencial à vida humana, só é possível em virtude da estrutura do significante.

À metonímia, será dada a função propriamente significante que se desenha na linguagem. Como consequência da supremacia do significante, Lacan (2010, p. 267) reforça a anterioridade da metonímia em relação à metáfora nos processos do inconsciente: “É o cerne do pensamento freudiano. A obra começa pelo sonho, seus mecanismos de condensação e deslocamentos, de figuração, todos eles são da ordem da articulação metonímica, e é sobre esse fundamento que a metáfora pode intervir”. Em seguida, a metonímia é promovida como organizadora fundamental do inconsciente e como condição de toda investigação possível dos distúrbios funcionais da linguagem na neurose e na psicose.

O que se verifica é a anterioridade da metonímia em relação à metáfora. Em outras palavras, para Lacan, no processo de constituição do sujeito, a estrutura metonímica da linguagem seria condição para o surgimento do eixo metafórico. Se o nascimento da linguagem deve ser tomado em conjunto, é preciso que esse conjunto seja tomado pela ponta significante. A articulação da linguagem na criança pequena, por exemplo, estaria essencialmente no plano da nomeação, da equivalência, da articulação significante. É o que Lacan (2010, p. 266) afirma no *Seminário 3*: “a metonímia está no ponto de partida, e é ela que torna possível a metáfora”.

Se a metonímia está do lado do significante, esperaríamos que a metáfora estivesse do lado do significado. No entanto, não é o que encontramos nas análises desses textos iniciais. Também com a metáfora, é em torno da tese da supremacia do significante que Lacan defende sua concepção sobre o processo metafórico. Dentro dessa perspectiva, Lacan (1957, p. 510) formula: “(...) *uma palavra por outra*, eis a fórmula da metáfora”. O significante oculto estaria presente na conexão (metonímica) com a cadeia.

Lacan (1957) toma o escrito de Freud *A interpretação dos sonhos* para defender que, já nesta obra, embora Freud não tivesse acesso à Linguística, é possível encontrar a idéia de ser a estrutura da linguagem que está subjacente ao sonho, bem como o que possibilita sua leitura. Mas, dentro da concepção de linguagem de Lacan (1957, p. 514), o sonho e suas imagens só devem ser compreendidos pelo valor significante: “Freud exemplifica de todas as maneiras que esse valor significante da imagem nada tem a ver com sua significação”.

Lacan leva às últimas consequências a tese sobre a primazia do significante e retira dos sonhos o que lhes é mais evidente: a significação. Nada no sonho deve ser interpretado, no sentido de buscar uma significação subjacente de cada imagem ou elemento do sonho. O valor desses elementos é o valor significante, ou seja, as relações de oposição que estabelecem entre si. Com isso, Lacan dirige uma crítica às psicanálises pós-freudianas que,

em seu entender, foram completamente seduzidas pelo simbolismo dos sonhos, pela busca do sentido por trás do sentido, pela tendência em colocar o significado no primeiro plano da análise. Mas é justamente aí que a teoria da metáfora adotada inicialmente por Lacan entra em contradição com a crítica à qual se propõe.

Diríamos que a idéia fundamental de Lacan sobre a metáfora consistir em um mecanismo de substituição e, tendo em vista que essa noção está baseada na de Jakobson, estaríamos inclinados a reconhecer a base comparativa da metáfora na qual Lacan se apoia. No entanto, essa base não deixa de provocar certas contradições com o discurso de Lacan, visto que, pelo fato de esse enfoque supor que o sentido da metáfora poderia ser parafraseado, sem danos à mensagem, essa concepção induz a certa “arqueologia do inconsciente”.

Explicando melhor: discutimos, no capítulo *Metáfora e Psicanálise*, a crítica de Spence (1992) à metáfora freudiana do analista como arqueólogo. Para o autor, essa metáfora perpetua o mito de que a narrativa da sessão são “fatos” a ser desvendados e descobertos, descartando a possibilidade de que o material clínico tivesse mais do que uma interpretação. Tal análise combina bem com a crítica que Lacan tece das Psicanálises que, explicita ou implicitamente, fazem todo encaminhamento analítico se dirigir a encontrar o significado oculto por trás do sintoma.

Goldgrub (2004) reconhece a necessidade de considerar os múltiplos sentidos da palavra do analisando e entende que a perspectiva lacaniana vem justamente evitar uma “metodologia da decodificação”, a qual acaba por enquadrar o discurso do analisando em uma teoria preconcebida.

As críticas acima tentam impedir certa “ortodoxia” da interpretação, na qual o destino de todo material analítico seja tomado como suposta confirmação da teoria ou, nas palavras de Spence (1992), que a teoria psicanalítica se converta em uma fotocópia da mente. O problema desse tipo de concepção “arqueológica” do sintoma é fazer crer que a semelhança

entre eventos passados com o sintoma atual seja um dado objetivo, estabelecendo uma relação de substituição unívoca entre os eventos.

Ora, mas é exatamente essa “concepção arqueológica” do sintoma que a visão comparativa da metáfora vem alimentar, quando afirma que o sentido da metáfora/sintoma poderia ser encontrado a partir do resgate da palavra substituída/significante oculto.

A adoção do enfoque comparativo da metáfora por Lacan deve, portanto, aliar-se à tese da primazia do significante. Qual o resultado?

No decorrer dos textos acima analisados, a metáfora vai sendo depurada do significado; e, muito embora Lacan reconheça que a significação seja o dado que domine nela, sua tese é a de que, na verdade, a metáfora se define como *pura operação significante*. A respeito, Simanke (2003, p. 294) explica que “a metáfora – no sentido mais restrito e poético do termo – propicia a melhor ilustração para a tese de que os termos da linguagem, isto é, os significantes em si não significam nada, mas apenas adquirem significação pelo uso que deles fazem os sujeitos falantes”.

O significado será posto de lado, e o significante figurará como primordial, mesmo nos mecanismos metafóricos. O resultado que se encontra é uma noção de metáfora que tenta prescindir do papel do significado. Talvez na tentativa de não cair em uma “arqueologia do inconsciente” – e fazer coincidir o significado reprimido com o significado sintomático atual, como resultado de uma substituição –, Lacan expurga o significado da metáfora e nos deixa uma noção dessa figura que, poderíamos dizer, fraturada. Afinal, mesmo reconhecendo a necessidade de uma estrutura da linguagem, de uma sintaxe, para a transferência de sentido, a metáfora jamais poderá ser bem compreendida se retirarmos dela a parte que corresponde ao significado, a forma como ela produz sentido a partir da contradição. Isso do ponto de vista de uma teoria da metáfora, da linguagem. Mas também do ponto de vista do sujeito, ele não pode definir-se como pura operação significante. Se, como Simanke (2003) afirma, a metáfora

alavancaria o papel da significação, prevenindo o esvaziamento do sujeito, não é com uma recusa, na metáfora, da parte do signo que compete ao significado, que Lacan conseguiria tal prevenção. E é aí que encontramos, no *Seminário 5*, algumas formalizações lacanianas para tais impasses.

9.2 SEMINÁRIO 5: O CHISTE “FAMILIONÁRIO”

a) A substituição metafórica e um retorno ao sentido.

Uma das primeiras questões a ser destacadas por Lacan faz referência à idéia da metáfora como substituição. No *Seminário 5*, Lacan (1999, p. 35) diz que toda força estrutural da metáfora reside exatamente nisso: “É na relação de substituição que reside o recurso criador, a força criadora, a força de engendramento, caberia dizer, da metáfora”. É justamente a idéia de substituição que tende a nos levar prontamente a incluir a concepção de Lacan em uma visão substitutiva ou comparativa de metáfora. Também é a idéia de substituição como um dos eixos da linguagem que leva muitos leitores a reduzir a noção de metáfora em Lacan a um processo substitutivo.

Mas, do ponto de vista da linguagem, nem toda substituição se configura como metafórica. Se eu digo que meu trabalho é *difícil*, em vez de dizer que meu trabalho é *árido*, o simples fato de ter feito uma substituição de termos não lhe confere um caráter metafórico.

Isso se deve, essencialmente, porque do ponto de vista da linguagem corrente, o significado de cada termo é fundamental para classificar uma substituição como metafórica ou não. No entanto, se, como vimos no tópico precedente, o significado não é determinante no processo metafórico em seu viés laciano, como compreender a dimensão que Lacan dá ao caráter substitutivo da metáfora?

De um lado, Lacan (1999) discrimina no *Seminário 5* que, se a substituição é a articulação e o meio significante por meio do qual se instaura o ato da metáfora, isso não significa dizer que a substituição *seja* a metáfora. Por outro lado, no mesmo seminário, Lacan (1999) diz que, onde há substituição, há indução metafórica e nos dá uma pista de que a especificidade da substituição metafórica reside na função essencialmente de *criação de sentido*.

Vejamos mais detalhadamente a importância das afirmações lacanianas acima e o horizonte que elas nos indicam. Se toda substituição é, potencialmente, substituição metafórica, tendo como efeito a criação de sentido, então a linguagem é essencialmente metafórica também. Pelo menos no que se refere à linguagem inconsciente (devemos ir com cautela antes de afirmar que a linguagem propriamente dita seja metafórica para Lacan). É exatamente isso que nos diz Lacan (1999, p. 16): “Não existe sentido, senão metafórico, só surgindo o sentido da substituição de um significante por outro significante na cadeia simbólica”.³³

Ora, essa posição de Lacan já não pode ser incluída em uma concepção de metáfora que faça uma distinção entre linguagem literal e linguagem metafórica e que conceba a substituição decorrente da metáfora como um desvio da linguagem.

³³ Esta indução metafórica é exemplificada quando Lacan (1999) discute o termo aterrado (*aterré*) que, em francês, pode ter o significado “literal” de “deitar por terra”, mas também a conotação, no uso corrente da linguagem, de “tomado de terror”. Parênteses: esta conotação de terror é, para o autor, introduzido pelo “terra” que há em “aterrado”. É a homonímia, a semelhança fonética, que traria a conotação metafórica de aterrorizado para a palavra “aterrado”. Tendo estas relações em mente, Lacan (1999) nos faz supor – o autor enfatiza que se trata apenas de uma suposição com fins ilustrativos – que, originalmente, a palavra “aterrado” tenha substituído a palavra “abatido” (*abattu*) que, em francês, tem em sentido literal a conotação de “de encontro à terra” e, portanto, contém certa relação com o sentido originário de “aterrado”, mas também guarda um sentido metafórico de “enfraquecido”, “desencorajado”. Lacan (1999, p. 36) afirma que esta substituição de “abatido” por “aterrado”, inicialmente não metafórica, viria, por outro lado, introduzir “uma nuance suplementar, algo de novo, um novo sentido. Uma nova nuance de terror é assim introduzida no sentido psicológico e já metafórico que tem a palavra *abatido*”. O sentido metafórico de “abatido” seria, neste exemplo, um efeito da substituição não metafórica de “abatido” por “aterrado”, mas que, inevitavelmente, faria com que o primeiro termo fosse “impregnado” da conotação metafórica da palavra “aterrado”. É na relação de um significante com um significante que se vem gerar certa relação de significante sobre significado. Enfatizamos um *novo* significado, uma *nova* nuance de terror.

b) O significante “fonemático”.

Falamos da metáfora como substituição. Agora pensamos ser importante colocar nossa lente de aumento no *significante*. Ressaltamos: Lacan não fala em substituição de um termo por outro, de uma palavra por outra (certamente ele utiliza esses termos, vez ou outra, mas acreditamos não ser necessário justificar que aquilo que dá fundamento à sua teoria é a expressão “significante”). Ora, o próprio termo *significante* já carrega uma história. Lembremos que Saussure (2006), ao definir o “signo”, faz substituir a expressão “imagem acústica” pelo termo “significante”. Sua definição de *significante*, portanto, não é a palavra, mas a imagem acústica da mesma. Ou seja, o elemento fonético tem aí papel fundamental, e Lacan o incluirá em sua concepção de metáfora.

No *Seminário 5*, Lacan (1999) trabalha o chiste “famillionário”, analisado por Freud em *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Vale lembrar que, nesse texto, uma extensa lista de chistes são analisados por Freud e classificados de acordo com as técnicas de formação que lhes são próprias. O caso do “famillionário” corresponde a um grupo de chiste caracterizado pela condensação com formação de palavra composta. Fica, portanto, desde já alertado que, para a discussão sobre o mecanismo metafórico, Lacan procede a uma *escolha*, e a escolha desse chiste em particular nos indica que ele é o melhor representante do que é e de como se processa a metáfora para Lacan. Tal chiste representa, para Lacan (1999), uma metáfora bem-sucedida, em oposição a casos como o lapso ou esquecimento de um nome, que correspondem a situações na qual a criação metafórica não se produziu. Voltando ao chiste do “famillionário”, pronunciado pelo pobre e necessitado agente de loteria, personagem retirado do livro *Reisebilder* do autor Heine, poeta e escritor alemão, Freud (1905, p. 25) nos conta que:

Na parte de seu *Reisebilder* intitulada “die Bäder von Lucca (Os Banhos de Lucca)” Heine introduz a deliciosa figura do agente de loteria e calista hamburguês, Hirsch-Hyacinth, que se jacta ao poeta de suas relações com o rico Barão Rothschild, dizendo finalmente: “E tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas,

doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratou como um igual – bastante familionariamente.

Para compreender a técnica desse chiste, Freud (1905) o desmembra em paráfrases. Ou seja, a sentença original é expressa de forma mais clara a partir de outras duas: “R. tratou-me muito familiarmente, isto é, na medida em que isso é possível a um milionário” (Freud ainda acrescenta que a condescendência de um homem rico sempre envolve alguma coisa pouco agradável para quem a experimenta). O que acontece neste chiste, do ponto de vista da técnica, é que existe uma abreviação das paráfrases e toda segunda sentença – “isto é, tanto quanto é possível a um milionário”, bem como as explicações subsequentes fornecidas por Freud – desaparece, mas não por completo. Ela é reintegrada à primeira sentença e fundida com o elemento que lhe é mais semelhante, ou seja, o termo “familiar”. Portanto, é a semelhança significante e fonética – e não a semelhança entre significados – que subjaz à formação do chiste em questão.

Lacan (1999, p. 52) reforça que as formações do inconsciente correspondem ao que a Linguística situou como os meios essenciais de formação de sentido, pois este é gerado pelas combinações significantes. E esses meios essenciais são, na sequência, relacionados a um nível elementar da linguagem – os *fonemas*:

A idéia de elemento significante assumiu seu sentido pleno na evolução concreta da linguística a partir do momento em que se destacou a noção de fonema. Ela nos permite tomar a linguagem no nível de um registro elementar, duplamente definido – como cadeia diacrônica e, no interior dessa cadeia, como possibilidade permanente de substituição no sentido sincrônico.

Para Lacan (1999), o destaque dado ao fonema permite reconhecer, no plano das funções do significante, uma força originária daquilo que o autor denomina de “engendramento de sentido”. É nesse registro elementar que o autor toma as relações entre o campo da análise e da Linguística, entre as formações do inconsciente e esse “engendramento de sentido”.

No *Seminário 12*, Lacan (1964) volta a tratar desta questão quando analisa a frase de Chomsky – “*Colorless green ideas sleep furiously*” – e o caso do esquecimento do nome “Signorelli” por Freud e defende ser em torno do efeito fonemático e dos fonemas que se processa tanto o desdobramento do sentido, como a substituição metafórica.

Importante notar que, a todo momento, Lacan fala em “engendramento de sentido”, “efeito de sentido”, do sentido como “produção”, como “efeito” da cadeia significante. Essas expressões e termos nos levam a pensar no sentido como vindo posteriormente à produção metafórica – e é exatamente sobre isso que queremos tratar agora.

c) A função criativa da metáfora.

Se a metáfora é uma substituição significante, se, com alguns exemplos, Lacan enfatiza a semelhança fonética e essencialmente significante como base da metáfora, a pergunta que podemos fazer é o que acontece com o significado, uma das partes correspondentes ao signo saussuriano? De fato, se pensarmos na metáfora como a substituição de um significante S por outro S’ na cadeia, pouca ênfase ou referência encontramos a respeito da importância do significado s e s’ no processo metafórico.

Sabemos que Lacan apresenta algumas fórmulas da metáfora, como é frequente em seu estilo de tentar formalizar conceitos. Não é por essa via que tentamos decifrar a noção de metáfora lacaniana; e, por essa razão, apenas as apresentaremos– com as respectivas descrições – para salientar apenas um aspecto delas.

A primeira fórmula, a qual pode ser encontrada em *A instância da letra*, é a seguinte:

$$f\left(\frac{S'}{S}\right) S \cong S (+) s$$

Para Lacan (1957, p. 519, grifos nossos), é:

(...) na substituição do significante pelo significante que se produz um *efeito de significação* que é de poesia ou de criação, ou, em outras palavras, o *advento da significação* em questão. O signo +, colocado entre (), manifesta aqui a transposição da barra –, bem como o valor constitutivo desta transposição para a *emergência da significação*.

Uma segunda fórmula da metáfora está no texto *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*:

$$\frac{S}{S'} \cdot \frac{S'}{x} \rightarrow S\left(\frac{I}{S}\right)$$

A fórmula significa para Lacan (2010, p. 563, grifo nosso): “Onde os S são significantes, x é a significação desconhecida e s é o significado *induzido* pela metáfora, que consiste na substituição, na cadeia significante, de S' por S. A elisão de S' , aqui representada por seu risco, é a condição do sucesso na metáfora”.

O que desejamos ressaltar é que, nas fórmulas lacanianas da metáfora, apenas um dos termos é reservado ao significado (no máximo, na segunda fórmula, Lacan se refere a uma *significação desconhecida*, anterior à produção metafórica), e este já não é, nem o s , nem o s' , mas o significado induzido pela metáfora ou a emergência da significação. O que tentamos marcar e defender é que, se a metáfora é o mecanismo que possibilita a evolução do sentido, isso se dá porque, na perspectiva de Lacan, existe apenas um significado que importa à metáfora, e este significado é aquele que ela cria, daí sua dimensão essencialmente criativa para Lacan. Daí também o fato de o autor sempre falar em um “efeito” de sentido. Ora, nada mais contraditório para uma teoria substitutiva e comparativa de metáfora, as quais partem do pressuposto de que uma metáfora poderia ser parafraseada sem alteração de significado. Lacan enfatiza exatamente o oposto ao trabalhar com o chiste “familiar”.

Quando Freud (1905) desmembra o chiste “familiar” em paráfrases, qual é o resultado? Que todo o efeito cômico desaparece. Ou seja, o *efeito do chiste* depende fundamentalmente da formação da palavra. As paráfrases atribuídas ao chiste não têm o

mesmo efeito de sentido do que as características significantes e fonemáticas da palavra por ele formada. Em concordância com Freud, Lacan (1999, p. 74) afirma que, se decompusermos a palavra “famillionário”, “tudo o que havia de tirada espirituosa se esvaecerá, desaparecerá, o que deixa bem claro que aquilo de que se trata reside na relação de ambiguidade fundamental que é própria da metáfora”. Vejam que essa posição representa uma guinada de Lacan em relação a uma teoria substitutiva de metáfora.

Se a idéia de uma linguagem essencialmente metafórica, de um sentido criado pela metáfora que lhe é próprio (e que não poderia ser substituído por nenhuma de suas paráfrases sem mudar o efeito que ela produz), nos aproxima de algumas posições interacionistas da metáfora, a próxima tese que emerge do *Seminário 5*, a qual analisaremos agora, nos fará ainda mais dar à teoria de metáfora de Lacan um lugar distinto das teorias substitutivas e comparativas. Lacan (1999) afirma e discute nesse seminário que a metáfora não apenas é criativa, visto que produz novos significados, mas também porque “cria” objetos, os quais tendem, progressivamente, a ser incorporados no discurso e influenciar o sujeito.

Uma importante análise que Lacan (1999, p. 32) faz sobre o chiste “famillionário” é que, do sentido por ele criado, segue-se a tendência à sua substantivação:

Que acontece quando surge *famillionário*? Sentimos, a princípio, uma espécie de visada na direção do sentido, um sentido que é irônico ou até satírico. Menos aparente, desenvolvendo-se nas repercussões do fenômeno, propagando-se, em seguida a ele, pelo mundo, surge também um objeto, o qual, por sua vez, vai mais para o cômico, o absurdo, o *nonsense*. É o personagem *famillionário* como derrisão do milionário, e que tende a figurá-la.

Esta tese está em estreita conexão com a perspectiva lacaniana de que o mundo dos objetos humanos se mantém inapreensível como objetos biológicos. Além disso, os objetos que existem para o homem, e com os quais ele se relaciona, são de uma heterogeneidade e diversidade extensamente maior do que os objetos biológicos. Isso porque, na perspectiva de Lacan, toda apreensão do mundo está submetida ao fenômeno da linguagem (LACAN, 1999).

Não nos parece ser gratuitamente que Lacan escolhe, para representar a metáfora, um chiste que tem uma função neológica: um novo termo que corresponde a um novo objeto. Um objeto produto da linguagem, certamente, ou, como Lacan indica no caso do “famlionário”, um *ser verbal*. Mas um objeto ou um “ser verbal” que, para Lacan (1999, p. 48), tende cada vez mais a se encarnar:

Assim, vocês estão vendo nesse chiste as duas vertentes da criação metafórica. Existe a vertente do sentido, na medida em que a palavra carrega efeito, emociona, é rica em significações psicológicas, acerta em cheio no momento, e nos prende por um talento que beira a criação poética. Mas há uma espécie de avesso que, por sua vez, não é forçosamente percebido de imediato: em virtude de combinações que poderíamos estender indefinidamente, a palavra formiga com tudo que pulula de necessidades em torno de um objeto.

Lacan (1999) trabalha no chiste “famlionário” a criação do novo personagem, “o famlionario”, a partir da metonímia – o surgimento de uma espécie de objeto metonímico novo –, mas tal objeto não deixa de ser produto do processo metafórico.

A função criativa da metáfora para Lacan (1999) é, portanto, dupla. Ela cria um sentido, mas faz criar também uma nova realidade, já que o autor concebe essa realidade humana essencialmente submetida à linguagem.

d) A linguagem do inconsciente.

A partir de nossas análises, vemos como a concepção de metáfora lacaniana não pode ser definida como fazendo parte da visão substitutiva ou comparativa e nem da visão interacionista de metáfora. Para atender àquilo a que o inconsciente se refere, Lacan desenvolve uma teoria particular de metáfora: uma *teoria psicanalítica de metáfora*. Afinal, não se trata aqui da linguagem da Linguística, mas da *linguagem do inconsciente*. Lacan (1999) fará essa distinção, desde que o sujeito não é estruturado do mesmo modo que o eu da experiência. O que se apresenta no primeiro tem suas leis e estrutura próprias, as quais foram abordadas por Freud no nível dos sonhos, sintomas, neurose, chistes e atos falhos.

No entanto, não há dúvida de que ambas as linguagens estão articuladas. Se a concepção lacaniana de metáfora é pensada a partir de uma linguagem inconsciente, Lacan não a restringe a isso neste seminário. Tomemos, por exemplo, algumas teses discutidas acima: sobre uma linguagem essencialmente metafórica ou o valor fonético nas substituições produzidas. As afirmações e análises de Lacan nos revelam sua profunda crença de que a própria linguagem opera a partir da metáfora. Lacan (1999, p. 35) afirma que a evolução do sentido na linguagem tem como base o mecanismo da substituição, da qual a metáfora, quer queira, quer não, sempre faz parte:

Se imaginássemos fornecer, algum dia, um modelo ou um exemplo da gênese e do surgimento de uma língua nessa realidade inconstituída que poderia ser o mundo antes que houvesse a fala, seria preciso supormos um dado irredutível, original, que seguramente seria o mínimo da cadeia significante. Não insistirei hoje nesse mínimo específico, mas já dei indicações suficientes a esse respeito para que saibam que é por intermédio da metáfora, pelo jogo da substituição de um significante por outro num lugar determinado, que se cria a possibilidade não apenas de desenvolvimentos do significante, mas também de surgimentos de sentido sempre novos, que vêm sempre contribuir para aprimorar, complicar, aprofundar, dar sentido de profundidade àquilo que, no real, não passa de pura opacidade.

Quando Lacan postula o processo metafórico e o metonímico ou as funções do significante, está interessado nas propriedades estruturais da linguagem e naquilo que elas elucidam a respeito do inconsciente. Lacan (1999, p. 89) explica que as estruturas reveladas pelo chiste são as mesmas que Freud encontrou nos sonhos e sintomas e prossegue que, a essas estruturas, tenta dar uma formulação mais rigorosa a partir dos termos da metáfora e da metonímia:

Essas formas são equivalentes para qualquer exercício da linguagem, e também quanto ao que encontraremos de estruturante no inconsciente. Elas são as formas mais gerais, das quais a condensação, o deslocamento e os outros mecanismos que Freud destaca nas estruturas do inconsciente não passam como de aplicações (...) Essa medida comum entre o inconsciente e a estrutura da fala, enquanto comandada pelas leis do significante, é precisamente aquilo de que nos tentamos aproximar cada vez mais.

A mesma coisa com a importância do elemento fonético na metáfora. Se, na linguagem cotidiana, a semelhança que move o uso que fazemos da metáfora diz respeito,

essencialmente, a seu significado, se pensarmos no início da linguagem – quando ainda não é possível falar de um “eu”, nem de uma linguagem bem estruturada, quando a metáfora ainda não é um fenômeno da poesia para o sujeito, mas aquilo que possibilita o desenvolvimento do sentido e da linguagem, ou mesmo quando dos primeiros rudimentos da linguagem na história do homem –, talvez o elemento fonético tenha fundamental importância nos processos de substituições significante e metafórica. Se isso fosse identificado, pontos para a teoria lacaniana.

É possível, portanto, inferir que a tese da metáfora como um dos mecanismos do inconsciente, e a relação desta tese com os estudos da linguagem, não é uma metáfora, mas, como afirma Lacan (1999) na citação acima, uma espécie de “aplicação”.

Uma aplicação à estruturação de uma linguagem que se desenvolve paralelamente ao discurso consciente, mas que apresenta particularidades. Daí a necessidade de construir uma teoria psicanalítica de metáfora própria de Lacan. Uma teoria que, do ponto de vista da articulação significante, pode aproximar-se da teoria substitutiva e comparativa de metáfora, mas que, do ponto de vista do significado, está muito mais próxima a algumas teses que apenas a teoria interacionista desenvolve.

9.3 *SEMINÁRIO 5*:: O ESQUECIMENTO DO NOME DO PINTOR “SIGNORELLI”

a) A metáfora malsucedida.

Vamos complicar um pouco mais as coisas e adicionar a nossas análises o caso do esquecimento do nome do pintor Signorelli por Freud. Essa complicação a mais certamente não é gratuita, mas vem iluminar um aspecto da metáfora em Lacan, muitas vezes negligenciado, que diz respeito à função criativa.

O chiste e o lapso tratam de fatos distintos: o chiste corresponde a um ato mais ou menos consciente, enquanto “esquecer um nome” ocorre à revelia do sujeito. Essa diferença não deve ser descartada como supérflua. No entanto, embora tratem de fatos distintos, para Lacan, ambos os fenômenos – do “familiar” e do pintor Signorelli – são fenômenos da linguagem que revelam a mesma “grade”, a mesma “ossatura”. É na crença de que as leis fundamentais da linguagem podem ser encontradas nos diversos fenômenos – conscientes e inconscientes – que o chiste e o lapso servem para a análise do processo metonímico e do metafórico como fundantes na noção lacaniana de inconsciente.

A diferença fundamental que ambos os casos exemplificam para Lacan incide exatamente na função criativa da metáfora. A respeito desse caso, Lacan (1999) afirma que o lapso e o esquecimento se configuram como exemplos de quando a criação metafórica não aconteceu, em oposição ao chiste “familiar”, denominado pelo autor de “metáfora positiva” ou “metáfora bem-sucedida”.

Contemos inicialmente o caso do esquecimento do nome do pintor Signorelli. Este caso se encontra no texto de Freud *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. Nele, Freud (1901) nos conta a respeito de uma viagem que fazia na companhia de um estranho para a Herzegovina e, durante a conversa, Freud (1901) tenta se lembrar em vão do nome do pintor Signorelli, artista que pintou os afrescos das *Quatro últimas coisas* na Catedral de Orvieto (as *Quatro últimas coisas* são a Morte, o Juízo, o Inferno e o Céu). Mas, em vez do nome Signorelli, outros dois nomes substitutos se impunham a Freud: *Botticelli* e *Boltraffio*. Freud (1901, p. 20) esclarece que o esquecimento do nome só foi elucidado quando ele se lembrou do assunto que conversavam um pouco antes:

Pouco antes de perguntar a meu companheiro de viagem se ele já estivera em Orvieto, conversávamos sobre os costumes dos turcos que vivem na *Bósnia* e na *Herzegovina*. Eu lhe havia contado o que ouvira de um colega que trabalhou em meio a essas pessoas – que elas costumam ter grande confiança no médico e total resignação ao seu destino. Quando se é obrigado a lhes dizer que nada pode ser feito por um doente,

respondem: “*Herr* (Senhor), o que se há de dizer? Se fosse possível salvá-lo, sei que o senhor o teria salvo”.

Freud (1901) ainda acrescenta dois temas relacionados que teriam motivado o esquecimento do nome: o primeiro, era que gostaria de ter contado uma segunda anedota sobre os turcos, relacionada ao tema da sexualidade e morte. Além disso, Freud (1901) conta que ainda estava sob influência de uma notícia que havia recebido em Trafoi, sobre um paciente a quem se havia dedicado muito e que tinha posto fim à vida por conta de um distúrbio sexual incurável.

Diz Freud (1901) que o nome Signorelli foi desmembrado, e a partícula “elli” ressurge inalterada em um dos nomes substitutos – *Botticelli* –, enquanto a outra sílaba, por meio da tradução de *Signor* para *Herr*, adquiriu inúmeras relações com o tema recalcado (morte e sexualidade) e não ficou disponível para a reprodução consciente. Além disso, Trafoi (cidade na qual Freud recebeu a notícia sobre o suicídio de um paciente) é associado ao nome *Boltraffio*; as sílabas *Her* de Herzegovina e *Bó* de Bósnia (locais referidos na história dos turcos) são articuladas a *Signor* no primeiro caso (e a sua correspondência com a palavra *Herr*) e, no segundo caso, às sílabas *Bo* dos nomes substitutos (*Botticelli* e *Boltraffio*).

O que nos importa salientar inicialmente é que Freud faz toda a análise em cima de partículas fonéticas. É a partir de um desmembramento do nome Signorelli, dos nomes substitutos, dos nomes das cidades (em contiguidade com os temas recalcados), que toda interpretação desse esquecimento é trabalhada.

Quanto às análises de Lacan sobre este caso, algumas delas nos ajudam a reforçar, a delimitar e a ampliar a noção lacaniana de metáfora.

Fundamentalmente, o esquecimento do nome do pintor Signorelli corresponde a uma tentativa de criação metafórica que fracassou. É preciso ter como pressuposto que a conversa sobre o comportamento dos turcos, a importância da vida sexual, a posição de mestria

conferida ao médico, bem como a resignação diante da morte tenham suscitado, no sujeito Freud, questões profundas como aquelas referentes à morte e à sexualidade. O termo *Herr*, já naquela ocasião, havia sido tomado em um sentido que transcendia seu significado “literal” e corriqueiro. Por quê? Lacan (1999, p. 61) responde que, diante do contexto no qual o termo *Herr* foi proferido, bem como as implicações subjetivas e particulares que ele retém em Freud, o termo adquiriu peso próprio:

Herr tornou-se o símbolo daquilo diante do qual fracassa sua mestria de médico, símbolo do mestre absoluto, ou seja, da doença que ele não cura – o paciente suicidou-se apesar de seus cuidados – e, numa palavra, da morte e da impotência que o ameaçam pessoalmente, a ele, Freud.

Diríamos que a conversa aparentemente despretensiosa sobre os turcos impôs a Freud uma questão – não qualquer questão, mas “questões derradeiras”, aquelas que estão no limite do dizível, como refere Lacan (1999) – que se manteve presente em Freud, ainda que de forma inconsciente, no momento em que ele tentou lembrar, em vão, do nome do pintor Signorelli. Lacan (1999, p. 61) afirma que esse “lugar” do esquecimento aponta para uma tentativa de criação metafórica que não ocorreu: “Em virtude da conversa anterior, aquilo que é chamado a ele, é uma metáfora que sirva de mediação entre a coisa de que se trata no correr da conversa e aquilo que ele recusa, ou seja, a morte”. O nome do pintor Signorelli, nesse momento, foi solicitado, não apenas como um simples nome, mas em seu valor significante. Em nossas palavras, diríamos que o nome do pintor foi solicitado como uma resposta a uma questão que teve origem já na conversa anterior.

Se a criação metafórica não ocorreu, a que correspondem os nomes substitutos que se impunham a Freud?

Para Lacan (1999), eles são o resultado de uma substituição comandada pela metonímia. À diferença da condensação significante que se observa no “familiário”, o nome Signorelli, bem como os nomes substitutos e os nomes das cidades a eles relacionados são desmembrados. Tal desmembramento é chamado por Lacan (1999) de “destroços

metonímicos” e, para o autor, eles adquirem sua força justamente nos casos em que a metáfora, a criação metafórica, não acontece. No caso do esquecimento, em vez de surgir uma palavra – como a do “familiário” – algo falta. Portanto, o que comanda a substituição neste caso não é a metáfora, mas a metonímia.

Se observarmos origem da sílaba Bo e *Traffio*, presentes nos nomes substitutos, elas se situam nos nomes das cidades nos quais os temas sobre sexualidade e morte (a morte e a impotência dos médicos turcos, a morte do paciente com distúrbio sexual, etc.) estão associados. É nesse deslocamento, nessa relação de contiguidade com os temas recalçados, que Lacan se fia ao defender que o esquecimento do nome do Signorelli corresponde a um caso de “aproximação” metonímica.

Em essência, os nomes substitutos se distinguem de uma substituição metafórica exatamente por não comportar o aspecto criativo que a caracteriza, como discutido anteriormente. Não há produção de um novo sentido, mas apenas aquilo que Lacan (1999, p. 42) denomina de “pura e simples combinação de significantes. São as ruínas metonímicas do objeto de que se trata”. Esses “destroços”, “fragmentos” metonímicos, são apenas fragmentos da realidade que representam, e são esses vestígios silábicos e fonéticos que permitem encontrar a cadeia significante no fenômeno do discurso, ou seja, que nos permitem resgatar aquilo que foi recalçado.

b) A insistência da metáfora no inconsciente.

A análise do esquecimento do nome do pintor Signorelli não se limita, para Lacan, em apontar que esse fenômeno se constitui como uma metáfora malsucedida. Se a criação metafórica no discurso fracassou, nem por isso ela deixa de tentar produzir-se de forma inconsciente. A partícula *Signor* não se encontra entre os destroços metonímicos que compõem os nomes substitutos porque é ela que guarda a relação mais íntima com o tema

recalcado. É essa partícula recalcada que produzirá a substituição propriamente metafórica. Lacan (1999) explica que o *signor* está implicado como substituto de *Herr*.

Se, inicialmente, essa substituição não corresponde a uma metáfora, mas a uma substituição heteronímica, a qual ocorre em qualquer tradução (LACAN, 1999), devemos lembrar que, para Lacan, onde há substituição... há indução metafórica. Neste caso, a correspondência de *Signor* com *Herr* é uma tentativa de criação metafórica que visa o sentido existente além de *Herr*, sentido que este termo assumiu durante a conversa anterior de Freud e sobre o qual tratamos previamente. É na tentativa de criação metafórica que se produz a quebra de Signorelli, a qual permite ao elemento *Signor* ir para um outro lugar. Lacan faz a ressalva de que Signorelli pode se quebrar tão facilmente por se tratar de uma palavra de língua estrangeira para Freud.

Para compreender a complexidade da análise em questão, bem como atribuir um rigor elevado a ela, é necessário distinguir dois níveis ali implicados: o discurso e a cadeia significante. Tal distinção é apresentada quando Lacan (1999, p. 46) diferencia o nível no qual se produz o termo *Herr* e o termo *Signor*, indicando “duas cadeias, a do discurso e a da cadeia significante em estado puro, onde se produz a mensagem. O *Signor* é recalcado, *verdrängt*, no circuito mensagem-código, enquanto o *Herr* é *unterdruck* no nível do discurso”. A metáfora, portanto, fracassou no nível do discurso, mas nem por isso deixa de se fazer presente, de forma inconsciente, na cadeia significante.

Além disso, quando Lacan fala em criação metafórica, entendemos que essa criação corresponde a uma real tentativa de elaboração de temas tão profundos e impactantes, por meio de um novo sentido. Lembremos que, em nota, Freud se refere à pintura das *Quatro últimas coisas* por Signorelli, sendo elas a Morte, o Juízo, o Inferno e o Céu. Portanto, o nome do pintor guarda, para Freud, relações com os temas recalcados. Mas a arte sempre foi uma possibilidade de criar, a partir de temas que são desestruturantes quando confrontados

“diretamente”, como os temas “em jogo”, no caso do esquecimento relatado por Freud. Dado o fato de a partícula *Signor* estar ligada ao pintor Signorelli, ao afresco de Orvieto, à evocação das coisas derradeiras, representa, na explicação de Lacan (1999, p. 45):

(...) precisamente a mais bela das elaborações que há dessa realidade impossível de enfrentar que é a morte. É justamente contando a nós mesmos mil ficções – *ficção* é tomada aqui no sentido mais verídico – sobre a questão das coisas derradeiras que metaforizamos, domesticamos e fazemos entrar na linguagem o confronto com a morte. Assim, fica claro que o *Signor* aqui, enquanto ligado ao contexto de Signorelli, representa de fato uma metáfora.

c) Os dois níveis da linguagem.

A análise do chiste “familonário” e do esquecimento do nome do pintor Signorelli impõem algumas reflexões que estão mais ou menos articuladas na obra de Lacan. Tanto em relação à sua concepção de metáfora, como na implicação que essa concepção traz para sua teoria.

Distinguimos dois níveis da linguagem: o do discurso e o da cadeia significante em “estado puro”, referidos no próprio seminário em que Lacan (1999) analisa o chiste e o esquecimento do nome.

Podemos ainda fazer a distinção de outros dois níveis: o das palavras e o dos fonemas. Avisamos que essa distinção não é nossa. Ela é referida pelo próprio Lacan, mais explicitamente, no *Seminário 12: problemas cruciais para a Psicanálise*. Apenas nos reportamos a ela porque, no *Seminário 12*, Lacan retoma o caso do esquecimento do nome do pintor Signorelli e o faz articular no nível dos fonemas.

Lacan sempre pôs acento no nível fonemático, e as próprias análises acima nos indicam essa inclinação. Isso porque é nesse nível que Lacan acredita que os fenômenos inconscientes podem ser compreendidos. Evidentemente, não se trata de recusar o nível das palavras, e ele aparece na própria formação do chiste. Ainda que no caso do “familonário” seja a semelhança fonética que faça articular os dois termos em questão – “familiar” e “milonário –”, a matéria significante da qual eles partem são palavras. Em contrapartida, no

caso do esquecimento do nome de Signorelli, a matéria significante são as partículas fonéticas resultantes do desmembramento do nome do pintor.

Essa distinção entre os dois níveis da linguagem é apresentada no *Seminário 12*, quando o autor articula o nível dos fonemas ao caso do esquecimento do pintor Signorelli. Lacan (1964) ressalta que toda análise de Freud sobre esse esquecimento caminha em torno de algumas letras e nomes próprios. É no nível dos fonemas que se estabelecem as relações com os sintomas, e é nesse nível que, para Lacan, se encadeiam as substituições significantes. No mesmo seminário, Lacan (1964) reforça que a metáfora, neste caso, é uma metáfora bastante singular, pois ela é o inverso daquilo que ele articula como a função criadora de sentido, esclarecida a partir de nossas análises feitas acima sobre o chiste “familiônário”.

Podemos, portanto, inferir que o nível do discurso está para o consciente e as palavras, assim como o nível da cadeia significante está para o inconsciente e os fonemas. Alertamos que essas distinções e correspondências não podem ser consideradas como absolutas, estanques e independentes, evidentemente. Mas elas nos servem para clarear certas afirmações fundamentais de Lacan, relacionadas ao tema da presente tese, bem como situar os fenômenos metafóricos analisados.

Tanto no chiste, como no lapso, é possível reconhecer a estrutura da metáfora implicada. A função da metáfora em ambos, e na própria concepção lacaniana desse mecanismo, é essencialmente aquela criativa: criação de sentido. No primeiro caso, essa função criativa da metáfora foi “positiva”, bem-sucedida; já no segundo, ela fracassa no nível do discurso, mas insiste na partícula recalcada, ou seja, no nível da cadeia significante. É a “manobra” inconsciente para tentar dar conta do lapso que a função criativa da metáfora deixou no nível do discurso. A metáfora do chiste “familiônário” se situa *principalmente* no primeiro nível da linguagem, enquanto o caso do pintor Signorelli é articulado essencialmente ao segundo.

A distinção entre uma metáfora positiva e outra negativa nos parece fundamental, senão, como compreender, por exemplo, o sintoma como metáfora? Seríamos obrigados a dizer que o efeito de sentido do sintoma cumpre a função criativa, tal como enaltecido por Lacan no caso do “familiário”? Mais ainda, diríamos que o sintoma seria uma bela elaboração das questões que são impostas ao sujeito? Certamente, não. Porque, em nosso entender, o sintoma, tal como o lapso, deve ser compreendido como resultado de uma metáfora “negativa”, como a inscrição da metáfora no nível da cadeia significante, daquilo que fracassou no nível do discurso.

A metáfora em Lacan apresenta sempre a mesma estrutura: é a substituição de um significante S' por outro S que tem como efeito, um efeito de sentido. Mas do ponto de vista da função criativa, da produção de novo sentido, ela pode ser distinguida entre uma metáfora positiva, a qual cumpriu a função criadora, e uma metáfora negativa, malsucedida na função criativa. A primeira se inscreve fundamentalmente no nível das palavras, do discurso, a outra só pode ser desvendada no nível da cadeia significante, dos fonemas. O chiste “familiário” e o esquecimento do nome do pintor Signorelli se apresentam como dois casos exemplares da função criativa que a metáfora pode alcançar ou não.

10 CONCLUSÃO

Mergulhar no universo da metáfora, rastreando sua história e o tratamento que tem recebido desde Aristóteles revela-nos a forma como essa figura de linguagem foi progressivamente sendo compreendida como um instrumento do pensamento. Da substituição de uma palavra própria por outra imprópria, passando pela ênfase na analogia que lhe subjaz, chegamos à teoria interacionista, a qual teve o mérito de elevar a metáfora da função decorativa e periférica na linguagem à função estruturante do pensamento. De outro lado, a dimensão essencialmente cognitiva da metáfora foi incorporada progressivamente à ciência. Se nas epistemologias empiristas, positivistas e neopositivistas de ciência, a metáfora foi implacavelmente descartada, atualmente são poucos aqueles que imputam às analogias, às metáforas, aos modelos, um lugar dispensável na produção do conhecimento. Especialmente quando se trata de um domínio novo a ser estudado.

Não são muitos os trabalhos que buscam estudar as metáforas na Psicanálise pela perspectiva epistemológica, embasados por um reconhecimento prévio sobre as teorias clássicas da metáfora, reforçando, ainda mais, a importância de nossos estudos.

Além disso, a relevância de estudar o papel das metáforas na construção do conhecimento psicanalítico tem justificativa tanto na abundância com que ocorrem dentro da Psicanálise, como pelo impacto que tal reconhecimento pode trazer à teoria e prática clínica.

Esta pesquisa se propôs a elaborar um estudo sobre a metáfora na obra de Lacan. Estudo que se deu em duas vertentes, justificadas pelo duplo papel da metáfora na teoria psicanalítica lacaniana. De um lado, trata-se de um uso que se pode denominar de epistemológico, ou seja, a forma como a metáfora foi utilizada para construir conhecimento a partir de duas metáforas lacanianas. De outro, identificamos como a noção de metáfora adquire importância fundamental na teoria de Lacan, visto que ele faz depender sua noção de

inconsciente do mecanismo metafórico. Descobrimos que, para dar conta das questões próprias à Psicanálise, Lacan desenvolve uma nova teoria da metáfora, a qual se distingue das teorias clássicas.

As conclusões desta tese acompanharão o duplo objetivo da pesquisa; portanto, tratamos separadamente a análise das metáforas ópticas e a análise do conto *A carta roubada* da teoria da metáfora em Lacan.

10.1 A FUNÇÃO COGNITIVA DA METÁFORA EM LACAN

As análises deste estudo sobre as metáforas ópticas e sobre o conto de Poe *A carta roubada* revelaram o quanto se apresentam como *metáforas fortes*, acertadas, bem escolhidas. Acompanhando as indicações de um bom uso da metáfora para construir conhecimentos, o que interessa a Lacan é a relação de oposição entre os termos, ou seja, é a estrutura subjacente à metáfora que é ressaltada.

Pensando os nossos critérios para avaliar as duas metáforas lacanianas em termos de graus, concluímos que, embora ambas sejam altamente ressonantes e produzam conhecimento sistêmico, as metáforas ópticas evidenciam maior ênfase. No que se refere à identificação sugerida entre os tópicos primário e secundário, ou seja, ao conhecimento criativo produzido, tal conhecimento também é mais explícito no caso dos esquemas ópticos. Neles, é mais evidente que Lacan não compara os dois domínios – o processo de reflexão nos espelhos e a constituição do eu – de um ponto de vista neutro, mas se trata de inserir uma nova linguagem para tratar do fenômeno que o autor tem em vista. Ainda que tenhamos identificado a possível exploração dessa identificação metafórica em *O seminário sobre “A carta roubada”*, não é dessa forma que Lacan trabalha o conto. Como decorrência, concluímos que as metáforas

ópticas estão muito mais próximas de uma função constitutiva da metáfora do que o conto de Poe.

Vale a pena repetir nossas ressalvas feitas durante a análise do conto *A carta roubada*. Ao afirmarmos que as metáforas ópticas estão mais próximas de uma função constitutiva e o conto de Poe, de uma função pedagógica, estamos longe de duvidar da importância que o *O seminário sobre “A carta roubada”* tem dentro da obra de Lacan. Não há dúvidas de que se trata de importante metáfora e, mais ainda, de que se trata de uma metáfora forte. É preciso, em primeiro lugar, ter compreendido os fundamentos dos critérios utilizados para avaliar ambas as metáforas. Em segundo lugar, é necessário repetir que o papel constitutivo da metáfora dentro de uma teoria faz referência ao grau de dependência que o desenvolvimento de determinados conceitos tem em relação às metáforas utilizadas. Essa função também depende do quanto tais metáforas auxiliam, não apenas a refletir, mas a constituir a teoria em questão. Tendo essas considerações em mente, evidenciamos em nossas análises como, a partir das metáforas ópticas, diversas noções fundamentais do estágio do espelho foram desenvolvidas – eu ideal, ideal do eu, narcisismo primário, narcisismo secundário, relação entre imaginário e simbólico na formação da imagem, etc. –, enquanto o conto de Poe, muito embora tenha sua inegável importância, veio posteriormente a uma tese, mais ou menos, já discutida e trabalhada anteriormente.

Embora apresentando graus diferentes em relação aos critérios de avaliação estabelecidos, nossas análises reafirmaram certas teses da teoria interacionista da metáfora a respeito de a metáfora apresentar um modo de funcionamento que lhe é próprio. Não se trata, em ambos os casos, de relações analógicas feitas a partir de um ponto de vista neutro, mas de uma nova perspectiva, um novo olhar sobre os fenômenos estudados, possibilitado pelas metáforas em questão.

As metáforas, sejam os esquemas ópticos, seja o conto *A carta roubada*, servem como um filtro, um anteparo a partir do qual o fenômeno do inconsciente, o processo de constituição do sujeito e as leis do significante são analisados.

Ora, nossa pesquisa revela que, mesmo que tenha função mais pedagógica, uma metáfora nunca é inocente o suficiente para deixar de lado a perspectiva estabelecida para determinado tópico primário. Entendemos que todo uso que se pretenda ou se configure como metafórico de uma imagem, de um esquema, de um conto, de um processo, dificilmente escapa da proposta criativa que lhe subjaz. Isso só é possível porque partimos do pressuposto de que a metáfora não é um mero adorno do discurso, tampouco é apenas uma comparação na qual falta uma palavra, mas é fundamentalmente uma forma de pensar.

Queremos agora destacar outro aspecto importante, decorrente de nossas análises.

Nossa pesquisa identificou uma característica bastante evidente na forma de Lacan operar suas metáforas. Trata-se da intensa quantidade de analogias que o autor faz brotar entre os tópicos primário e secundário, sempre incorporando mais e mais conceitos psicanalíticos a suas metáforas e revelando uma liberdade considerável em “brincar” com elas, prescindindo de um rigor em relação à precisão dos enunciados.

Explosão criativa ou imprudência metafórica?

De um lado, o elevado número de ramificações das redes de associação é tido como positivo entre os estudiosos da metáfora na ciência, pois, quanto maior o número de relações, mais provável a produção de novas informações e percepções entre os domínios. Trata-se da ressonância da metáfora. Por outro lado, nossas análises revelaram que nem sempre os focos metafóricos apresentaram uma correspondência biunívoca dos termos das metáforas analisadas, tal como recomendado por aqueles que estudam o uso da metáfora na ciência.

Pensemos na forma como Freud utilizava as metáforas na elaboração de seus conceitos para entender como a complexidade das metáforas cognitivas em Lacan podem corresponder a uma maneira particular de o autor utilizá-las na construção do conhecimento psicanalítico.

Tivemos a possibilidade de analisar o texto de Freud *Totem e tabu* pela perspectiva do intercâmbio que o autor faz entre a Psicanálise e a Psicologia Social.³⁴ Muito embora, de forma semelhante às metáforas lacanianas, possam ser verificados alguns desdobramentos teóricos, inferências, bem como construção de novos conhecimentos,³⁵ a quantidade de noções psicanalíticas abarcadas pela metáfora são relativamente limitadas: versam principalmente sobre certas dinâmicas da neurose obsessiva e de sua relação com o complexo de Édipo. Além disso, ao usar o domínio da Psicanálise para compreender aspectos da Psicologia Social, e vice-versa, existe um esforço em dar bases para sua argumentação tanto quanto possível, bem como salientar certos limites e cuidados em relação às metáforas utilizadas. Observamos constantemente a preocupação de Freud em fazer analogias e inferências de forma didática e sistemática.³⁶

Voltemos a Lacan. Se, nas metáforas ópticas, Lacan inicia com uma imagem simples – a do espelho plano, apenas intuída como uma imagem de referência a partir de seu artigo sobre o estádio do espelho –, progressivamente, tais imagens se tornam mais complexas:

³⁴ Resultado do trabalho final realizado a partir da disciplina de Pós-Graduação do IPUSP, ministrada pelo Prof. Dr. Paulo Endo.

³⁵ Alguns exemplos desses desdobramentos: o totem e o tabu teriam a mesma estrutura do Édipo; a semelhança entre a atitude ambivalente em relação ao tabu e a atitude do neurótico em relação ao objeto e ao ato que liga o sujeito com determinado objeto; as inferências sobre o tabu, tal como o sintoma do neurótico, ser efeito de um recalcado e sobre o tabu do incesto ser a chave para a transmissão de outro medo: o da castração; a hipótese de que, na origem do totemismo (e na origem da civilização), encontramos a mesma estrutura edípica de uma neurose obsessiva.

³⁶ A preocupação do psicanalista com este intercâmbio entre disciplinas se revela nos cuidados em explicitar que fará uso de analogias (justapor alguns conhecimentos da Psicanálise a questões da Psicologia Social), especificar o objetivo desse uso (esclarecer problemas não solucionados da última), bem como os argumentos que as justificam (de que a vida mental do homem pré-histórico é um retrato bem conservado de um primitivo estágio de nosso próprio desenvolvimento). A didática freudiana ainda é evidenciada na própria forma de desenvolver seu pensamento analógico: primeiro, Freud (1913) faz uma longa descrição sobre algumas características de tribos mais antigas para, depois, passar a uma comparação, ponto por ponto, das semelhanças entre os tabus e a neurose obsessiva. Apenas a partir desses pontos em comum é que Freud (1913) tenta utilizar alguns conhecimentos já obtidos pela Psicanálise sobre a neurose obsessiva para inferir sobre aspectos do totem e do tabu.

primeiro a imagem do espelho côncavo e, posteriormente, a associação entre o espelho côncavo e o plano. Correspondentemente a essa progressiva complexidade, diversas noções e conceitos psicanalíticos vão sendo incorporados a seus esquemas ópticos. Se, em *O seminário sobre “A carta roubada”*, o autor explicita inicialmente apenas uma estrutura metafórica – a determinação que o sujeito recebe do significante e a repetição simbólica inerente ao inconsciente –, progressivamente, nossas análises revelam a superposição de diversas estruturas metafóricas que, embora relacionadas umas com as outras, inicialmente se apresentam de forma independente.

O que observamos é a forma como os suportes metafóricos que Lacan utiliza para seus “exercícios mentais” se vão tornando cada vez mais complexos – como o próprio autor reconhece –, cheios de *implicações*.

Ora, as metáforas costumam ser muito bem-vindas na construção do conhecimento, pois seu uso tende a auxiliar e a facilitar a compreensão de determinado fenômeno. Elas são chamadas, portanto, para tornar as construções teóricas, as observações sobre os fenômenos, as relações entre diversos conceitos e eventos, mais simples.

A análise de Major (2003), já referida no capítulo *Metáfora e Psicanálise*, indica como as metáforas cognitivas freudianas se inscreviam no campo de uma “metaforicidade a ser decifrada” e sempre se apresentaram claras, didáticas, facilmente reconhecidas e compreendidas.

Ora, experiência completamente diferente daquela que Lacan nos provoca nas metáforas analisadas: um articulado experimento que apresenta uma dupla reflexão nos espelhos, a analogia com as inclinações do espelho plano e a inversão da posição do observador, os novos conceitos incorporados aos esquemas, a superposição de diversas estruturas metafóricas no conto de Poe...

Certamente, tal condução das metáforas utilizadas participa do estilo peculiar de Lacan: reconhecidamente difícil, complexo e obscuro. Por outro lado, a progressiva complexidade de suas metáforas não parece ser gratuita, mas resultado da tentativa de Lacan em incorporar, em suas analogias, novos conceitos. Nas metáforas ópticas, por exemplo, Lacan não traz uma metáfora pronta, imagem apenas ilustrativa das teses que propõe. Ao contrário, podemos acompanhar em cada aula do seminário, em cada espelho acrescentado, o exercício que Lacan realiza em torno de tais imagens como forma de compreender cada vez mais o tema em questão. Daí, também, a progressiva complexidade que tais metáforas adquirem.

Lacan parece exigir das metáforas o máximo daquilo que faz dessa figura um elemento tão particular dentro da linguagem: a forma como ela cria sentido, mesmo a partir da contradição. A forma como ela informa muito mais do que as paráfrases dela derivadas.

No *Seminário 12*, Lacan (1964) afirma que as imagens de referência fornecidas por seus modelos (no caso da afirmação, a banda de Moebius, o *cross-cap*, Garrafa de Klein), de um modo extremamente surpreendente, oferecem um suporte manipulável à imaginação.

Lacan pode não demonstrar preocupação com a precisão dos termos da metáfora, talvez nem se preocupe com a veracidade das afirmações dela decorrentes – como visto no capítulo *Metáfora e Ciência*, o processo de verificação das hipóteses oriundas da metáfora corresponde a um “capítulo” à parte – porque, em nosso entender, as metáforas para Lacan apresentam a função essencial de dar lugar à *imaginação* em suas teorias, vez que estão relacionadas mais a um *contexto de invenção*, do que a de um saber já constituído.

10.2 A TEORIA LACANIANA DA METÁFORA

Nossas análises sobre as teorizações de Lacan a respeito da metáfora nos permitem inferir que o autor concordaria com nossa premissa de que a metáfora não é apenas um ornamento do discurso, mas, fundamentalmente, uma forma de pensar. Em primeiro lugar, pela evidente elevação da metáfora a uma das duas operações que comandam a linguagem. Em seguida, por reconhecer a complexidade que acompanha o entendimento dessa figura. No *Seminário 3*, Lacan (2010, p. 255) reconhece a insuficiência com a qual os retóricos tratavam e definiam a metáfora e acrescenta: “A metáfora não é a coisa no mundo das mais fáceis de falar”. O autor prossegue, apontando a insuficiência em definir a metáfora como uma comparação abreviada e salienta a *identificação* – produzida a partir da similaridade entre os dois termos – que caracteriza todas as metáforas.

Podemos dizer, portanto, que a teoria da metáfora em Lacan não corresponde àquela que Black (1966a) denomina de *enfoque substitutivo*. De acordo com tal enfoque, a expressão metafórica poderia ser substituída por outra literal, sendo que a principal razão para a substituição seria dada por questões estilísticas, objetivando ornamentar a linguagem e entreter o leitor. Trata-se da função decorativa.

Por outro lado, devemos reconhecer que, ao recusar uma função puramente ornamental da metáfora, também não é a partir de uma perspectiva interacionista que Lacan trata da identificação produzida por essa figura. Em primeiro lugar, por não considerar a metáfora como resultado da interação entre termos, mas, sim, de substituição. A respeito dessa diferença de perspectivas, Lacan (1957, p. 510) é bastante claro:

A centelha criadora da metáfora não brota da presentificação de duas imagens, isto é, de dois significantes igualmente atualizados. Ela brota entre dois significantes dos quais um substituiu o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia.

O apoio nas teorizações de Jakobson – as quais se referem à metáfora como um mecanismo, cuja base reside no processo de semelhança e substituição –, bem como a definição da metáfora como substituição significante, poderiam nos fazer incluir a noção da metáfora em Lacan no *enfoque comparativo* sem maiores exames. Acreditamos que muitos leitores de Lacan cometem exatamente esse erro. Nesse enfoque, a metáfora é decorrência da transformação de um significado literal, visto apresentar uma relação de analogia e semelhança com o último. Uma vez descoberto o fundamento dessa analogia, o leitor poderia retroceder ao significado literal de partida do autor da metáfora (BLACK, 1966a). É o que observamos na noção do sintoma como metáfora. Joël Dor (1989, p.44), ao discutir a relação estabelecida por Lacan entre sintoma e linguagem, escreve exatamente isso: se a metáfora trata da substituição de um significante S1 pelo S2, o significado correspondente ao S2 é inicialmente afastado, sendo necessária uma operação mental para resgatá-lo.

O que acontece, nesse tipo de enfoque, é sustentar a possibilidade do enunciado metafórico ser substituído por outro literal equivalente. Como analisa Black (1966a), a concepção comparativa da metáfora corresponde a um caso particular do enfoque substitutivo, apenas fornecendo uma paráfrase mais trabalhada.

Ora, Lacan critica – e, de nossa parte, com razão – a fascinação das Psicanálises pós-freudianas com as significações do inconsciente, com o simbolismo dos sintomas, decodificando um sonho como se estivessem “lendo na borra do café”. O problema é que, contrariamente ao que defende, a adoção de um enfoque comparativo da metáfora viria alimentar a ilusão de que o entendimento do sintoma se daria a partir da busca de um significante oculto, reprimido; e, uma vez encontrado esse significante, toda significação estaria dada. Da mesma forma que o enfoque comparativo da metáfora supõe que o sentido advindo da metáfora poderia equivaler ao de suas paráfrases. O enfoque comparativo também alimentaria a idéia de que a semelhança entre os eventos, estabelecida pela interpretação,

fosse algo objetivamente dado, tal como a gravidade dos corpos. Essa é uma das principais críticas que Black (1966a) faz à versão comparativa da metáfora: a tendência desse enfoque em nos fazer considerar que as semelhanças estão objetivamente dadas.

Como consequência de tais incongruências, a adoção do enfoque jakobsoniano da metáfora por Lacan deve, portanto, aliar-se à sua tese sobre a primazia do significante. A primeira medida tomada pelo autor, e evidenciada nos primeiros textos em que Lacan trata da metáfora – o *Seminário 3* e o texto *A instância da letra no inconsciente* –, é colocar o significado “de lado” e fazer o significante figurar como primordial, mesmo nos mecanismos metafóricos.

No *Seminário 5*, Lacan se mantém fiel à tese da primazia do significante e acrescenta uma dimensão ainda mais “alheia” àquilo que, no signo, confere seu significado: trata-se da dimensão fonemática da linguagem, como evidenciada no caso do chiste “famillionário”. O processo pelo qual se produz a palavra composta “famillionário”, a partir da condensação da palavra “familiar” e “milionário”, não é a combinação do significado de cada uma das palavras, mas a semelhança sonora – diríamos com Lacan, fonética – entre os dois termos.

Essa especificidade não poderia ser mais reveladora a respeito da concepção da metáfora em Lacan. Todas as teorias clássicas da metáfora que apresentamos, quer concebam a metáfora como um processo de substituição quer de interação, a motivação, ou aquilo que embasa sua produção, é o significado. É a semelhança ou *ground* de significados entre dois termos, duas palavras, dois sistemas ou tópicos que está por trás da metáfora. O que vamos defender como inovador a respeito da visão lacaniana – esteja correta ou não – é que Lacan lançará luz sobre a semelhança fonética entre significantes como a “mola” da produção metafórica. Muito embora, do ponto de vista de um uso corrente da linguagem, essa afirmação possa parecer um tanto inusitada (afinal, usamos a metáfora, cotidianamente, pensando na semelhança de significados entre os termos que lhe subjazem), devemos ter em

mente que a construção da metáfora em Lacan vem atender a uma demanda psicanalítica de linguagem, o que não impede, evidentemente, que esteja relacionada à linguagem corrente.

O resultado que se encontra é uma noção de metáfora que tenta prescindir do papel do significado. Ora, nada mais radical e, também, não sem consequências. Goldgrub (2004) analisa como a celebração do significante fez com que, progressivamente, o significado fosse cada vez mais associado ao discurso consciente e, portanto, considerado espúrio.

Mas uma análise atenta do *Seminário 5* revelou como Lacan busca resgatar a dimensão do significado na metáfora, no entanto, apenas porque ele se configura como um efeito: efeito de sentido, de significação. A função da metáfora será abarcada fundamentalmente pelo aspecto criativo, e todo sentido será definido por Lacan como metafórico. Ora, as teses acima nos aproximam de algumas premissas que apenas a teoria interacionista da metáfora permite.

Em primeiro lugar, porque Lacan (1999) pensa a metáfora, não como uma função específica da linguagem, mas como uma função absolutamente genérica: é pela via da substituição que o mundo do sentido é concebido para o autor. Além disso, com a análise do chiste “familiário”, verificamos como Lacan defende que as paráfrases atribuídas aos chistes não têm o mesmo efeito de sentido do que as características significantes e fonemáticas da palavra por ele formada: outra contradição com uma visão substitutiva ou comparativa da metáfora. Além disso, a função criativa da metáfora é atribuída, não apenas pelo sentido novo dela derivado, mas porque ela também faz criar um novo objeto. Afirmações semelhantes a autores interacionistas da metáfora, defensores de que a metáfora cria uma nova referência, uma referência de discurso (RICOEUR, 2000).

Evidentemente, Lacan não “se define” como um “interacionista”. Afinal, devemos lembrar que, em essência, a metáfora permanece, fundamentalmente, um processo de substituição. É nesse mecanismo substitutivo que, para o autor, reside toda força estrutural da

metáfora. Na forma significativa, portanto, Lacan revela essencialmente sua concepção comparativa de metáfora. Mas as semelhanças com uma visão interacionista a respeito da criação do sentido metafórico servem-nos para revelar como a teoria da metáfora em Lacan é absolutamente particular.

Também evidenciamos que a metáfora pode ser considerada como positiva ou malsucedida, dependendo de a sua função criativa ter sido realizada. Parece-nos significativo que, nos diversos tratos dado à questão do sintoma pela perspectiva lacaniana, por exemplo, ele seja considerado apenas em sua dimensão substitutiva significativa e se desconsidere a função essencialmente criativa que a metáfora desempenha para Lacan. As análises dos casos do chiste “famillionário” e do esquecimento do nome do pintor Signorelli chamam a atenção justamente ao fato de, para Lacan, essa função poder ser bem-sucedida em um ou outro caso. Enfatizar essa dimensão nos leva a revisitar diversos conceitos elaborados por Lacan a partir da distinção acima: o *ato falho* seria uma metáfora positiva ou negativa? A noção de *Sinthoma* de Lacan, em oposição à de sintoma, poderia ser considerada como uma metáfora cuja função criativa foi bem-sucedida? E quanto ao sonhos e ao processo de condensação neles verificados por Freud, eles conteriam o aspecto criativo da metáfora, tal como no caso do “famillionário”? A metáfora paterna discutida por Lacan, que inaugura uma nova posição do sujeito diante da lei, seria uma metáfora positiva?

A partir de nossas análises, também é possível compreender um pouco a afeição de Lacan pelos neologismos. Se o resultado do chiste “famillionário” analisado é a formação de uma nova palavra, uma “neoformação”, e esse chiste específico representa aquilo que há de mais particular na metáfora, uma “metáfora positiva” e bem-sucedida, os neologismos lacanianos podem também ser concebidos como estando no limite da criação propriamente metafórica: *criação de um sentido e de um objeto*.

Major (2003, p. 17) se refere à forma como os neologismos não se deixam traduzir, são palavras impostas, tais como os nomes próprios, e que refletem a tentativa de Lacan em construir um mundo paralelo, um saber indissociável do próprio nome:

A transferência sobre o nome próprio de Lacan implica a transferência sobre toda uma cadeia de nomes próprios que, além do Simbólico/ o Imaginário/ o Real que datam de 1954, ganham, em seguida, cada vez mais a forma de neologismos ou de formas algébricas – tão intraduzíveis quanto o nome próprio – tal como o “*parlêtre*”, os *non-dupes errent*”, a “*une-bévue*”, o “*hommoinzin*”, e tantos outros que extraem sua consistência do nome de Lacan (..) Em virtude disto, a própria teoria entra num processo de desistorização, em que se instaura uma nova genealogia dos conceitos em uma língua que se destaca de seu enraizamento na língua psicanalítica “materna”.

Em outro trabalho, realizado por Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (2008), *Neologismos lacanianos: classificação e equivalência*, são analisados e classificados 298 neologismos lacanianos. Embora a maioria dos neologismos criados se limite a uma única ocorrência, a autora diz que sua profusão e inventividade deixam uma marca indelével no discurso de Lacan. A conclusão da autora é que, mais do que preencher possíveis lacunas denominativas, toda essa produtividade neológica decorre da importância concedida ao significante e da tentativa de Lacan em materializar na sua teoria, e no próprio discurso, aquilo que ele pretende dizer sobre o significante : a irrupção do inconsciente na linguagem.

Trata-se de fazer do próprio discurso uma mimesis da linguagem inconsciente. Reuillard (2008, p. 3) pontua o resultado desse discurso “metafórico”:

(...) o estilo “gongórico”, a extrema “manipulação sintática”, a concomitância de variados registros de língua, as incontáveis referências enciclopédicas, o empréstimo de conceitos de distintas áreas, as frases inconclusas, as inflexões, a pontuação instável, posto que sujeita à interpretação de seus ouvintes, o “delírio do significante”, a abundância neológica

Não nos surpreende que o discurso lacaniano, entendido como um exercício, em ato, para tentar reproduzir a forma como o inconsciente fala e se expressa, cause tantas dificuldades.

Quando da publicação dos *Escritos*, Roudinesco (2008, p. 443) nos conta que, para quase todos os textos, Wahl (editor do livro) teve de criar uma pontuação, embora sempre com o consentimento do autor. Em outros momentos, Lacan recusou a tentativa do editor em pôr ordem em alguns textos, afirmando ser esse “seu estilo, sua sintaxe, sua coisa”.

Talvez, a hipótese subjacente a essa forma de discursar faça referência à ideia de que, quanto mais nos aproximamos da linguagem do inconsciente, mais somos obrigados a transformar a linguagem ordinária e a pensar de forma diferente. Pois, muito embora o inconsciente seja estruturado como linguagem para Lacan (1956), este se remete à linguagem do desejo, à *linguagem primeira*.

Evidentemente, ambas as linguagens estão articuladas. Lacan (1999) defende que a perspectiva freudiana nos apresenta uma concepção de inconsciente, em que as leis de funcionamento coincidem exatamente com algumas das leis fundamentais da composição do discurso. No entanto, o autor também enfatiza como o inconsciente tem um modo de articulação que lhe é próprio e não se verifica no discurso comum, como o vínculo de causalidade, de negação etc. Acrescentamos entre nossos achados a importância concedida ao fonema nos fenômenos da linguagem inconsciente. Como decorrência da nova linguagem, sua concepção da metáfora como um dos mecanismos inconscientes não é a mesma dos linguistas. E nem dos teóricos clássicos da metáfora.

Todas as teorias clássicas da metáfora apresentadas e estudadas nesta tese apresentam um ponto em comum. Nenhuma delas menciona o caráter inconsciente nas produções metafóricas, e é aí que surge Lacan. Para atender à tese da primazia do significante e para dar conta da linguagem do inconsciente, Lacan desenvolve uma nova teoria da metáfora, uma teoria que não pode ser identificada a nenhuma das visões clássicas da metáfora. Lacan inventa uma teoria *psicanalítica* da metáfora.

REFERÊNCIAS

- ALSTON, W. P. *Filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. ARISTÓTELES. *Arte poética*. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2005. 150 p.
- _____. Retórica. In: *Obras*. Madrid: Aguilar, 1967.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma Psicanálise do conhecimento*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316 p.
- BIRMAN, J. *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- BLACK, Max. La metáfora. In:_____. *Modelos y metáforas*. Madri: Editorial Tecnos, 1966a. p. 36-56.
- _____. Modelos y arquetipos. In:_____. *Modelos y metáforas*. Madri: Editorial Tecnos, 1966b, p. 216-238.
- _____. More about metaphor. In: ORTONY, A. (ed.) *Metaphor and thought*. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 19-41.
- BOYD, R. Metaphor and theory change: what is “metaphor” a metaphor for?. In: Ortony, A. (Ed.) *Metaphor and thought*. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 481-532.
- CARONE, I. *A função da paráfrase na tradução de enunciados da linguagem natural para uma linguagem formalizada*. 1975. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, PUCSP, São Paulo. 1975.
- _____. Por uma epistemologia historicamente orientada da Psicologia. In: Jacó-Villela A. M.; Sato, L. (Orgs.). *Diálogos em Psicologia Social*. 1 Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda/Abrapso Sul, 2007, p. 197-207.
- _____. *Metáfora e Psicologia: uma relação perigosa?* Curitiba: CRV, 2011. 78 p.
- CHIOZZA, L. A. *Os afetos ocultos em psoríase, asma, transtornos respiratórios, varizes, diabetes, transtornos ósseos, cefaléias e acidentes cerebrovasculares*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- DOR, Joël. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- DUNKER, C.I.L. O nascimento da clínica. In:_____. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: AnnaBlume, 2007.
- _____. *Seminário sobre a obra de Jacques Lacan*. Aula proferida em 25 de abril de 2013.

FREUD, S. (1900). *A interpretação dos sonhos*. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 4.

_____. (1901). *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 6.

_____. (1905). *Os chistes e a sua relação com o inconsciente*. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 8.

_____. (1913). *Totem e tabu e outros trabalhos*. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 13.

_____. (1914). *A história do movimento psicanalítico*. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 14.

_____. (1914b). *Sobre o narcisismo: uma introdução*. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 14.

_____. (1915). *Os instintos e suas vicissitudes*. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 14.

_____. (1923). *O ego e o id*. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 19.

_____. (1940). *Esboço de Psicanálise*. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 23.

GENTNER, D.; GRUDIN, J. The evolution of mental metaphors in Psychology: a 90-year retrospective. *American Psychologist*, USA, v. 40, n. 2, p. 181-92, fev.1985.

GENTNER, D.; JEZIORSKI, M. The shift from metaphor to analogy in science. In: Ortony, A. (Ed.) *Metaphor and thought*. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 447-480.

GOLDGRUB, F. W. *A máquina do fantasma: aquisição de linguagem e constituição do sujeito*. Piracicaba: Unimep, 2001.

_____. *A metáfora opaca: cinema, mito, sonho, interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

GRECO, M. Os espelhos de Lacan. *Opção lacaniana online: nova série*, São Paulo, ano 2, n. 6, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.opcaolacanianana.com.br>>. Acesso em 12 jan. 2014.

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: _____. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2010, p. 42-78.

KUHN, T. A metáfora na ciência. In: _____. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1989.

KUHN, T. A metáfora na ciência. In: _____. *O caminho desde a estrutura*. São Paulo: Unesp, 2006, p. 241-64.

LACAN, J. (1949). O estágio do espelho como formador da função do eu: tal como nos é revelada na experiência analítica. In: _____. *Escritos*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 96-103.

_____. (1950). Formulações sobre a causalidade psíquica. In: _____. *Escritos* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 152-95.

_____. (1956). Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 238-324.

_____. (1956b). Seminário sobre “A carta roubada”. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 13-68.

_____. (1957) A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 496-533.

_____. (1961) A metáfora do sujeito. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 903-07.

_____. (1961b) Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 653-691.

_____. *Seminário 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. *Seminário 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *Seminário 5: as formações do inconsciente*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. (1964) *Seminário 12: problemas cruciales para el psicoanálisis*. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/73036465/15-Lacan-Em-Espanhol-Seminario-12>>. Acesso em 13 jun. 2013.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LEARY, D. E. *Metaphor in the history of psychology*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1990.

MAJOR, R. Do paradigma freudiano ao paradigma lacaniano. *Ágora*, VI[1]: p. 9-20, jan/jun, 2003.

POE, Edgar Allan. *A carta roubada*. In: _____. *Histórias extraordinárias*. Trad. Brenno Silveira e outros. São Paulo: Victor Civita, 1981. Disponível em: <www.ufrgs.br/proin/versao_2/textos/carta.doc>. Acesso em: 24 set. 2013.

POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações: o progresso do conhecimento científico*. Brasília: UnB, 1994.

RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. *Os fundamentos da física 2: Termologia, óptica, ondas*. São Paulo: Moderna, 2007.

REUILLARD, P. C. R. Neologismos lacanianos: classificação e equivalência. *Anais do CELSUL*, Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/termisul/biblioteca/artigos/artigo_CELSUL_2008_REUILLARD.pdf>. Acesso em 12 jan. 2014.

RICHARDS, I. A. *The philosophy of rhetorics*. London: Oxford University Press, 1971.

RICOEUR, P. *A metáfora viva*. Trad. Macedo, Dion Davi, do original *La métaphor vive*, 1975. São Paulo: Loyola, 2000.

RODRIGUES, Léo Peixoto. Analogias, modelos e metáforas na produção do conhecimento em Ciências Sociais. *Pensamento plural*, Pelotas [01]: 11–28, jul/dez 2007

ROUDINESCO, E. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SALES, L.S. O valor epistemológico do diálogo de Jacques Lacan com o estruturalismo. *Psychê*, ano VII, n. 11, p. 39-58, 2003.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SIMANKE, R. T. A letra e o sentido do “retorno a Freud” de Lacan: a teoria como metáfora. In: SAFATLE, V. (org.) *Um limite tenso: Lacan entre a filosofia e a Psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 277-303.

SKINNER, B. F. Vida interior. In: _____. *About behaviorism*. New York: Vintage Books, 1974, p. 166-74.

SOLER, C. De R.S.I. a... R.S.I. In: _____. *La querella de los diagnósticos* Mont Serrat: Letra Viva, p. 27-42, 2005.

SPENCE, D.P. *A metáfora freudiana: para uma mudança paradigmática na Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

ZANELLO, V. Metáfora e transferência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 132-7, 2007.

ZANELLO, V.; MARTINS, F. O reencontro da clínica com a metáfora. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 189-196, 2010.

ZIR, A. A tese da primazia da metáfora, defesa e problematização: um estudo a partir de Vico. *Linguagem em (Dis)curso*, Santa Catarina, v. 9, n. 1, p. 107-130, jan./abr. 2009.